

# SAÚDE E SUSTENTABILIDADE PARA A SOCIEDADE



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO  
E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS **2019**

## APRESENTAÇÃO

O Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis 2019 apresenta os resultados da Companhia em um ano marcado por desafios importantes para o setor do saneamento.

Nesta publicação, acionistas, analistas de mercado, clientes, empregados, fornecedores e público interessado podem acompanhar os passos dados pela empresa para avançar no cumprimento de suas metas e que demonstram a solidez da Companhia.

O Relatório segue as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com o *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, com os requisitos do modelo de governança de Nível 2, da B3, com a Lei das Estatais (13.303/2016) e outras normativas dos órgãos reguladores. O documento retrata o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019.

Nesse processo de transparência, a Sanepar publicará no primeiro semestre de 2020 o Relatório de Sustentabilidade que dará maior visibilidade às suas ações socioambientais e de governança.

## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Inovação para a sustentabilidade com intuito de promover o saneamento ambiental e gerar valor para a sociedade.

Em consonância com as diretrizes do Governo do Estado, inovação foi a palavra de ordem neste ano de 2019. Inovação para proporcionar maior eficiência e eficácia. Competitividade e transparência nos processos produtivos é o caminho para que a Sanepar se mantenha na vanguarda, prestando serviços de saneamento ambiental com qualidade para os paranaenses.

A tecnologia foi nossa aliada nesse processo, com a instalação de estações de tratamento de esgoto modulares, construídas com mais rapidez, e que ocupam área menor, com possibilidade de expansão de forma mais ágil e com ganho de eficiência em relação aos sistemas tradicionais. Em 2019, a Sanepar tam-

bém investiu na melhoria dos processos de tratamento de esgoto já existentes, a fim de atender metas contratuais, requisitos legais e compromissos firmados.

A partir do aproveitamento do biogás proveniente do tratamento de resíduos, da energia solar e da conversão hidroenergética em infraestruturas sanitárias, a Sanepar investe na geração de energia limpa buscando reduzir cada vez mais este custo bastante representativo para a Companhia.

Para construir e estabelecer estratégias para uma Sanepar mais robusta e transparente, a Companhia necessita de um esforço contínuo, dinâmico e participativo. Pensando nisso, a empresa realizou a Revisitação Estratégica, um intenso trabalho que resultou no realinhamento da Missão e da Visão e na definição do Propósito da Companhia. Isso tudo permitirá vislumbrar o futuro da Sanepar, determinando caminhos e resultados e direcionando a atuação da empresa e de seus gestores.

Em alinhamento aos objetivos estraté-

gicos da Companhia, gerentes assinaram o Acordo de Gestão, que é uma ferramenta em que se pactuam junto à diretoria planos de ações que serão desenvolvidos nos próximos anos. O Acordo de Gestão gera pertencimento, facilita o acompanhamento das entregas e busca avançar resultados.

Em dezembro de 2019, a Companhia avançou na busca da excelência da gestão, com o lançamento do Sistema Integrado de Excelência da Gestão Sanepar (SIEGS), que propõe a integração dos programas de Qualidade, como o Use o Bom Senso, o Modelo de Excelência de Gestão em Saneamento (MEGSA) e ISO 9001 e ISO 14001.

O Projeto de Lei 4.162/2019, que altera a Lei 11.445/2007 (marco regulatório do saneamento) proposto pelo Governo Federal, está exigindo especial atenção por parte da Companhia, pois da forma como se apresenta pode levar à desorganização e à insegurança jurídica. O alcance da universalização se dará pela

junção do planejamento e da promoção da eficiência, utilizando o que há de melhor nos setores público e privado promovendo soluções conjuntas.

## MAIS SAÚDE

Seja na manutenção ou na ampliação de seus sistemas de água e de esgoto, a Sanepar trabalha para levar saúde à população, pois, como já divulgado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), para cada real investido em saneamento se economiza 4 reais em saúde.

## ORGULHO

Apesar de todas as adversidades e desafios, a Sanepar encerra 2019 com a ciência de ter cumprido mais uma vez seu papel com a responsabilidade de uma prestadora de serviço público, comprometida com seus clientes, acionistas e público envolvido.

# A SANEPAR

## Nosso trabalho enche sua vida de saúde

Criada com a finalidade de promover o desenvolvimento do saneamento básico no Estado, em janeiro de 1963 (Lei 4.684), a Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) vem cumprindo seu papel ao longo de sua história.

Garantir o acesso a água tratada para 100% da população urbana de 345 municípios do Paraná e da cidade catarinense de Porto União, sem dúvida, é fator preponderante para o desenvolvimento social e econômico do Estado. O avanço dos serviços de coleta e tratamento de esgoto demonstra que a Companhia tem sido incansável no esforço de promover saúde pública.

Seus indicadores a colocam acima da média nacional de saneamento. Entre os paranaenses abastecidos pela Sanepar, 100% recebem água tratada diante de 83,6% de brasileiros; a coleta de esgoto de 74,2% no Paraná está acima do índice nacional de 53,2% de esgoto coletado; e o contraste é ainda maior quando se compara o serviço de tratamento: a Sanepar trata 100% do esgoto coletado contra 46,3% da média de tratamento do país segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS 2018).

Essa discrepância no saneamento entre várias regiões de um mesmo Brasil reflete a desigualdade em vários outros setores, como renda per capita, taxas de analfabetismo, expectativa de vida e mortalidade infantil. E, como num ciclo de causa e efeito, tudo está diretamente relacionado à qualidade dos serviços públicos, como saúde, educação e infraestrutura em geral, o que demonstra que os investimentos em saneamento estão consonantes à política de Governo do Estado do Paraná.

Ciente dessa posição de vanguarda que ocupa no saneamento do país, a empresa tem agido de forma determinada para encontrar novos caminhos que alavanquem ainda mais seus investimentos. Abriu o capital para atrair investidores, que já somam mais de 64 mil acionistas em várias partes do mundo, sem deixar de lado o seu papel de prestadora de serviço público.

A Sanepar e todos os seus empregados sabem que disponibilizar água potável na torneira 24 horas por dia e coletar e tratar esgoto são essenciais para a promoção da saúde e a prevenção de doenças.

A busca pelo equilíbrio entre interesses públicos e privados tem pautado a Companhia em seus investimentos cada vez mais prudentes, sem perder qualidade nos serviços e com tarifas mais justas.

Em 2019, a Sanepar investiu R\$ 1.027,1 milhões e expandiu o campo de pesquisas para aliar tecnologia, qualidade de serviços e custos menores. Participante do Governo 5.0, que visa a implantação de práticas inovadoras na prestação de serviços à população, a Sanepar mantém um Centro de Tecnologia e Inovação, onde são desenvolvidos os projetos mais avançados da empresa.

O objetivo é desenvolver e aplicar tecnologias que signifiquem inovação a serviço da população, com a promoção da saúde pública e a preservação do meio ambiente. É uma Sanepar cada vez mais sustentável.

## A SANEPAR EM NÚMEROS

**346**  
municípios atendidos

**100%**  
de cobertura na rede de água

**74,2%**  
de cobertura de rede coletora de esgoto

**3,1 milhões**  
de ligações de água

**2,2 milhões**  
de ligações de esgoto

**55 mil km**  
de rede de água

**37 mil km**  
de rede coletora de esgoto

**4,5 bilhões**  
investidos nos últimos 5 anos

## PRÊMIOS E CERTIFICAÇÕES

ANUÁRIO ÉPOCA NEGÓCIOS 360º RANKING DAS MELHORES EMPRESAS DO BRASIL 2019

2º lugar no setor Água e Saneamento

1º lugar na dimensão Inovação em Água e Saneamento

### TROFÉU TRANSPARÊNCIA 2019

Prêmio concedido às empresas mais transparentes do Brasil pela qualidade das suas demonstrações contábeis. A Sanepar foi premiada na categoria que reúne empresas com receita líquida de até R\$ 5 bilhões. A premiação é concedida pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac).

### CERTIFICADO NBR ISO 9001:2015

Refere-se à gestão da qualidade, aplicada aos sistemas: operação de barragem, captação, adução, tratamento e reservação de água pela Gerência de Produção de Água no Sistema de Abastecimento Integrado de Curitiba; Captação, adução, tratamento, reservação de água e tratamento e disposição final de esgoto pela Gerência Industrial Londrina; Distribuição de água, coleta e transporte de esgoto e relacionamento com o cliente pela Gerência Regional Londrina; Gestão de Projetos pelas Gerências de Projetos Especiais e de Projetos e Obras Nordeste; Gestão de Obras para Sistemas de Abastecimentos de Água e Esgotamento Sanitário pela Gerência de Projetos e Obras Nordeste.

### CERTIFICADO NBR ISO 14001

Refere-se à gestão ambiental, aplicada aos sistemas: captação, tratamento e distribuição de água potável, coleta, tratamento e disposição final de esgoto; manutenção e operação de redes de água e esgoto; atendimento ao cliente e comercialização de serviços de ligação de água e esgoto e processos administrativos da Gerência Regional Foz do Iguaçu; processo administrativo da Gerência Projetos Obras Sudoeste e manutenção eletromecânica da Gerência Regional Eletromecânica Sudoeste para Sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário de Foz do Iguaçu-PR.

Aterro sanitário de Cianorte: compreende os processos de recebimento, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos, atividades de suporte operacional e administrativas e monitoramentos do aterro.

### RANKING DO GRUPO AMANHÃ 2019

Líder setorial em serviços públicos entre as 500 maiores do Sul.

17ª empresa no ranking geral das 500 maiores do Sul.

8ª empresa no ranking das 100 maiores do Paraná (Valor Ponderado de Grandeza).

### PRÊMIO CAMPEÃS DA INOVAÇÃO DA REVISTA AMANHÃ

1º lugar do Prêmio Campeãs da Inovação, da Revista Amanhã na Categoria Estatais e Filantrópicas.

### II RANKING ABES DA UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO

Curitiba como a melhor capital em saneamento.

### RANKING VALOR 1000 EM SANEAMENTO - JORNAL VALOR ECONÔMICO

3º lugar no setor água e saneamento - ranking realizado pelo jornal Valor Econômico, em parceria com a Serasa Experian e a Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV).

### RANKING SETORIAL VALOR INOVAÇÃO BRASIL EDIÇÃO 2019

3º lugar - Única Companhia Estadual de Saneamento no topo do Ranking.

### CERTIFICADO DE INSTITUIÇÃO COMPROMETIDA COM CAUSAS SOCIAIS

Certificada como parceira da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, Adolescente, Idoso e da Pessoa com Deficiência (CRIA) da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP).

### SELO OURO - INVENTÁRIO DE GASES DE EFEITO ESTUFA

10 anos de Reporte do Inventário de Gases de Efeito Estufa no Registro Público do GHG Protocol.

### SELO CLIMA PARANÁ OURO 2019

Promovido pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEMA).

### PRÊMIO WEPS BRASIL 2019

Troféu Bronze concedido pela ONU Mulheres às empresas comprometidas com a equidade.

## MODELO DE NEGÓCIO

### ANÁLISE E REFLEXÃO DO NEGÓCIO

A Sanepar atua na captação, tratamento, reservação e distribuição

ALOCÇÃO DE RECURSOS E CAPITAIS	VANTAGENS COMPETITIVAS	NEGÓCIOS	ATIVOS (CAPITAL MANUFATURADO)	ENTREGAS AOS CONSUMIDORES (OUTPUTS)	GERAÇÃO DE VALOR (OUTCOMES)
<b>CAPITAL FINANCEIRO</b>	• Patrimônio líquido de R\$ 6.173,9 milhões e geração de caixa de R\$ 1.460,6 milhões • Investimentos de R\$ 1.027,1 milhões • Nível de endividamento: 1,4 vez o EBITDA (dívida bancária versus EBITDA)	• Riqueza em recursos hídricos • Negócio previsível e resiliente, com base de clientes diversificada e credibilidade no mercado • Desempenho financeiro acima dos pares do setor • Excelência operacional, com ações para aumento da eficiência • Excelência na gestão	• 168 ETAs (Estações de Tratamento de Água) • 1.104 poços • 4 barragens • 3.194.532 ligações de água • 55.359 km de rede de distribuição	• 100% de cobertura com a rede de água • 4.001.069 economias ativas* <b>QUALIDADE</b> • 99,8% de conformidade da água distribuída	<b>QUALIDADE SAUDE</b> Alto índice de qualidade do serviço da água (99,8% de conformidade) e índice de atendimento com coleta de esgoto acima da média do País, com impactos benéficos à saúde e à qualidade de vida da população nos municípios atendidos. <b>+ RETORNO FINANCEIRO</b> Pagamento de dividendos e geração de caixa. <b>+ CONTRIBUIÇÃO AO MEIO AMBIENTE</b> Gestão de impactos e conservação de corpos hídricos
<b>CAPITAL NATURAL</b>	• Disponibilidade hídrica de cerca de 1,2 milhão de l/s • Recursos energéticos estimados de 2,6 milhões de GJ		• 249 ETEs (Estações de Tratamento de Esgoto) FOCO: Universalização, monitoramento da qualidade dos serviços e redução do impacto ambiental • 2.231.127 ligações de esgoto • 36.754 km de rede coletora	• 74,2% de cobertura com rede de esgoto • 100% de tratamento do esgoto coletado • 3.019.303 economias ativas*	
<b>CAPITAL HUMANO</b>	• 6.985 empregados próprios				
<b>CAPITAL INTELCTUAL</b>	• 528 mil horas de treinamento • R\$ 10,7 milhões investidos em pesquisa e desenvolvimento				
<b>CAPITAL SOCIAL</b>	• 88% de satisfação com o serviço da central de atendimento telefônico (0800) • Relações com consumidores • Relações com o Poder Concedente		FOCO: Crescimento e diversificação • 3 aterros sanitários	• 100% de tratamento dos resíduos coletados • 64 mil toneladas de resíduos tratados por ano	

\* O termo economia ativa é usado para designar todo imóvel ou subdivisão de um imóvel que possui uma instalação privada ou de uso comum de serviços de água e/ou esgotamento sanitário cadastrado e faturado pela Sanepar

TEMAS MAIS RELEVANTES	EFICIÊNCIA OPERACIONAL E QUALIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PRÓPRIOS E DE TERCEIROS	GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E ÉTICA	SUSTENTABILIDADE E EQUILÍBRIO ECONÔMICO	UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO A ÁGUA E ESGOTO	GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E QUALIDADE DE VIDA
ODS	3 - Saúde e Bem-estar 6 - Água potável e saneamento	16 - Paz, justiça e instituições eficazes	8 - Trabalho decente e crescimento econômico	6 - Água potável e saneamento	6 - Água potável e saneamento 12 - Consumo	4 - Educação de qualidade 7 - Energia limpa e acessível	4 - Educação de qualidade 5 - Igualdade de gênero 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

# GOVERNANÇA, RISCOS E COMPLIANCE

## Pensar e agir com integridade

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Governança Corporativa foi implementada na Sanepar em 2016, com Assessoria de Governança Corporativa, para atender às normas e fiscalização do mercado de capitais - a Companhia está inserida no Nível 2 de Governança da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão - e às regras da regulação. Ao instituir uma política de governança, a Sanepar reforçou seus compromissos com a transparência, equidade, prestação de contas e sustentabilidade.

Em 2018, no processo de reestruturação organizacional da Companhia, a Assessoria de Governança Corporativa foi transformada em Gerência de Governança, Riscos e Compliance, vinculada à Diretoria da Presidência.

Sob sua responsabilidade, estão a orientação e a promoção da aplicação das normas, diretrizes e procedimentos de governança, conformidade e gerenciamento de riscos.

Para atender às legislações a que está sujeita, a Sanepar segue a Lei 6.404/1976 (das Sociedades Anônimas), a Lei 13.303/2016 (das Estatais), a 11.445/2007 (do Saneamento) e o Decreto 3926/88 (Regulamento dos Serviços Prestados). No âmbito estadual, a Companhia obedece as diretrizes da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná (Agepar).

Em 2019, sob a coordenação da Gerência de Governança, Riscos e Compliance, a Sanepar formulou sua Política de Proteção de Dados Pessoais, aprovada pelo Conselho de Administração, já em cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD, de 13.709), que deve vigorar em agosto de 2020.

A Política de Proteção de Dados Pessoais estabelece diretrizes para uniformizar o comportamento da Companhia no que concerne ao tratamento de dados pessoais em seus processos, a privacidade e a proteção destes dados, além de disseminar a cultura de segurança destas

informações em consonância com os seguintes princípios: legalidade, lealdade, transparência, integridade e confidencialidade.

Este é mais um exemplo das boas práticas de governança, que convertem diretrizes em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e fortalecer os valores da Sanepar e contribuem para o alcance de padrões de excelência na gestão, com foco em resultados, mas sempre tendo em vista a função social da Companhia.

Alinhada às melhores práticas de governança corporativa e as diretrizes do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), a Companhia busca ser uma empresa de excelência, comprometida com a promoção do ambiente corporativo íntegro, ético, transparente e em conformidade.

Também merecem destaque as seguintes medidas adotadas em 2019, que reafirmam esse compromisso:

- Implantação do Comitê de Investimentos e Comitê de Planejamento, ambos de assessoramento à Diretoria Executiva;
- Avaliação dos agentes de governança, conduzida por empresa externa;
- Implantação do Programa de Integração de novos conselheiros, com o objetivo de: i) familiarizar o novo agente de governança à Companhia, ii) aprofundar seu conhecimento sobre as responsabilidades legais e estatutárias inerentes à função de administrador, e iii) criar um ambiente de relacionamento de trabalho com todos os envolvidos para facilitar sua atuação;
- Capacitação dos agentes de governança.

## PROGRAMA DE INTEGRIDADE

O combate à corrupção, em todas as suas formas, é um compromisso da Sanepar, em especial de sua alta direção, para criar e manter uma cultura organizacional em que todos sempre adotem condutas éticas.

Como qualquer empresa, no desempenho de suas atividades, a Sanepar está sujeita a ser vítima de atos de corrupção. Em caso de administradores, membros de conselhos e comitês ou empregados da Companhia cometerem atos irregulares enquadrados como de corrupção, pela Lei 12.846/2013, poderão ser aplicadas sanções graves contra a Companhia.

Diante desse cenário, a Sanepar instituiu instrumentos de integridade que espelham o comportamento esperado de todos os agentes de governança, empregados, estagiários, aprendizes, parceiros de negócios, fornecedores e prestadores de serviço em geral. Contribuem também para que a Sanepar não se desvie da sua Missão, sempre de acordo com os princípios da moralidade e da ética pública, com a atuação honesta e correta de todos os envolvidos nas relações trabalhistas, comerciais e empresariais que mantenha.

Aprovado pelo Conselho de Administração, o Programa de Integridade Sanepar é composto por um conjunto de políticas, normas e procedimentos voltados para a prevenção, detecção, monitoramento e resposta em relação aos atos lesivos previstos na legislação, em especial à Lei Anticorrupção.

A fim de coibir condutas inapropriadas nas relações que envolvem a Companhia, o Programa aplica-se a todos os agentes de governança, empregados, estagiários, aprendizes, prestadores de serviços alocados fisicamente nas dependências da Sanepar ou atuando em nome dela, e serve de referência para fornecedores, empreiteiros, prestadores de serviço em geral e demais parceiros de negócios. Todos que interagem com ou em nome da Sanepar devem seguir as regras estabelecidas nos instrumentos de integridade e a legislação.

O Programa de Integridade está fundamentado em seis pilares:

- Governança e Ambiente de Gestão;

- Análise de Riscos e Ambiente de Controle;
- Instrumentos de Integridade;
- Comunicação e Treinamento;
- Gestão da Consequência;
- Monitoramento.

A instância responsável pelo Programa de Integridade é a Gerência de Governança, Riscos e Compliance, com autonomia para a tomada de decisão, implementação de ações e apontamento de mudanças necessárias à efetividade do programa. A gerência reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, em casos de suspeita de envolvimento de integrante da Diretoria Executiva em irregularidades, ou ainda pela omissão em situação a ele relatada.

Em dezembro de 2019, a Companhia reuniu todo o corpo gerencial para a sensibilização quanto à importância do papel do gestor na efetividade do Programa, debatendo temas como conflitos de interesses, transações com partes relacionadas, Código de Conduta e Integridade, entre outros.

## OPERAÇÕES ESPECIAIS

A Companhia foi citada na Operação Rádio Patrulha, do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) no Estado do Paraná, ao final de 2018 e, posteriormente, houve citação na Operação Integração. Em decorrência, deflagrou auditoria interna para apuração dos fatos. Em 13 de dezembro de 2019, foi citada na Operação Águas Claras, conduzida pela Polícia Federal.

Segundo as melhores práticas de governança e outras normas que lhe são aplicáveis, a Sanepar procedeu a contratação de Comissão Externa de Investigação, por meio da 5ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada em 15 de agosto de 2019.

A Comissão Externa de Investigação fundamentou o conjunto necessário de ações e emitiu parecer para a contratação de investigação forense. A Sanepar realizou assim as

contrações de Auditoria Forense e *Shadow Investigation* em novembro de 2019, ambas sob acompanhamento da Comissão Externa de Investigação.

Os trabalhos da equipe de investigação ainda se encontram em andamento, sendo que o resultado poderá eventualmente afetar as demonstrações contábeis no futuro, caso algo seja identificado, conforme Nota Explicativa nº 31 “As Demonstrações Contábeis”.

A governança corporativa visa assim, disponibilizar mecanismos que corroborem a transparência na gestão, conforme Programa de Integridade.

#### CANAL DE DENÚNCIA

O amadurecimento dos processos de governança voltados para o fortalecimento da conduta ética, integra e responsável pelo cumprimento de normas e diretrizes, alinhado ao Programa de Integridade, vem alterando a percepção da Companhia quanto à importância de ter um robusto canal de denúncia para a prevenção de irregularidades.

Tendo em vista maior confiança no anonimato, maior confidencialidade, garantia de imparcialidade, a Companhia no final de 2019 reestruturou o canal de denúncias. A partir de 2020, o canal será conduzido por empresa externa e independente. Neste canal, poderão ser registradas denúncias relativas à violação ao Código de Conduta e Integridade, a leis, normas, políticas e procedimentos internos, vazamento ou uso indevido de informações, fraude, corrupção, suborno, recebimento de presentes, assédio, discriminação, preconceito, roubo, furto ou desvio de materiais, favorecimento, conflito de interesses, irregularidades em contratos e licitações.

O canal de denúncias independente estará disponível no site da Sanepar [www.sanepar.com.br](http://www.sanepar.com.br). Até a implantação efetiva do canal contratado, as denúncias são recebidas por meio da Ouvidoria da Companhia.

A Ouvidoria, por sua vez, tem o papel de registrar solicitações dos clientes referentes a serviços que não tenham sido satisfatoriamente tratados nos canais convencionais de atendimento, além de receber denúncias de furto de água e ligação irregular.

#### COMPLIANCE, ÉTICA E TRANSPARÊNCIA

Numa abordagem conceitual, *compliance* é o dever de agir de acordo, de estar em conformidade e de fazer cumprir regulamentos internos e externos relacionados às atividades da organização. A área de *Compliance* tem por função promover a integridade e a conformidade organizacional, zelar pelo cumprimento de leis, normativos, políticas e diretrizes internas, demais regulamentos aplicáveis e padrões éticos, orientar e conscientizar quanto à prevenção de atividades e de condutas que possam ocasionar riscos à integridade da Sanepar e de partes interessadas.

A transparência pública é um dos mecanismos mais eficientes e essenciais para o combate a fraudes e corrupção. O acesso a informações públicas é um princípio constitucional e direito garantido a toda a sociedade pela Lei Federal 12.527/2011 (de Acesso à Informação) e pelo Decreto Estadual 10.285/2014, no âmbito do Paraná. O controle social das ações do Estado é medida indispensável para assegurar que os recursos públicos sejam bem empregados em benefício da coletividade.

Atendendo ao princípio de transparência ativa e ressalvadas as hipóteses de sigilo legalmente previstas, a Sanepar disponibiliza o Portal da Transparência, dando publicidade aos atos de sua administração, estimulando a sociedade a exercer seu papel no controle social, acompanhando, avaliando e fiscalizando as ações realizadas pela Companhia. Ainda no Portal da Transparência da Sanepar, o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) atende aos pedidos de acesso a informações e dados requeridos pelo cidadão.

Várias outras ações realizadas em 2019 também podem ser destacadas:

- Revisão da Política de Transações com Partes Relacionadas;
- Revisão da Política de Gerenciamento de Riscos Estratégicos e Controles Internos Corporativos;
- Revisão da Política de Investimentos;
- Revisão da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante;
- Implantação da Política de Contratação de Auditoria Independente;
- Unificação do Comitê de Ética e Comissão Disciplinar, com a implantação do Comitê de Conduta, que tem por finalidade consolidar os princípios da conduta ética e apurar denúncias de violações ao Código de Conduta e Integridade;
- Revisão do Código de Conduta e Integridade, com a participação dos empregados;
- Estruturação do Programa de Integridade;
- Implantação do Código de Conduta e Integridade de Fornecedores e Parceiros de Negócio.

#### GESTÃO DE RISCOS ESTRATÉGICOS E CONTROLES INTERNOS

Alinhada aos seus objetivos estratégicos, a Sanepar faz, desde 2017, a gestão de riscos em âmbito corporativo, implementada com base no *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - Enterprise Risk Management (CO-SO-ERM)*.

Durante 2019, ocorreu a reavaliação dos Riscos Estratégicos da Sanepar,

resultando na atualização do portfólio, composto por 26 Riscos e 127 Fatores de Riscos. Destes, 7 tiveram seus tratamentos e monitoramentos priorizados para gerenciamento sistêmico:

- Redução de Receita;
- Não Renovação ou Perda de Contratos com Municípios;
- Não Cumprimento da Legislação Ambiental aplicável;
- Falhas na Concepção e a não Execução do Plano Plurianual de Investimentos;
- Obsolescência Tecnológica e dos ativos;
- Falha na Prestação de Serviço ao Cliente;
- Falha no Desenvolvimento de Produtos.

Para fazer frente ao tratamento desses riscos, foram monitorados indicadores e desenvolvidas ações mitigatórias, com apresentação mensal de seus resultados ao Comitê de Gerenciamento de Riscos para aferir o atendimento dos limites de tolerância estabelecidos e, trimestralmente, à Diretoria Executiva, ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração.

Ainda em 2019 foi estabelecida metodologia de mapeamento de riscos dos processos para possibilitar a avaliação dos sistemas de controle internos visando garantir e melhorar a gestão de riscos em todos os níveis da empresa (estratégico, tático e operacional).

Para isso, a equipe de Controle Interno, juntamente com focais designados pelas diretorias, fez levantamento de todos os processos da empresa e, para cada um dos processos identificados, foi aplicada matriz de materialidade com intuito de priorização para o trabalho.

O produto da aplicação do método em processo piloto demonstrou ser eficaz para o fortalecimento dos controles internos, e 10 processos tiveram seus mapeamentos iniciados até dezembro de 2019, para a identificação de vulnerabilidades e implantação de oportunidades de melhorias.

Para 2020, a auditoria interna deverá promover os testes de eficácia dos controles internos melhorados e, dessa forma, garantir o alinhamento entre as três linhas de defesa (Gerências, Gerenciamento de Riscos e Controle Interno e Auditoria Interna) da Companhia.

#### AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna da Sanepar está vinculada ao Conselho de Administração, por meio de Comitê de Auditoria Estatutário, que aprova e supervisiona as atividades por meio do Plano Anual de Trabalho executado de forma independente e em conformidade com o Regimento Interno da Auditoria.

Nesse processo, além das auditorias sistemáticas, em 2019, foram realizadas e encontram-se em andamento Auditorias Específicas com análise de matérias administrativas de relevante interesse da Alta Administração e do cumprimento à Lei das Estatais (13.303/2016), dentre elas: a) Demonstrações Financeiras; b) Sociedade de Propósitos Específicos (SPE); c) Processo de Licitação; d) Despesas com Patrocínio e Publicidade; e e) Segurança Cibernética.

#### AMBIENTE REGULADO

O ambiente de regulação ao qual a Sanepar está submetida, conforme a Lei de Saneamento (11.445/2007), modificou o modelo de tarifação do setor de saneamento no país. O marco regulatório estabeleceu novas regras a fim de que as empresas tenham equilíbrio econômico e financeiro com vistas à universalização do saneamento. A regulação fortalece as companhias, permite a remuneração dos investimentos e beneficia diretamente a população, por meio dos ganhos de produtividade e da modicidade tarifária.

Em 2017, em cumprimento à Lei 11.445/2007, a agência reguladora do Paraná, a Agepar, autorizou à Sanepar um reposicionamento da tarifa de 25,63% a ser aplicado ao longo de oito anos. Derivado da Revisão Tarifária Periódica (RTP), esse reposicionamento alterou o modelo de tarifa por custos para o modelo de tarifa econômica, que identifica não apenas a variação dos custos, mas os investimentos e a remuneração adequada de capital e de reposição de ativos.

A primeira parcela da RTP resultou em um reposicionamento tarifário médio de 8,53% que incidiu nas tarifas de 2017, e o restante foi dividido em sete parcelas. A partir de maio de 2018, segundo ano do ciclo tarifário, passou a vigorar o reajuste de 5,12%. Em maio de 2019, terceiro ano do ciclo tarifário, a Agepar aprovou o índice de 12,12944% (Resolução Homologatória 006, de 16 de abril de 2019).

A RTP prevê que as companhias de saneamento beneficiem o consumidor com os ganhos de produtividade, o chamado Fator X. Ou seja, os ganhos obtidos com maiores eficiência e produtividade vão se refletir em redução de tarifa. O Fator X foi calculado a partir de premissas aprovadas pela Agepar e terá vigência ao longo do 1º Ciclo tarifário 2017-2020. O índice de produtividade fixado foi de 0,77%, e funciona como redutor em parcela da tarifa, nos anos de reajustes tarifários até a próxima RTP, quando novo preço teto e Fator X serão determinados.

Pela relevância do Fator X nos custos de produção, tarifa e resultados, a Companhia faz acompanhamento da evolução das variáveis que compõem o índice, define estratégias e implementa planos de ação para buscar os ganhos de produtividade

definidos na RTP.

Desde 2017, a Agepar está elaborando um novo Regulamento Geral dos Serviços de Saneamento (RGS), a fim de atualizar as regras atuais do setor, estabelecidas em 1988, pelo Decreto 3.926, anterior ao Marco Regulatório do Saneamento (Lei 11.445/2007). Em 2019, a Agência iniciou o processo de aprovação do novo RGS, submetendo-o à consulta pública e a 10 audiências públicas em todo o Estado do Paraná.

O regulamento estabelece as regras de prestação e utilização dos serviços de saneamento a serem observadas pelo prestador de serviços, clientes e terceiros envolvidos. É a forma de garantir o fornecimento de água e o esgotamento sanitário, sem prejuízo ao cliente e com garantias de investimentos para ampliação dos serviços.

#### ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO

O organograma da Sanepar estabelece como órgão soberano a Assembleia Geral dos Acionistas, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto.

O Conselho Fiscal tem como atribuições o acompanhamento das práticas fiscais e contábeis e da prestação de contas anual e a fiscalização dos atos dos administradores, assegurando que a gestão dos negócios atenda aos objetivos definidos no Estatuto Social, bem como legislação vigente, além de outras atribuições legais.

O Conselho de Administração, formado por nove membros (incluindo um representante dos empregados e três membros independentes), é o órgão deliberativo responsável por determinar as diretrizes e orientação geral para os negócios, realizar gestão de riscos, fiscalizar a atuação da Diretoria Executiva, selecionar auditores independentes, além de formular e expressar as políticas da Companhia, entre outras atribuições previstas no Estatuto Social.

O conselho conta com o assessoria-

mento do Comitê de Auditoria Estatutário e do Comitê Técnico, ambos de atuação permanente e independente.

O Comitê de Auditoria Estatutário tem como principais atribuições a avaliação e o acompanhamento dos processos de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia, dos processos de gestão de riscos e controles internos, da efetividade de atuação da auditoria interna e auditoria independente, além de monitorar, em conjunto com a administração, as transações com partes relacionadas da Companhia.

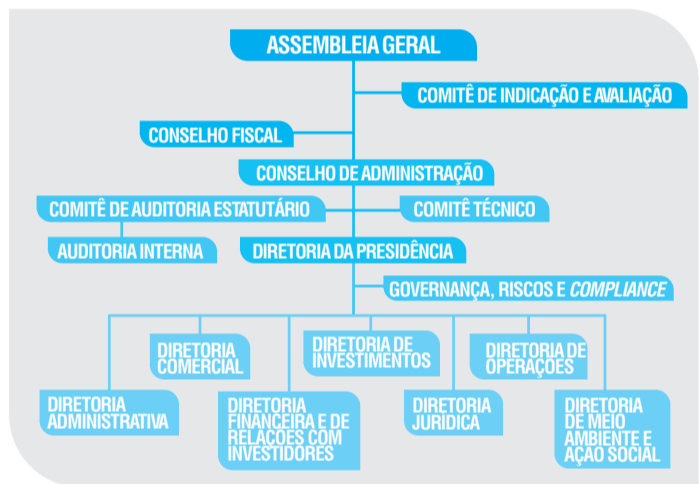
O Comitê Técnico tem, por sua vez, como principais atribuições, analisar e se manifestar por meio de pareceres opinativos não vinculantes, sobre o Plano de Negócios da Companhia, proposta de destinação de lucros do exercício, proposta de celebração de contratos de programa com municípios, impactos dos investimentos em cada revisão tarifária e atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios.

O Comitê de Indicação e Avaliação é órgão estatutário de caráter permanente, auxiliar dos acionistas, que verifica a conformidade do processo de indicação e de avaliação dos administradores, conselheiros fiscais e membros de Comitês Estatutários, nos termos da legislação vigente.

Para executar as estratégias de negócio e implantar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, a Companhia tem uma Diretoria Executiva, formada por oito integrantes, todos com reputação ilibada e formação específica para a qual foram designados, além de uma Diretoria Adjunta.

Em 2019, foram eleitos sete novos diretores, com a permanência do mesmo diretor de Operações. A Diretoria Adjunta passou a ser vinculada à Diretoria de Meio Ambiente e Ação Social, com o objetivo de atuar em *Compliance* Ambiental.

#### RELACIONAMENTO COM INVESTIDORES

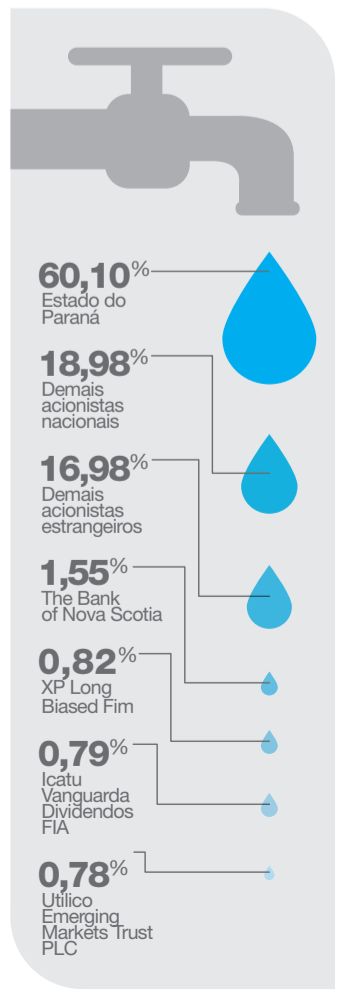


A Companhia em 2019 manteve-se próxima dos investidores com as seguintes ações:

- Voto a distância em Assembleias Gerais de Acionistas;
- Realização de quatro teleconferências para apresentação dos resultados trimestrais e anual;
- Realização da terceira reunião anual com analistas de mercado e investidores em São Paulo, com a participação da Apimec (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento no Mercado de Capitais);
- Realização de diversas reuniões com analistas e investidores na sede da Companhia e em outras capitais;
- Manutenção do site ([ri.sanepar.com.br](http://ri.sanepar.com.br)), abrigado no portal da Sanepar, com informações direcionadas aos investidores e acionistas, nas versões em português e em inglês.

Saiba mais: <http://ri.sanepar.com.br>

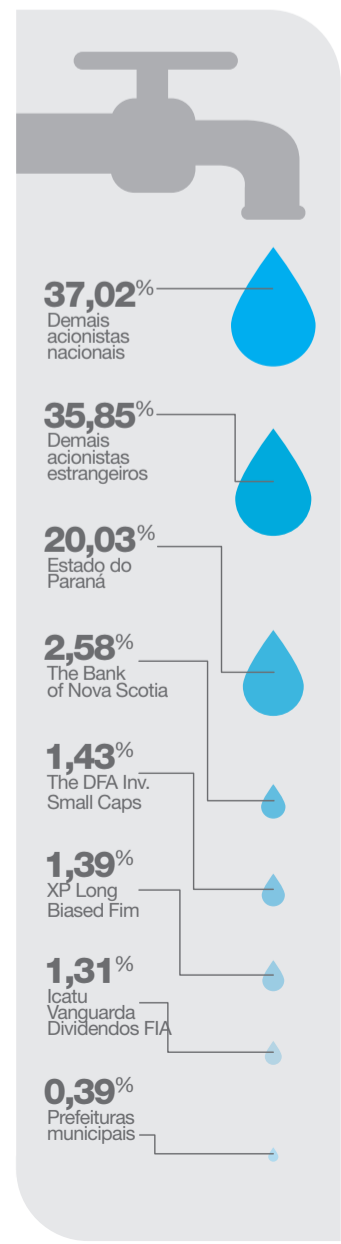
#### CAPITAL VOTANTE



#### COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Governo do Paraná possui 20,03% do capital total da Sanepar e o restante está dividido entre acionistas estrangeiros (39,86%) e nacionais (40,11%). Considerando apenas o capital votante, o Governo do Paraná possui 60,10%, enquanto o restante das ações ordinárias está dividido entre acionistas estrangeiros (19,32%) e nacionais (20,58%). O *free float* (ações negociadas livremente no mercado de capitais) é de 79,97%.

#### CAPITAL TOTAL



## ESTRATÉGIA E OLHAR PARA O FUTURO

### Saúde e sustentabilidade para a sociedade

O planejamento estratégico da Sanepar está alinhado à Lei 13.303/2016, aos princípios institucionais e aos valores da empresa (Responsabilidade, Inovação, Competência, Respeito, Comprometimento, Profissionalismo, Transparência e Ética). Em 2019, a Companhia passou por uma revisão das suas estratégias que destacou as percepções das partes interessadas e do ambiente de negócios da empresa. O resultado desse trabalho gerou um realinhamento da Missão e da Visão e a definição do Propósito da Companhia, formando um novo Mapa Estratégico que direcionará os esforços e as metas a serem seguidas para atender aos novos padrões e desafios do mercado nos próximos anos.

#### PROPÓSITO

Saúde e Sustentabilidade para a Sociedade.

#### MISSÃO

Assegurar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável e inovadora, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.

#### VISÃO

Universalizar o saneamento ambiental, com excelência, em todos os municípios atendidos, comprometida com a satisfação dos clientes.

Os objetivos estratégicos e os eixos norteadores também foram realinhados como segue:

- Sustentabilidade – Assegurar o equilíbrio econômico-financeiro dos negócios; Conservar o meio ambiente; Promover a responsabilidade social.
- Clientes e Poder Concedente – Manter e ampliar o mercado; Elevar a satisfação e fidelizar os clientes; Fortalecer a imagem da empresa.
- Processos – Garantir a qualidade dos produtos e serviços; Aprimorar e inovar projetos e processos; Assegurar as práticas regulatórias e de governança corporativa.
- Aprendizado e Crescimento – Fortalecer a cultura da inovação; Aperfeiçoar o conhecimento, as habilidades e atitudes; Desenvolver o ambiente organizacional.

Fortalecer a cultura da inovação como objetivo estratégico ganhou destaque, pois vai além da incorporação de novas tecnologias. Ele busca uma cultura de inovação dos empregados nos projetos e processos visando o constante aperfeiçoamento e eficiência em sua atuação. Foram destaques também o fortalecimento das práticas de governança corporativa e regulação, que são grandes pilares para a atuação, e o desdobramento do tripé da sustentabilidade em um dos eixos norteadores do Mapa Estratégico.

Os desdobramentos dos objetivos estratégicos também foram definidos pela Diretoria Executiva com a aprovação dos planos estratégicos e estão alinhados ao gerenciamento de riscos com o propósito de mitigar riscos para alcance destes objetivos. Para o acompanhamento desse processo, estão sendo realizados acordos de gestão entre os diretores e gerentes responsáveis criando assim um ambiente de engajamento corporativo.

Além da revisão estratégica, o processo de planejamento estratégico também passou por melhorias com a criação do Comitê de Investimentos e do Comitê de Planejamento Integrado que coordenaram

tudo o processo de Planejamento Estratégico para o período de cinco anos. Uma importante mudança foi a adoção de um Pré-Plano de Negócios para toda a Companhia. Essa nova metodologia facilitou o processo de construção de planejamento de todas as gerências por informar as premissas do planejamento, o que contribui para um melhor alinhamento dos processos.

Em 2019, a Companhia avançou na busca da excelência da gestão, com o lançamento do Sistema Integrado de Excelência da Gestão da Sanepar (SIEGS), que visa integrar os seus programas de qualidade, como o Modelo de Excelência da Gestão (MEGSA), o Programa Use o Bom Senso e ISO 9001 e ISO 14001, bem como promover a maturidade da gestão e a melhoria contínua dos processos da cadeia de valor da Companhia, respeitando as características das diretorias e o alinhamento da qualidade com os objetivos estratégicos.

A Sanepar iniciou a implantação dos programas da qualidade na década de 1990, com a Qualidade Total. Ao longo desses 21 anos, a cultura da qualidade consolidou-se, resultando na implantação de quatro principais programas: ISO 9001, ISO 14001, Use o Bom Senso e MEGSA.

#### PLANO DE INVESTIMENTOS

Com a inserção da Sanepar em ambiente regulado desde 2017, muitas mudanças vêm ocorrendo em todas as áreas da empresa. Para o Plano de Investimentos, implantou-se uma nova diretriz na política de investimento na Companhia, a “eficiência alocativa do investimento”, fundamental para decidir onde fazer o investimento.

Como base para o desenvolvimento humano, o saneamento requer investimentos constantes para a garantia e a melhoria dos serviços de abastecimento de água, de coleta e tratamento de esgoto e o cumprimento de compromissos assumidos. Além de seguirem a diretriz de eficiência alocativa, os investimentos também são pautados pelo tripé da sustentabilidade: eficiência financeira, que busca o menor custo para a sociedade; eficiência ambiental, no atendimento aos padrões da legislação, como outorgas e Termos de Acordo Judicial (TAJs); e na eficiência social, com atenção às regiões que mais necessitam de saneamento.

Em 2019, a Sanepar definiu o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para o período de 2020 a 2024. Os investimentos aprovados para cinco anos são de R\$ 7,6 bilhões, de acordo com a capacidade executiva de endividamento e pagamento da Companhia.

Coordenado pelo Comitê de Investimentos e consolidado pela Diretoria de Investimentos, o PPI foi debatido em todo o Estado. O PPI passa por revisão anual, quando são reavaliadas as metas plurianuais, as novas demandas de empreendimentos que levam em conta as necessidades operacionais e ambientais e o atendimento às metas contratuais com o poder concedente.

Os investimentos estão classificados pela característica dos empreendimentos que visam a ampliação do mercado (aumento de ligações e receita), as melhorias operacionais, o *compliance* ambiental e a infraestrutura necessária para as operações da Sanepar. Esse planejamento é fundamental para o desenvolvimento sustentável da empresa, a regularidade do abastecimento de água e a coleta e tratamento de esgoto, de forma a garantir o equilíbrio operacional e financeiro da Sanepar.

## EFICIÊNCIA OPERACIONAL

### Trabalhando para levar saúde para as pessoas

As famílias atendidas pela Sanepar – mais de 10 milhões de pessoas – são 100% abastecidas com água tratada na área urbana. Em 2019, houve um acréscimo de 56.776 novas ligações, o que representa um crescimento de 12% em relação ao ano de 2018.

Para fazer frente ao crescimento da demanda e à manutenção dos atuais sistemas de abastecimento, a Sanepar investiu em 2019 R\$ 459,7 milhões.

A Sanepar mantém estações de tratamento de água em todo o Estado. Para assegurar o atendimento à legislação de potabilidade, a Companhia realiza cerca de 156 mil análises mensais da água dos mananciais, das estações de tratamento e nas redes de distribuição e 408 mil análises nos laboratórios operacionais durante o processo de tratamento da água, ainda dentro das estações. Nestes laboratórios, as análises são feitas de hora em hora, 24 horas por dia, totalizando 564 mil análises mensais, cerca de 6,8 milhões por ano, para monitorar a qualidade da água e atender às exigências da legislação de potabilidade.

Dos 345 municípios atendidos pela Sanepar no Paraná e 1 em Santa Catarina, 52% são abastecidos ex-

clusivamente com águas subterrâneas, 35% por sistemas mistos de águas superficiais e subterrâneas e 12% exclusivamente por mananciais superficiais. A Sanepar opera 1.104 poços em todo o Estado.

Na área de esgotamento sanitário, a Sanepar disponibiliza coleta de esgoto para 74,2% dos paranaenses e 100% de tratamento. Em 2019, os investimentos em esgotamento sanitário, com implantação de novos serviços, ampliação e melhoria de sistemas já existentes foram de R\$ 454,2 milhões.

A empresa também faz a operação de três aterros sanitários, com coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos para 7 municípios no Paraná.

#### ÁGUA

Com a visão sistêmica da água nos sistemas de abastecimento e da importância do comprometimento da sociedade com esse processo, a Sanepar propôs a implantação de um Plano de Segurança da Água (PSA), conforme determina a Portaria de Consolidação nº 5/2017, do Ministério da Saúde e cuja metodologia foi publicada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Em 2019, a Sanepar começou a elaborar o PSA para a cidade de Cascavel.

O desenvolvimento do Plano visa garantir a qualidade da água, com metodologias de avaliação e gestão de riscos e melhores práticas de operação do sistema. Dessa forma, tem-se uma abordagem de segurança preventiva, com uma gestão que se inicia no manancial de abastecimento, passa pelas estações de tratamento e vai até o sistema de distribuição.

Essa ferramenta possibilita a organização e a estruturação do sistema para minimizar a chance de incidentes que poderiam resultar em impactos negativos na qualidade e na segurança da água. Em 2019, foram investidos cerca de R\$ 335 mil nas primeiras ações para efetivação do Plano de Segurança da Água.

As diretrizes e ações referentes à recuperação de áreas e conservação de mananciais foram reformuladas para atendimento ao Plano de Segurança da Água.

#### QUALIDADE DA ÁGUA

##### ÁGUA TRATADA É A MELHOR ESCOLHA

A água da Sanepar é tratada com cloro, o que garante a sua potabilidade e qualidade, e com flúor, que auxilia na prevenção de cáries

dentárias. A Companhia segue procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água, determinados pelo Ministério da Saúde. O trabalho é realizado nas 168 estações de tratamento de água, 4 laboratórios centrais e 153 laboratórios descentralizados de análise da qualidade da água que a empresa possui no Paraná, realizando aproximadamente 560 mil análises por mês (base 2019) para garantir a qualidade da água que distribui. Resultados de alguns parâmetros são divulgados periodicamente no site da empresa, em um relatório anual e também, de forma resumida, na conta mensal de seus clientes, em atendimento ao Decreto Federal 5440/2005, além da divulgação obrigatória para secretarias de saúde municipais e estaduais e para o Ministério da Saúde.

Para garantir os bons resultados, a Sanepar realiza regularmente um diagnóstico dos processos de tratamento de água por meio da aplicação do programa denominado Exceletas (Excelência das ETAs) que consiste em realizar verificações *in loco* quanto às condições do manancial, das instalações físicas, da performance operacional, da capacitação do pessoal e da gestão operacional.

#### PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS

Proprietários de áreas localizadas em bacias de mananciais podem ser beneficiados pelo Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), desenvolvido pela Sanepar para incentivar medidas de preservação das condições naturais do terreno, em especial, da água e do solo.

O PSA é aplicado no entorno do Reservatório Piraquara I, na Região Metropolitana de Curitiba, em parceria com a Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (Sedest) e o município de Piraquara. Em chamamento público, foram selecionados 11 proprietários, que vão receber R\$ 250 mil do PSA.

#### RIOS URBANOS

Para garantir a qualidade da água dos rios urbanos, o Programa de Revitalização de Rios Urbanos (PRRU) faz o monitoramento das condições da água com a medição do teor de oxigênio dissolvido em diferentes trechos dos rios, córregos e galerias. Isso permite detectar pontos para consertos na rede coletora e eliminar assim ligações clandestinas e lançamentos de esgoto em corpos hídricos.

Em 2019, foram monitorados, em Curitiba, os rios Belém (trecho Norte), Uvu, Bacacheri, Palmital e Córrego do Mueller; na Região Metropolitana de Curitiba, os rios Vila Formosa e Ressaca; e, em Foz do Iguaçu, foram levantadas as condições das bacias dos rios Monjolo e M Boicy.

#### GESTÃO DE SEGURANÇA DE BARRAGENS

As quatro barragens que fazem parte do Sistema de Abastecimento Integrado de Curitiba (SAIC) – Iraí, Piraquara I e II e Passaúna – são operadas, inspecionadas e monitoradas regularmente por uma equipe multidisciplinar interna e externa de engenheiros e técnicos, especializados em diversas áreas, como Hidrologia, Química, Mecânica, Hidráulica, Elétrica, Estruturas, Geotecnia, Geologia, Operação e Manutenção.

Para a segurança das barragens em operação, é designado como responsável um profissional qualificado, com formação em Engenharia Civil, especialização em Segurança de Barragens e Gestão de Projetos de Recursos Hídricos e mestrado em Engenharia da Construção Civil. Também há acompanhamento regular executado periodicamente por uma equipe multidisciplinar interna e externa de engenheiros e técnicos, especializados em diversas áreas, como Hidrologia, Química, Mecânica, Hidráulica, Elétrica, Estruturas, Geotecnia, Geologia, Operação e Manutenção.

Além de visar a segurança da barragem e de sua operação, o trabalho de monitoramento e inspeção também garante melhor aproveitamento dos recursos hídricos em relação a quantidade e qualidade da água.

A Sanepar obedece as diretrizes do Plano Nacional de Segurança de Barragens, instituído pela Lei Federal 12.334/2010, e a Portaria 46/2018 publicada pelo Instituto das Águas, órgão estadual responsável pela fiscalização das barragens no Paraná. E também segue o Manual do Empreendedor sobre Segurança de Barragens, publicação da Agência Nacional de Águas (ANA).

Em 2012, a Sanepar solicitou ao órgão fiscalizador a classificação de suas quatro barragens devido aos porte e tamanho dos seus reservatórios.

Naquele mesmo ano, protocolou no órgão fiscalizador estudos, relatórios e informações sobre as barragens, elaborados pela empresa de consultoria e engenharia portuguesa Coba, antes mesmo da publicação de Resolução ou Portarias deste órgão.

O Plano de Segurança das Barragens (PSB) é composto por 6 volumes, de acordo com a Portaria 46/2018:

- I - Informações Gerais
  - II - Documentação Técnica do Empreendimento
  - III - Planos e Procedimentos
  - IV - Registros e Controles
  - V - Revisão Periódica de Segurança de Barragens
  - VI - Plano de Ação de Emergência
- A Companhia cumpre os prazos legais estabelecidos pelo órgão fiscalizador para entrega de cada um desses volumes. Desde 2010, entrega os volumes I, II, III e IV.

Estão em fase de execução os estudos de contratação do Volume V - Revisão Periódica de Segurança de Barragens (Consultoria Externa ao empreendedor, uma exigência da lei) e os estudos que irão compor o Volume VI - Plano de Ação de Emergência (PAE). O objetivo é minimizar os riscos e reduzir impactos junto às populações à jusante das barragens e lindeiras, na eventualidade de um acidente.

A conclusão desses documentos está prevista para o fim de 2020, dentro do prazo legal. Vale destacar

que as barragens da Sanepar são seguras por terem sido construídas com as boas práticas de engenharia e por terem acompanhamento e manutenção de operação e instrumentação.

A nova barragem do SAIC, a do Rio Miringuava, em construção, terá o seu Plano de Segurança das Barragens antes do primeiro enchimento do reservatório, conforme preconiza a legislação já citada.

#### RELAÇÕES COM INSTITUIÇÕES EXTERNAS

A Sanepar mantém parceria com Defesas Cívicas Municipais e Estadual, para auxiliar na elaboração de Planos de Contingência Municipais para Barragens, de acordo com a Lei 12.608/2012 que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, para a realização de simulados, levantamento de áreas de risco, monitoramento e tratamento de ocorrências com cargas perigosas em torno dos mananciais de abastecimento público.

Também estabelece convênios com as prefeituras, visando a proteção das áreas de entorno da barragem.

A Sanepar é sócia do Comitê Brasileiro de Barragens (CBDB) e tem representação na Diretoria do Comitê Brasileiro de Barragens - Regional Paraná. O CBDB é um agente facilitador no intuito de colaborar para que a realização e a operação de barragens e obras associadas sejam técnicas, ambientais e socialmente adequadas para a sociedade.

Em 2019, foi realizado em Curitiba o I Simpósio Nacional que debateu a segurança de barragens de abastecimento e irrigação. Promovido pela Sanepar, pelo CBDB e pelo Instituto de Engenharia do Paraná (IEP), o simpósio reuniu especialistas do segmento de abastecimento de água e de irrigação.

#### RISCOS DE DESASTRES EM MANANCIAIS

##### PROCESSOS OPERACIONAIS DE PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO E RESPOSTA A DESASTRES

A resposta rápida a emergências ambientais é feita, no Paraná, por uma rede que integra Defesa Civil, Polícias Rodoviária, Estadual e Federal e os órgãos de fiscalização ambiental, em especial o Instituto Água e Terra. A Sanepar também faz parte desse processo por meio da Comissão Estadual de Prevenção, Preparação e Resposta a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos do Estado do Paraná, criado pelo Decreto Estadual 7.117/2013.

Como medida preventiva, a Sanepar mantém placas de sinalização de mananciais por toda malha viária que atravessa mananciais utilizados pela Sanepar no Estado e também dispõe de kits de emergências ambientais. Fazem parte dos kits: barreiras de absorção e barreira de contenção de produtos oleosos e caixa de coleta para amostras (somente utilizados em situações de emergência). Os kits foram distribuídos para todas as Gerências Regionais e estão armazenados em locais definidos pelas gerências em função da praticidade e da rapidez em caso de necessidade.

Com esse material, é possível detectar em laboratório a presença de contaminantes que podem levar à suspensão do tratamento de água para abastecimento público. Em 2019, foram atendidas 24 ocorrências, sendo 17 em áreas de mananciais.

#### ESGOTO

##### A CAMINHO DA UNIVERSALIZAÇÃO

O esgotamento sanitário é um dos maiores desafios para melhorar a condição de vida e saúde dos brasileiros, por meio do combate às doenças de veiculação hídrica. É também um dos principais fatores de proteção ambiental, ao reduzir o despejo de dejetos em córregos e rios.

Com foco no aprimoramento dos serviços diretamente relacionados à saúde e à qualidade de vida dos cidadãos, a Sanepar investe de forma contínua na ampliação e na modernização do sistema de coleta e tratamento de esgoto.

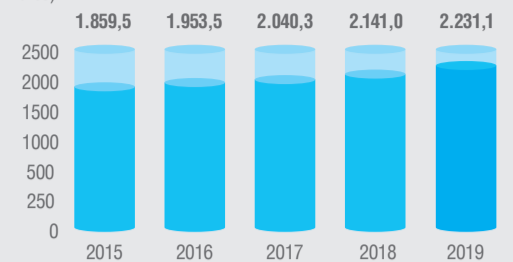
Em 2019, a rede de coleta cresceu 2,1%, alcançando quase 37 mil quilômetros de extensão.

O incremento no número de economias ligadas à rede teve crescimento de 4,2%, superando o número total de 3 milhões de economias. O volume faturado de esgoto cresceu aproximadamente 5,4%, com o incremento de 20,3 milhões de m<sup>3</sup> no volume anual.

Na melhoria dos processos de tratamento de esgoto, houve investimentos em estações de tratamento modulares (pré-fabricadas), em pós-tratamento modulares e em adequações nas ETEs em operação. Todos esses esforços apresentaram melhorias significativas nos resultados das estações.

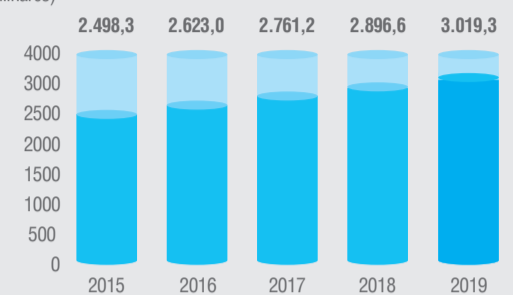
#### NÚMERO DE LIGAÇÕES / ESGOTO

(Em milhares)



#### ECONOMIAS ATIVAS<sup>1</sup> / ESGOTO

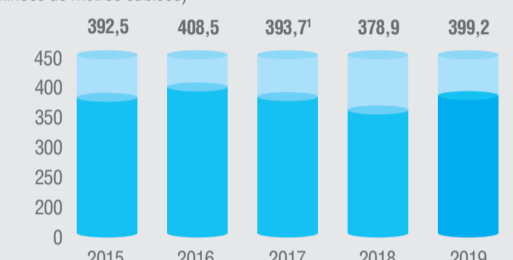
(Em milhares)



<sup>1</sup> O termo economia ativa é usada para designar todo imóvel ou subdivisão de um imóvel que possui uma instalação privada ou de uso comum de serviços de água e/ou esgotamento sanitário cadastrado e faturado pela Sanepar

#### VOLUME FATURADO / ESGOTO

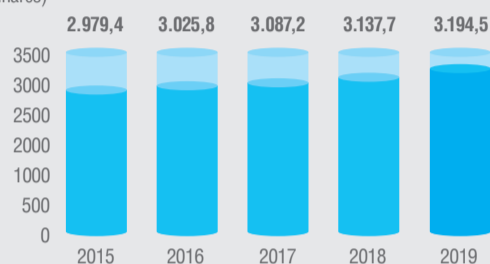
(Em milhões de metros cúbicos)



<sup>1</sup> Em 2017, houve a mudança de estrutura básica da tarifa mínima passando de 10m<sup>3</sup> para 5m<sup>3</sup>

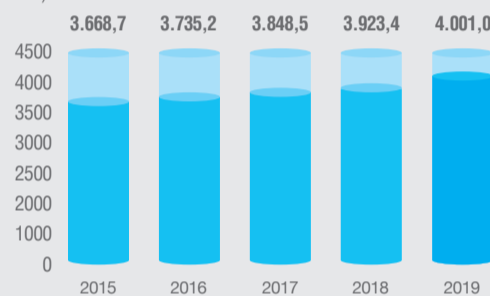
#### NÚMERO DE LIGAÇÕES / ÁGUA

(Em milhares)



#### ECONOMIAS ATIVAS<sup>1</sup> / ÁGUA

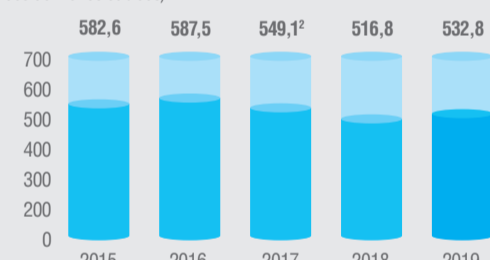
(Em milhares)



<sup>1</sup> O termo economia ativa é usado para designar todo imóvel ou subdivisão de um imóvel que possui uma instalação privada ou de uso comum de serviços de água e/ou esgotamento sanitário cadastrado e faturado pela Sanepar

#### VOLUME FATURADO / ÁGUA

(Em milhões de metros cúbicos)



<sup>1</sup> Considera também os volumes referentes a consumidores industriais (água não potável)

<sup>2</sup> Em 2017, houve a mudança de estrutura básica da tarifa mínima passando de 10m<sup>3</sup> para 5m<sup>3</sup>

#### GESTÃO DE PERDAS

O índice de perdas de água é um dos principais indicadores da eficiência do sistema de distribuição de água. A Companhia adota medidas contínuas de combate a fraudes, vazamentos, submedição e ligações clandestinas. Há duas maneiras de medir as perdas: o índice de perdas por ligação/dia, o IPL, que em 2019 ficou em 230,5, e perdas na distribuição na média dos últimos 12 meses (PSD12), métrica mais utilizada no Brasil. Na Sanepar, esse índice ficou em 34%.

Mesmo abaixo da média nacional de 38,5% segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS 2018), a Sanepar se esforça para reduzir esse indicador. O combate a perdas de água é uma atividade contínua, com ações diárias de identificação, controle e redução. São feitas vitórias nas redes, ramais e cavaletes, nas regiões com índices de vazamentos, que são reparados o mais rápido possível.

Também é feito o monitoramento das pressões e vazões nas redes de distribuição, essencial para identificação de vazamentos e direcionamento das equipes de manutenção. Essa gestão das pressões é fator relevante para controle dos vazamentos, além de proporcionar um abastecimento

mais regular para a população.

A Metodologia de Análise e Solução de Problema (MASP) é aplicada nos processos que possam causar perdas de água: produção, distribuição e manutenção de redes, com abordagem sistemática e estruturada para a gestão e o controle dos processos. É uma metodologia de análise, que visa promover otimização e melhoria dos resultados, a partir de ferramentas da qualidade.

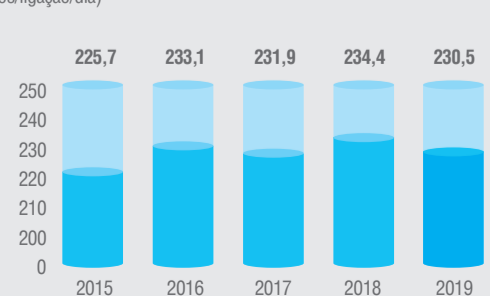
O MASP, aliado à técnica do Balanço Hídrico, permite a identificação das causas das perdas, de modo a direcionar ações mais assertivas para a melhoria da eficiência dos processos.

Outra prática importante é a gestão do parque de hidrômetros, de forma que estejam corretamente dimensionados e atualizados tecnologicamente, de acordo com o perfil de consumo de cada cliente. Os equipamentos também são substituídos preventivamente e corretivamente, evitando falhas na medição pelo desgaste nas peças internas. A cada ano, são trocados cerca de 400 mil hidrômetros no Estado.

Outra causa das perdas são as fraudes no hidrômetro e as ligações clandestinas, problema que tem aumentado nos últimos anos e que é foco de ações de controle e mitigação por parte da Sanepar.

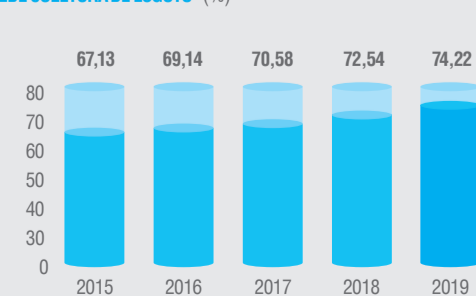
#### ÍNDICE DE PERDAS POR LIGAÇÃO

(Em litros/ligação/dia)



#### IARCE - ÍNDICE DE ATENDIMENTO COM REDE COLETORA DE ESGOTO<sup>1</sup> (%)

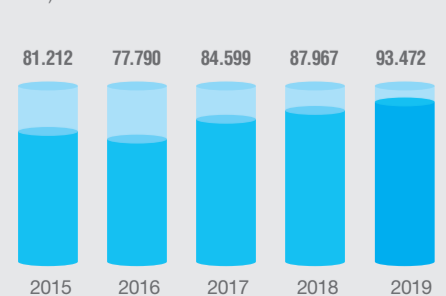
(%)



<sup>1</sup> Índice baseado nas economias ativas, inativas e factíveis da área de atuação da rede de coleta.

#### CARGA ORGÂNICA REMOVIDA

(Em toneladas/ano)



intervenções necessárias, os TAJs impuseram à Sanepar um conjunto de ações desafiadoras para serem implementadas nos prazos acordados.

Contudo, não bastam apenas decisão e planejamento, é necessário também uma mudança de cultura organizacional para atingir os objetivos.

Entre essas ações, estão a criação da Diretoria Adjunta de Compliance Ambiental e de um grupo de trabalho de governança cujos objetivos são de realizar análise crítica dos relatórios das ações e monitoramento das ETES contempladas nos Termos de Acordos Judiciais e também acompanhar os cronogramas e avaliar os relatórios de auto monitoramento.

Outra ferramenta importante no contexto do Compliance Ambiental foi a implementação do Programa de Capacitação em Legislação Ambiental. O objetivo desse treinamento foi proporcionar aprofundamento, análise e discussão da interpretação e aplicação dos requisitos dos principais diplomas legais às atividades relacionadas aos processos de coleta e tratamento de esgotos sanitários; de captação, tratamento e distribuição de água; e de coleta e tratamento de resíduos sólidos urbanos. Com módulos específicos para cada segmento, os públicos alvo deste programa são operadores de ETES, ETAs e aterros sanitários, projetistas, gerentes, coordenadores operacionais e pessoal da dimensão estratégica.

A gestão do Termo de Acordo Judicial está sendo um grande desafio, gerando ampla discussão sobre sua importância nos diferentes níveis da Companhia. Da operação à alta direção, foi destacado que é necessário dedicação para que aconteça a mudança de rotinas e processos.

**CARGA REMOVIDA NAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO**

A função das estações de tratamento de esgoto é remover a carga poluidora, atendendo aos limites dos diferentes parâmetros determinados na legislação ambiental. Além de monitorar o descarte, a Sanepar mede a carga removida do processo de tratamento. O indicador utilizado leva em consideração os limites-padrão de todos os parâmetros avaliados e a carga orgânica medida, conforme Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO).

**LODO NA AGRICULTURA**

Destinar o lodo gerado nas estações de esgoto para uso agrícola é uma das alternativas sustentáveis utilizadas pela Sanepar há décadas. Essa destinação do lodo para a agricultura é considerada exemplo de prática ambientalmente correta pelo

Programa da Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

A experiência começou na Região Metropolitana de Curitiba e alcançou outras regiões do Estado. Em regiões como as de Umuarama e de Campo Mourão, onde a agricultura tem forte presença, 100% do lodo é direcionado para essa finalidade.

Desde 2007, foram destinadas para a agricultura cerca de 300 mil toneladas de lodo e há projetos para ampliar essa prática em todas as regiões do Estado. Essa experiência, já consolidada, influenciou a elaboração de normas pelo Conama (Resolução 375/2006) e pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente do

Paraná (Resolução SEMA 021/2009), disciplinando o uso agrícola.

Antes de ser enviado às áreas agrícolas, o lodo de esgoto deve passar por testes e atender a padrões de qualidade, sendo aferidas as quantidades de metais pesados, sanidade em termos de ovos viáveis de helmintos, salmonela, coliformes termotolerantes e vírus entéricos. Todos estes parâmetros devem estar abaixo dos limites da legislação pertinente. A área agrícola que vai receber o produto também passa por inspeção e análise de um profissional habilitado.

**RESÍDUOS SÓLIDOS**

A Sanepar faz a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos

sólidos urbanos para sete municípios na região Norte do Estado. Por meio de contratos com os municípios de Cianorte, Apucarana e Cornélio Proença, a Companhia administra três aterros sanitários que, em 2019, movimentaram 64 mil toneladas de resíduos, atendendo a uma população de 290 mil habitantes.

A experiência na gestão de resíduos sólidos começou em 2002 em Cianorte. O aterro, que opera de forma regionalizada, atende aos municípios de São Tomé, Terra Boa, Guaporema e Indianópolis e foi o primeiro do país sob gestão de uma empresa pública a receber certificação ISO 14001, de gestão ambiental.

**DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO**  
Geração de valor com gestão eficiente

No ano de 2019 a economia brasileira apresentou desempenho pouco expressivo, com crescimento do PIB acumulado ao longo do ano no patamar de 1% até o terceiro trimestre, mas com taxas de juros e inflação baixas. Mesmo diante deste cenário, a Companhia deu sequência a resultados positivos alcançados nos últimos anos, afirmando seu equilíbrio econômico-financeiro. O desempenho foi assegurado principalmente pela expansão dos segmentos de água e esgoto e pela atuação da administração na gestão dos custos e despesas operacionais.

A Companhia obteve crescimentos significativos nos seus indicadores financeiros, a receita líquida aumentou 13,5% em comparação a 2018, o lucro líquido avançou 21,0%, enquanto a margem líquida atingiu 22,9% e a margem EBITDA alcançou o índice de 41,7%. Diante destes resultados, os indicadores de rentabilidade apresentaram resultados positivos, como o retorno sobre o capital investido, que chegou a 13,5% em 2019, além da valorização das ações da Companhia. A busca da Sanepar pela universalização foi marcada pela melhoria e ampliação dos serviços, crescimento da população atendida, aumento da rede de abastecimento de água e da coleta de esgoto com investimentos realizados no montante de R\$ 1.027,1 milhões em 2019.

Foram captados recursos financiados no montante de R\$ 350 milhões com a 9ª emissão de debêntures, utilizados para capital de giro e complemento do programa

de investimentos da Companhia, de acordo com seu compromisso com a sustentabilidade econômico-financeira. A *Fitch Ratings* afirmou o *Rating* Nacional de Longo Prazo 'AA(bra)' da Companhia e da 9ª emissão de debêntures, sendo que a perspectiva do *rating* corporativo é Positiva. O *rating* foi sustentado pelo baixo risco dos negócios da Sanepar no setor de saneamento básico brasileiro e pelo forte perfil de negócios e financeiro.

O compromisso da Sanepar com a sustentabilidade econômico-financeira pautou a gestão financeira da Companhia no último ano e seguirá como referência, tendo como perspectiva assegurar o equilíbrio econômico-financeiro com a gestão eficiente das receitas, custos e despesas, gerenciamento do fluxo de caixa, além da execução de investimentos prudentes, alinhados aos objetivos estratégicos da Companhia.

**RECEITAS**

A receita operacional líquida em 2019 foi de R\$ 4.723 milhões, 13,5% superior a 2018, refletindo a expansão dos serviços de água e esgoto e aplicação do reajuste tarifário de 8,37% a partir de maio de 2019 e da aplicação do diferencial do reajuste tarifário de 3,76% a partir de novembro de 2019, totalizando um reajuste anual de 12,13%.

Inicialmente o reajuste tarifário anual para as contas de água e esgoto foi aprovado pela Agepar em 12,13%. Após suspensão do reajuste por

medida cautelar e decisão do Tribunal de Contas do Paraná (TCE/PR) através do Acórdão nº 1373 de 2019, foi fixado o reajuste de 8,37% implementado a partir de 24 de maio de 2019.

A Sanepar empenhou esforços em reestabelecer a aplicação do reajuste tarifário e para demonstrar que o percentual inicialmente aprovado pela Agepar atendia aos critérios estabelecidos na metodologia regulatória. O resultado foi o reestabelecimento do reajuste integral pelo TCE/PR com a aplicação do diferencial de 3,76% a partir de 11 de novembro de 2019, sendo que o valor retroativo foi atualizado e aplicado parcelado para a população em seis meses a partir de 19 de novembro de 2019.

Os investimentos possibilitaram a ampliação dos serviços com crescimento de 2,3% na extensão da rede de abastecimento de água e de 2,1% da rede de coleta de esgoto. A quantidade de ligações também cresceu na proporção de 1,8% e 4,2% de água e esgoto, respectivamente.

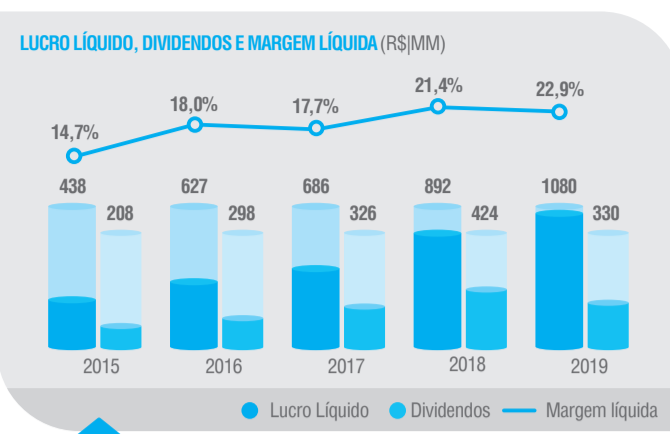
A receita da Companhia continua sendo composta majoritariamente pela prestação de serviços a clientes residenciais nos municípios atendidos, representando 77,3% das receitas de água e 76,6% das receitas de esgoto. A solidez da receita está amparada pelos contratos de programa/concessão entre a Companhia e os municípios que tem *Maturity* de 20,4 anos.

**LUCRO LÍQUIDO**

O lucro líquido foi de R\$ 1.080 milhões, um crescimento de 21,0% em relação ao exercício anterior. A margem líquida cresceu na proporção de 1,5 p.p., atingindo 22,9% em 2019. O aumento do lucro líquido é resultado do crescimento da receita líquida, da eficiente gestão dos custos e despesas, que a Companhia vem apresentando nos últimos exercícios, e da economia tributária decorrente do crédito aos acionistas de juros sobre o capital próprio em substituição aos dividendos.

**REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS**

A determinação legal concede aos acionistas o direito ao dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado líquido ajustado. Contudo, a política de dividendos da empresa prevê que a Administração poderá, além do dividendo anual obrigatório, observada a saúde financeira e o interesse público que motivou a constituição da Companhia, aprovar a distribuição como dividendo adicional e/ou juros sobre capital próprio de até mais 25% do lucro líquido. A Administração da Companhia está propondo a distribuição de 32,2% do lucro líquido ajustado a título de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 330,4 milhões, referentes ao resultado de 2019. O pagamento ocorrerá em até 60 dias após a realização da Assembleia Geral Ordinária, que aprovará as contas do exercício de 2019. O rendimento da ação aos acionistas (*Dividend Yield*) foi de 6,1% em 2019.

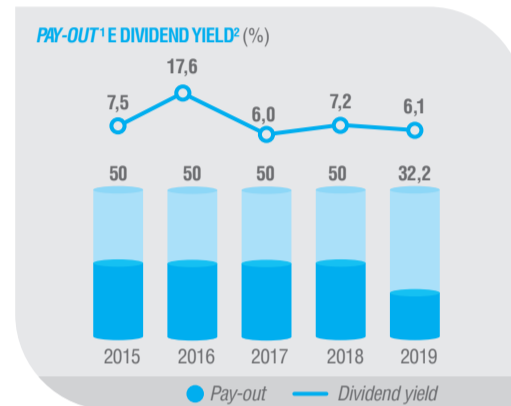


¹IPCA IBGE 2016: 6,29% | 2017: 2,95% | 2018: 3,75% | 2019: 4,31%

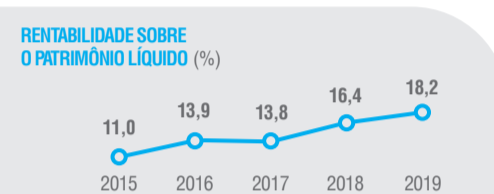
▲ CAGR 25,3%  
Percentual médio de crescimento do lucro líquido entre 2015 e 2019.

**RENTABILIDADE**

Com o desempenho alcançado, a Companhia apresentou crescimento na rentabilidade em relação ao patrimônio líquido: o índice passou de 16,4% em 2018 para 18,2% neste exercício. O retorno sobre o capital investido também apresentou boa performance, passando de 12,6% em 2018 para 13,5% em 2019.



¹ Pay-out: percentual de distribuição do lucro.  
² Dividend yield: evolução do lucro distribuído com relação ao ano anterior.



▲ CAGR 13,8%  
Percentual médio de crescimento da geração de caixa operacional entre 2015 e 2019.

**GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL**

A operação da empresa gerou um caixa de R\$ 1.460,6 milhões em 2019. No mesmo período, foi pago o montante de R\$ 394,6 milhões de dividendos e juros sobre o capital próprio, valor 32,6% superior ao exercício anterior.

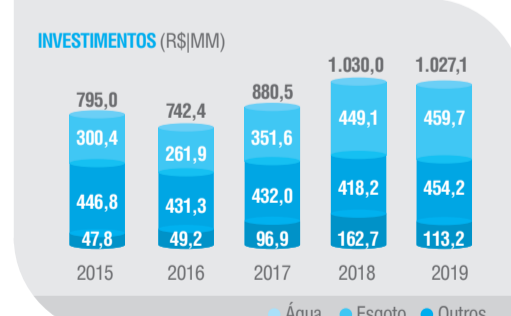
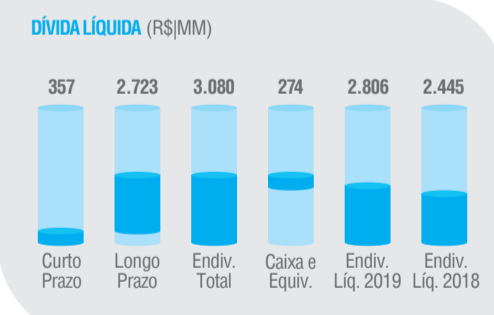
**CAPTAÇÃO DE RECURSOS**

Com o objetivo de manter a liquidez e complementar o programa de investimentos, a Companhia utiliza recursos de terceiros disponíveis, que são analisados e alocados dentro das necessidades de suas operações.

Em 2019, a Sanepar realizou captação de recursos por meio da 9ª emissão de debêntures, em duas séries, no valor total de R\$ 350 milhões. As debêntures, não conversíveis em ações, têm vencimento para 2024 e 2026. A operação teve classificação de risco de crédito "Rating" pela *Fitch Ratings*, com *Rating* Nacional de Longo Prazo 'AA(bra)'. Houve também liberação de recursos referente ao contrato com o Banco KfW, banco de desenvolvimento estatal alemão, no valor de EUR

450 mil em 2019, equivalente a R\$ 2.063 mil. O contrato junto ao Banco KfW tem como finalidade projetos de eficiência energética para as estações de tratamento de esgoto, sendo o valor total do contrato de EUR 50.000 mil com perspectiva de liberação de recursos até 2023.

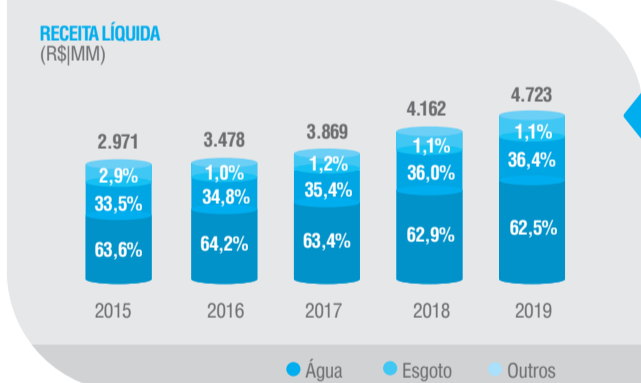
**DÍVIDA LÍQUIDA**  
A dívida líquida, que reflete o grau de endividamento da Companhia, foi de R\$ 2.806,4 milhões em 2019, enquanto a relação Dívida Líquida versus EBITDA, que mede o índice de alavancagem, passou de 1,5 em 2018 para 1,4 em 2019.



**INVESTIMENTOS**

A Sanepar realiza os investimentos de acordo com diretrizes baseadas nas metas estratégicas e operacionais e dos compromissos legais e ambientais, observada a saúde financeira da Companhia. Nos últimos cinco anos, o investimento acumulado foi de R\$ 4,5 bilhões, destinados

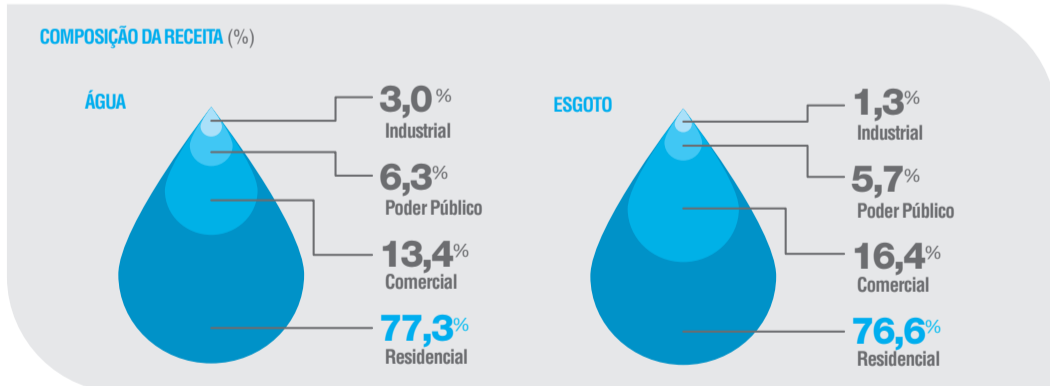
a manutenção de suas operações, ampliação e melhoria dos serviços. Garantindo a prestação de serviços no futuro, o Plano Plurianual de Investimentos da Companhia para os próximos cinco anos contempla o montante total de R\$ 7,6 bilhões, distribuídos em R\$ 1,3 bilhão em 2020, R\$ 1,6 bilhão em 2021, R\$ 1,6 bilhão em 2022, R\$ 1,5 bilhão em 2023 e R\$ 1,6 bilhão em 2024.



▲ CAGR 12,3%  
Percentual médio de crescimento da receita líquida entre 2015 e 2019.

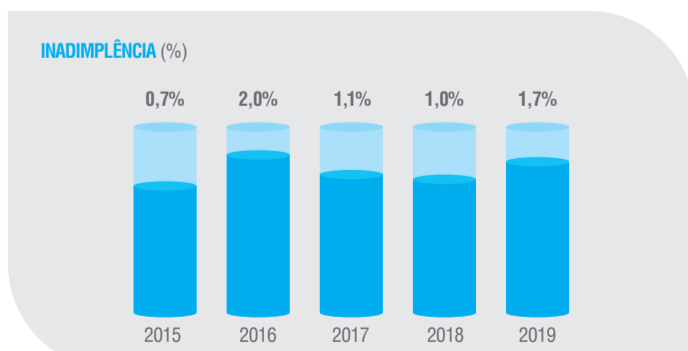


¹IPCA IBGE 2016: 6,29% | 2017: 2,95% | 2018: 3,75% | 2019: 4,31%



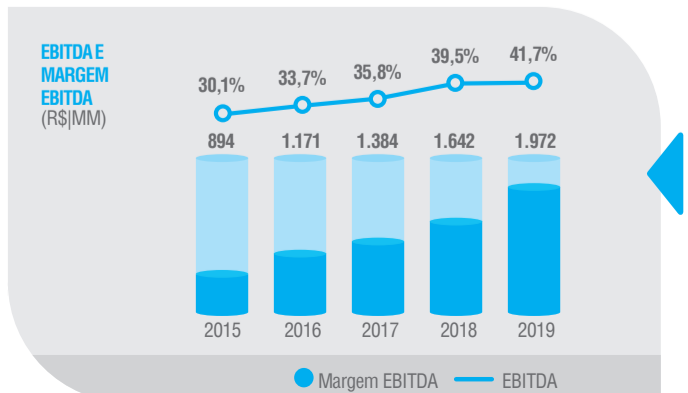
**INADIMPLÊNCIA**

Após os resultados positivos alcançados em 2017 e 2018 o índice de inadimplência apresentou moderado crescimento neste exercício, atingindo 1,7%, motivado principalmente pelo aumento das contas vencidas de até 30 dias dos clientes particulares.



**EBITDA**

Em 2019, o EBITDA cresceu 20,1% em comparação com 2018, atingindo R\$ 1.972 milhões, resultado de uma gestão sólida da eficiência operacional da Companhia, que manteve o crescimento dos custos operacionais inferiores ao crescimento da receita operacional líquida. A margem EBITDA de 2019 foi de 41,7%, superior ao ano anterior quando atingiu 39,5%. Enquanto a receita líquida cresceu 13,5%, os custos operacionais que influenciam o EBITDA aumentaram 9,2%, motivados principalmente pelo reajuste da tarifa de energia elétrica, que além do reajuste anual e das bandeiras tarifadas teve a redução do subsídio para o setor de saneamento estabelecido pelo Decreto nº 9.642/18. Houve também aumento dos custos com materiais de tratamento, reforçando o compromisso da Companhia com o tratamento adequado da água e do esgoto. Além disso, houve aumento das provisões trabalhistas e crescimento de outras despesas operacionais.



▲ CAGR 21,9%  
Percentual médio de crescimento do EBITDA entre 2015 e 2019.

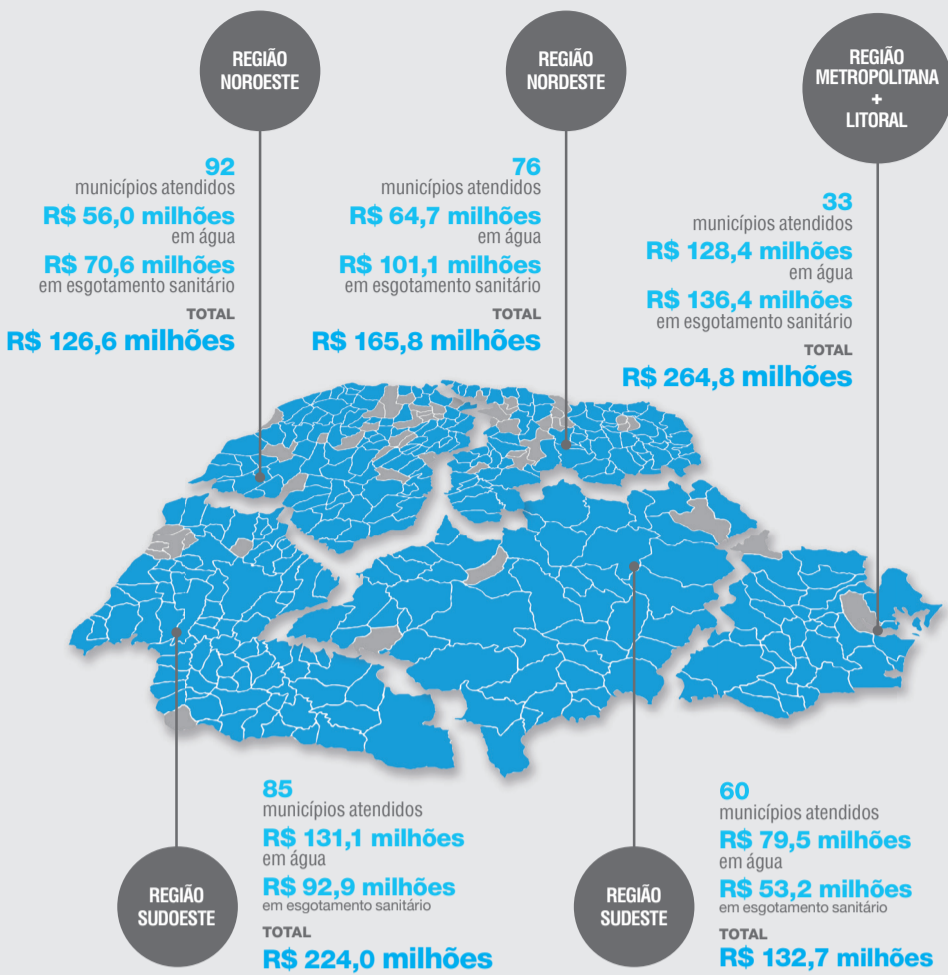


¹IPCA IBGE 2016: 6,29% | 2017: 2,95% | 2018: 3,75% | 2019: 4,31%

Descrição	EBITDA¹ (R\$ mil)					Var. %
	2015	2016	2017	2018	2019	
Lucro líquido do exercício	438.444	626.847	686.172	892.487	1.080.034	21,0%
(+) Tributos sobre o lucro	101.870	162.738	227.901	272.515	373.851	37,2%
(+) Resultado financeiro	159.474	164.281	222.167	205.639	180.400	-12,3%
(+) Depreciações e amortizações	194.194	217.111	247.282	271.387	337.442	24,3%
(=) EBITDA Margem EBITDA	893.982	1.170.977	1.383.522	1.642.028	1.971.727	20,1%
	30,1%	33,7%	35,8%	39,5%	41,7%	2,2 p.p.

¹ A Companhia calcula o EBITDA conforme a Instrução nº 527 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

INVESTIMENTOS POR REGIÃO



	INVESTIMENTOS (R\$ MILHÕES)					DE 2015 A 2019
	2015	2016	2017	2018	2019	
Água	300,4	261,9	351,6	449,1	459,7	1.822,7
Esgoto	446,8	431,3	432,0	418,2	454,2	2.182,5
Outros	47,8	49,2	96,9	162,7	113,2	469,8
<b>TOTAL</b>	<b>795,0</b>	<b>742,4</b>	<b>880,5</b>	<b>1.030,0</b>	<b>1.027,1</b>	<b>4.475,0</b>

MUNICÍPIOS ATENDIDOS  
MUNICÍPIOS NÃO ATENDIDOS

ACÇÕES

O ano de 2019 foi marcado pela valorização das ações da Companhia, que fecharam em alta em relação ao ano anterior, com destaque para as ações preferenciais que tiveram alta de 97,0% em relação ao fechamento de 2018. As ações da Companhia estão listadas na Bolsa de Valores do Brasil B3, sob os códigos SAPR3 (ações ordinárias), SAPR4 (ações preferenciais) e SAPR11 (UNITS).

As ações ordinárias (SAPR3) encerraram 2019 com a cotação de R\$ 17,40, apresentando variação positiva de 3,8% em relação ao fechamento de dezembro de 2018, quando a cotação de cada ação era de R\$ 16,77.

As ações preferenciais (SAPR4) fecharam o exercício cotadas a R\$ 21,08, contra R\$ 10,70 em dezembro do ano anterior, uma variação positiva de 97,0%.

As UNITS (SAPR11), lançadas em 2017 e formadas por uma ação ordinária e quatro ações preferenciais, chegaram ao fim de 2019

com valor de R\$ 101,42, ante R\$ 61,50 em dezembro de 2018, apresentando variação positiva de 64,9%.

O volume financeiro de negócios com ações da Sanepar somou R\$ 15.336,3 milhões em 2019, 125,2% superior ao volume registrado no ano anterior (R\$ 6.809,5 milhões).

Já o valor patrimonial de cada ação fechou o exercício de 2019 em R\$ 12,30, com acréscimo de 8,4% em relação ao período anterior, quando o valor foi de R\$ 11,35.

SERVIÇOS PRESTADOS POR AUDITORES INDEPENDENTES

A Sanepar respeita a independência do auditor externo, entendendo a importância da capacidade que a entidade de auditoria deve ter de julgar e atuar com integridade e objetividade para poder emitir relatórios ou pareceres imparciais.

A BDO RCS Auditores Independentes S.S. possui contrato com a Companhia para a execução dos serviços de auditoria independen-

te das demonstrações contábeis dos exercícios de 2019 e 2020 e para a emissão dos relatórios de revisão especial sobre as informações trimestrais (ITRs) dos 1º, 2º e 3º trimestres de 2020. O contrato com a auditoria é datado de 26 de novembro de 2019.

A referida empresa de auditoria também efetuou a emissão do relatório de revisão especial sobre as informações trimestrais (ITRs) dos 1º, 2º e 3º trimestres de 2019, conforme contrato de 4 de outubro de 2018 e respectivo termo aditivo.

Adicionalmente, a BDO RCS Auditores Independentes S.S. possui contrato para prestação de serviços de acompanhamento e avaliação de procedimentos e protocolos de investigação, "Shadow Investigation", referente aos trabalhos de investigação forense executados por empresa de investigação externa independente contratada pela Companhia.

Não foram executados pelos auditores independentes outros serviços que não os aqui relatados.

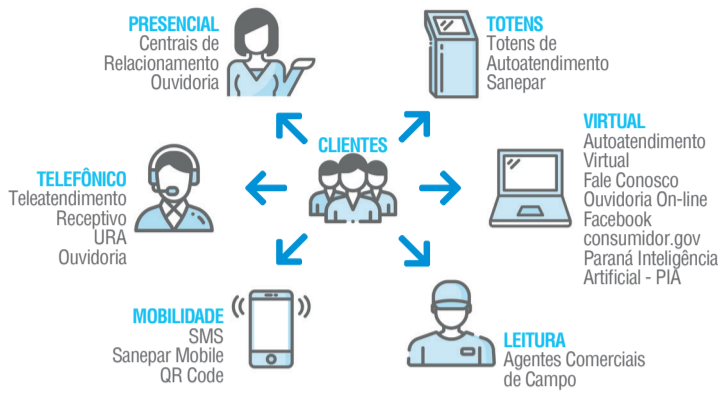
revisado a cada quatro anos, para ajustes de metas, projetos e ações.

Entre os serviços integrantes dos planos, estão abastecimento de água, coleta e tratamento do esgoto, limpeza urbana, coleta e destinação do lixo urbano,

dragem e destinação das águas de chuva.

CLIENTE FINAL

A estrutura de relacionamento com o cliente é composta por vários canais, conforme a figura:



Esses canais visam atender todo perfil de clientes, tanto os que buscam por mobilidade, pelo autoatendimento virtual ou físico, e os que optam pelo atendimento telefônico ou presencial.

Quando a Sanepar fala em cliente final, refere-se a um universo de 4 milhões de economias (ou domicílios/imóveis) abastecidas com água. Dessas, 3 milhões de economias também são servidas por rede de coleta de esgoto e 290 mil que têm seus resíduos sólidos destinados aos aterros sanitários geridos pela Sanepar. Com tão expressivo número de clientes, o desafio é assegurar atendimento de excelência.

Visando a melhoria do atendimento das necessidades dos clientes, a Companhia vem investindo cada vez mais em inovação e tecnologia, para estreitar o relacionamento e facilitar a comunicação, permitindo o livre acesso a consultas e solicitações de serviços. A Sanepar realiza também pesquisa de satisfação por meio de empresa especializada, com clientes residenciais e não residenciais. A previsão é que para o ano de 2020 sejam realizadas duas pesquisas visando uma melhor consolidação dos resultados obtidos.

A modernização das centrais de relacionamento presencial, a ampliação da estrutura de teleatendimento e a disponibilização de ferramentas digitais cada vez mais intuitivas, além de empregados capacitados, visam oferecer um atendimento ágil, potencializando a satisfação do cliente.

SANEPAR MOBILE

Para o cliente final, é possível acessar a Sanepar com um simples toque no tablet ou smartphone. Um aplicativo que funciona nas plataformas Android e iOS está disponível gratuitamente nas lojas virtuais. Desde que foi lançado, há três anos, o app teve mais de 100 mil downloads nas lojas Google Play e App Store. O aplicativo permite a realização de serviços on-line, como atualização de cadastro, verificação de falta de água, solicitação de alteração na data de vencimento da fatura, obtenção de código de barras e informações sobre pagamentos, débitos, leitura e consumo. Os serviços podem ser solicitados inclusive nos sábados, domingos ou feriados.

O acesso ao aplicativo é feito pelo titular da conta, por matrícula cadastrada. Em condomínios, o acesso é possível ao síndico ou a outro responsável pela gestão da conta.

O aplicativo foi criado por equipe interna da Sanepar, das áreas comercial e de tecnologia da informação, no intuito de melhorar o processo de relacionamento com o cliente.

TOTENS DE AUTOATENDIMENTO

Para facilitar o acesso aos serviços da Sanepar, a Companhia iniciou em 2018 a instalação de totens de autoatendimento nos municípios maiores. Em Curitiba, por exemplo, eles estão nas chamadas Ruas da Cidadania, estrutura da Prefeitura que concentra a oferta de serviços dos governos municipal, estadual e federal.

Há 100 totens em funcionamento no Estado e, em 2019, os totens foram estendidos a ambientes externos como supermercados e terminais de ônibus. Nos totens, podem ser acessados serviços de consulta de débitos, consumo, pagamentos e suspensão no abastecimento; emissão de segunda via; atualização cadastral; solicitação de consertos e pagamento de contas de água/esgoto com cartão de débito.

QR CODE

O QR Code, um código de barras bidimensional que pode ser facilmente escaneado com câmera de telefones celulares, está sendo impresso no verso das contas mensais e também em caixas de papelão e copos de água envasada da Companhia.

A ferramenta vem sendo utilizada para informar o cliente sobre ações comerciais da Sanepar, divulgação do Sanepar Mobile, cadastramento da conta em débito automático, totens de autoatendimento e na disponibilização de links para temas importantes como o Relatório Anual da Qualidade da Água, Incentivo ao Uso Racional da Água e instalação de Reservatório (Caixa d'água), Paraná Inteligência Artificial (PIA) e

atividades comerciais e se enquadram no Programa de Isenção de ICMS do Governo do Estado, com faturamento total anual estabelecido em Decreto Estadual, na condição de micro e pequena empresa ou microempreendedor individual (MEI). Equivale a 2,5% do número de economias comerciais da Sanepar e significa um subsídio de R\$ 4,3 milhões no ano;

- Tarifas de Entidades Assistenciais e Filantrópicas: Instituições que oficialmente estão registradas nos órgãos públicos e que prestam serviços à comunidade em forma de caridade e obtêm recursos para o seu funcionamento, com ações de voluntariado e doações dos Governos Federal, Estadual e Municipal e da sociedade, sem fins lucrativos. Equivale a 2,6% do número de economias de utilidade pública da Sanepar e significa um subsídio de R\$ 5,8 milhões no ano.

Os critérios de cada uma das Tarifas Diferenciadas estão disponíveis no site <http://site.sanepar.com.br> na opção Clientes.

A estrutura tarifária da Sanepar é formada por tarifas em blocos crescentes, ou seja, até o limite do 1º bloco paga-se um determinado preço, o consumo adicional é precificado a uma tarifa maior até o limiar do 2º bloco e assim sucessivamente. O bloco inicial é chamado consumo mínimo faturável e vai ao encontro do princípio da sustentabilidade, pois acarreta maior estabilidade da receita e possibilita o atendimento dos objetivos sociais da Companhia.

Esta estrutura tarifária estimula a conservação dos recursos hídricos e facilita a universalização do acesso, principalmente da população mais carente a uma demanda mínima, que é oferecida a preços subsidiados, por meio da tarifa social.

O cliente pode usar o simulador de tarifas para compreender a sua conta. Está disponível no site da Sanepar em "Entenda a sua Conta" e tem visual semelhante à conta que o cliente recebe em casa. Com a inserção de dados, como consumo, categoria, local e mês de referência, o cliente pode simular os valores da água e de esgoto.

OUIDORIA

A Sanepar disponibiliza a Ouvidoria como canal de comunicação independente e imparcial aos cidadãos que não tenham ficado satisfeitos com o atendimento recebido nos canais convencionais.

Um dos papéis da Ouvidoria é promover a participação dos cidadãos e mediar os conflitos, em busca de soluções para o cidadão e para a Companhia, recebendo, avaliando e respondendo as solicitações dos clientes.

Em 2019, a Ouvidoria registrou 11,9 mil protocolos de atendimento e 70 protocolos SICs (Serviço de Informação ao Cidadão) e também destacamos as seguintes ações:

- Adesão à plataforma digital "consumidor.gov" do Procon;
- Adesão às CIPs Eletrônicas (Carta de Informação Preliminar Eletrônica), do Procon-PR;
- Incorporação do processo de gestão das CIPs, do Procon-PR;
- Melhorias no sistema SOS (Sistema de Ouvidoria Sanepar);
- Implantação de Relatórios de Gestão por Diretoria;
- Melhorias no Portal da Transparência da Sanepar, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação (12.527/2011);
- Gestão do SIC, referente a solicitações com base na Lei de Acesso à Informação;
- Atendimento à Resolução CGE (Controladoria Geral do Estado do Paraná) nº 10/2018 - Agente de Transparência incorporou-se à Ouvidoria.

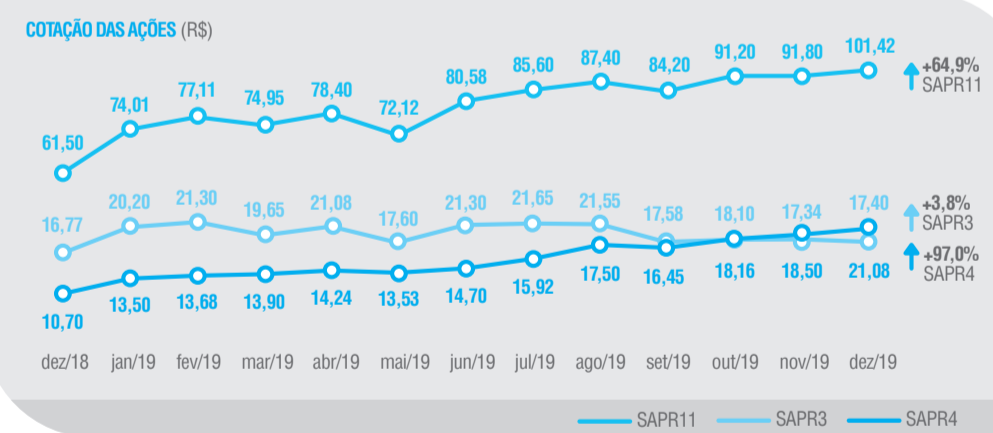
COBRANÇA DE TAXA DE LIXO

A Sanepar disponibiliza aos municípios o serviço de arrecadação da taxa de lixo por meio da conta de água e esgoto encaminhada mensalmente aos seus clientes.

Para prestar este serviço, é feito um aditamento ao Contrato de Programa ou de Concessão, com benefícios às partes envolvidas. Para o Município, há garantia de fluxo de caixa mensal para os custos das despesas de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos; para o cidadão, há o parcelamento da taxa em até 12 vezes e a disponibilidade da taxa social para aqueles que possuem baixa renda; e, para a Sanepar, há receita pela prestação do serviço.

Os municípios que usam esse serviço continuam sendo os responsáveis pela gestão dos resíduos sólidos urbanos. O princípio da transparência é respeitado em todas as fases desse processo. A proposta de cobrança da taxa de lixo na conta de água é debatida em audiência pública e aprovada pela Câmara de Vereadores por meio de lei autorizativa. Além disso, o Ministério Público já se manifestou sobre o tema indicando ações de transparência e respeito ao consumidor que foram implantadas ao processo.

A Sanepar presta este serviço em 121 municípios (120 no Paraná e 1 em Santa Catarina). No ano de 2019, a Companhia ampliou a arrecadação da taxa de lixo para mais 10 municípios e iniciou negociações para atender outras localidades.



RELACIONAMENTO COM O CLIENTE  
Comprometida com a satisfação

A Sanepar atende a dois grupos de clientes: Poder Concedente, que autoriza a prestação do serviço por meio de contratos, e os Clientes Finais, abastecidos com água potável e que têm à disposição serviços de coleta e tratamento de esgoto.

Conforme a Política de Clientes, a Sanepar busca constantemente a satisfação dos clientes, mantendo, ampliando e inovando sua atuação no setor.

PODER CONCEDENTE

A partir da Lei de Saneamento (11.445/2007), a relação entre a Sanepar e o Poder Concedente se dá por meio de Contratos de Programa.

Esses contratos têm prazo de 30 anos e são vinculados aos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB), portanto têm metas variadas de acordo com as características e condições de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto de cada município, focando na melhoria da qualidade de vida da população.

Além dos Contratos de Programa, a Companhia possui ainda Contratos de Concessão vigentes, assinados antes do Marco Regulatório.

RENOVAÇÃO

Dos 346 municípios atendidos pela Sanepar (345 do Paraná e um em Santa Catarina), 336 têm contratos vigentes e dez contratos encontram-se vencidos e em fase de negociação para assinatura de Contrato de Programa. Entre os que estão em vigor, 175 são de Contratos de Programa, ou seja, posterior-

res ao Marco Regulatório, e 161 são anteriores ao Marco Regulatório, portanto Contratos de Concessão. O objetivo da Companhia é transformar todos os seus contratos em Contratos de Programa.

RELACIONAMENTO COM OS MUNICÍPIOS

O monitoramento dos Contratos de Concessão e de Programa com os municípios é uma rotina na Sanepar. Técnicos da Companhia visitam as Prefeituras e promovem encontros com as comunidades para avaliar a qualidade dos serviços, o cumprimento das metas e a identificação de demandas.

Segundo a legislação, o plano deve ser elaborado com a participação da população, por meio de consultas e audiências públicas, e aprovado pelos legislativos locais, podendo ter apoio técnico do prestador de serviços. O documento também é

PERFIL DOS CONTRATOS

- 346** Concessões municipais sendo:
- 175** Contratos de programa
- 161** Contratos de concessão
- 336** Vigentes
- 10** Contratos vencidos e em fase de negociação
- 2,8%** de representatividade da receita dos contratos vencidos em relação a receita total

## GESTÃO E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

### Inovação a serviço da saúde e do meio ambiente

As relações complexas entre o acesso à água e o desenvolvimento mostram a urgência de equilibrar a balança entre a demanda por água e a disponibilidade do produto, com foco na erradicação da pobreza e na promoção do desenvolvimento sustentável.

A Sanepar alinhada à sua Política Ambiental de buscar a sustentabilidade ambiental, social e econômica nas suas atividades reafirma seu compromisso com o uso equilibrado dos recursos naturais, a adoção de práticas sustentáveis e a conformidade com as determinações legais.

A empresa desenvolve voluntariamente ações de educação ambiental, mantendo proximidade com os diversos segmentos da sociedade, seus clientes e sua força de trabalho.

Para fortalecer seu compromisso socioambiental, a Sanepar busca ir além da conformidade em seus processos. Para tanto, a inovação tem papel fundamental, está inserida no planejamento estratégico e pautada também na sua Política de Desenvolvimento e Inovação, visando assegurar vantagens competitivas na superação dos desafios atuais e futuros vinculados ao negócio da Companhia.

#### PARTICIPAÇÃO EM FÓRUMS

A Sanepar tem representação formal e participa ativamente de fóruns colegiados deliberativos ou consultivos de meio ambiente e de recursos hídricos nos âmbitos municipal, estadual e federal. Nestes fóruns, são debatidos e avaliados temas e publicadas resoluções com força legal, dentro de atribuições específicas, que podem influenciar no planejamento e na gestão dos processos da Sanepar.

Neste contexto, a Sanepar atua de forma efetiva nos 11 Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado do Paraná e no Comitê de Bacia Federal do Rio Paranapanema. Nesses Comitês de Bacia, a composição é heterogênea, incluindo representantes de diversos setores da sociedade. Entre suas atribuições, estão o estabelecimento do enquadramento em classes de uso dos rios e as diretrizes e procedimentos da cobrança pelo uso da água, além de promover debate e orientações da gestão eficaz dos recursos hídricos e contribuições para a implantação de políticas relacionadas à preservação e ao uso racional da água.

Além dos Comitês de Bacia, a Sanepar tem representação formal no Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Paraná, nos Conselhos Municipais de Meio Ambiente dos principais municípios onde atua, no Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas, no Conselho Gestor de Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba e no Conselho Nacional de Recursos Hídricos e nas suas Câmaras Técnicas, por meio da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe).

A sistematização e organização da atuação da Companhia na representação nos Fóruns Deliberativos de Meio Ambiente e Recursos Hídricos está prevista em procedimento normativo interno.

#### COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS COM PARTICIPAÇÃO DA SANEPAR:

- COALIAR - Alto Iguçu e afluentes do Alto Ribeira (com cobrança pelo uso da água instituída desde 2013 pela agência de Bacia)
- Tibagi
- Jordão
- Paraná III
- Baixo Ivai e Paraná I
- Pirapomena (Pirapó, Paranapanema 3 e Paranapanema 4)
- Norte Pioneiro (Cinzas, Itararé, Paranapanema 1 e 2)
- Paranapanema (Comitê Federal em conjunto com os Comitês do Estado de São Paulo)
- Litorânea
- Baixo Iguçu (implementado com atividades a serem iniciadas)
- Piquiri (implementado com atividades a serem iniciadas)
- Alto Ivai (implementado com atividades a serem iniciadas)

#### EMISSIONES DE GASES EFEITO ESTUFA

Em consonância com as práticas de gestão sustentável previstas no Mapa Estratégico da Companhia, anualmente os gases de efeito estufa (GEE) gerados nas atividades da empresa são quantificados para elaboração do Inventário de Gases de Efeito Estufa (IGEE).

O IGEE permite identificar os principais processos de geração de GEE para que a empresa possa fazer o gerenciamento em busca de sua redução ou neutralização. O primeiro inventário da Sanepar foi elaborado em 2008 com dados referentes ao ano de 2007. Há 10 anos a Companhia reporta seu IGEE ao Registro Público do Programa Brasileiro GHG Protocol.

A Sanepar é a única empresa brasileira do setor "Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação" a reportar seus inventários de gases de efeito estufa no Registro Público de Emissões de Gases. O histórico de emissões da Companhia está disponível no site [www.registropublicodeemissoes.com.br](http://www.registropublicodeemissoes.com.br).

br.

Os três últimos IGEE foram verificados por um organismo de terceira parte credenciado pelo Inmetro, obtendo o Selo Ouro de Confiabilidade, do Programa Brasileiro GHG Protocol, coordenado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

No ano de 2019, a Sanepar investiu mais de R\$ 122 mil na Gestão de Gases de Efeito Estufa e mais uma vez o IGEE recebeu o Selo Clima Paraná categoria Ouro da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo.

Os inventários relatados ao GHG Protocol representam 14,2% das emissões nacionais. Na Sanepar, conforme esperado, a atividade que ocasionou as maiores emissões de gases de efeito estufa foi o tratamento de efluentes, responsável por 92,61% das emissões diretas.

#### PESQUISA E INOVAÇÃO

A Sanepar está entre as líderes em inovação de infraestrutura no Brasil, de acordo com o ranking do Valor Econômico 2019, o que reforça o protagonismo da Companhia em busca de soluções inovadoras e sustentáveis, de modo a disponibilizar os serviços de forma mais célere, eficiente e sempre visando o menor impacto no orçamento da população paranaense e a constante melhoria de seus processos. Em 2019 foram investidos mais de R\$ 10,7 milhões em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento).

Dentre as ações inovadoras realizadas no ano de 2019 podem ser citadas:

- Consolidação das tecnologias modulares em estações de tratamento de esgoto (ETEs), sendo inaugurada no município de Santa Helena uma planta com o canteiro de mineralização para acondicionamento e tratamento do lodo gerado pelo processo de tratamento de efluentes;
- Operação de queimadores enclosurados para biogás em ETEs de Curitiba e Região Metropolitana;
- Elaboração de diretrizes para a conservação de mananciais; estudos sobre gestão sustentável de reservatórios; início dos projetos de fitorremediação para revitalização de rios urbanos em parceria com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo e com o município de Curitiba;
- Monitoramento em tempo real do consumo de energia elétrica nas maiores unidades consumidoras;
- Instalação de dispositivos de internet das coisas (IoT) em unidades operacionais;
- Estudos sobre água de reúso para fins industriais e sobre tratamento de efluentes industriais;
- Início da compensação de energia elétrica no sistema de geração hidroenergética do Aeroporto de São José dos Pinhais e na empresa CS Bioenergia S.A., além da implantação da usina solar fotovoltaica flutuante no reservatório do Passaúna, projeto inédito no setor de saneamento brasileiro.

Houve também, em 2019, a cerimônia da segunda edição do Prêmio Sanepar de Tecnologias Sustentáveis, aberto a pesquisadores de todo o Brasil, e também o evento Prêmio Inova Sanepar, exclusivo aos empregados da Companhia, com a publicação de um livro contendo os trabalhos premiados e a divulgação das práticas e estudos técnicos para partes interessadas.

#### EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E BIOENERGIA

O tema energia tem sido amplamente discutido na Sanepar pelo fato de a energia elétrica ser insumo fundamental para o funcionamento de suas atividades e garantir o crescimento de demandas de seus serviços.

Em 2019 a Companhia consumiu 673 GWh de energia elétrica, o que representa cerca de 17% das despesas operacionais, sendo o segundo maior custo operacional da Sanepar. O consumo de energia nas mais de 4,1 mil unidades, sobretudo em infraestruturas sanitárias, faz da Sanepar o maior consumidor corporativo de energia elétrica do Estado do Paraná.

Não obstante, em tempos em que o aquecimento global e as mudanças climáticas são assuntos de repercussão mundial, a implementação de ações de eficiência energética torna-se essencial para minimizar impactos ambientais e reduzir emissões de gases indutores do efeito estufa.

Nesse sentido, por meio da conservação e do uso racional da energia, e a partir do aproveitamento dos potenciais de geração de energia limpa, a Companhia tem almejado a sustentabilidade não apenas econômica, mas também social e ambiental de seu modelo de negócio. Para tanto, a Sanepar tem incentivado a inovação, a pesquisa aplicada e o desenvolvimento de boas práticas que possibilitem redução de custos, eficiência energética de seus processos e, consequentemente, aprimoramento de seus serviços de saneamento ambiental.

Têm sido implementadas com sucesso na Companhia medidas

como a gestão de faturas de energia elétrica, a partir da seleção da modalidade tarifária mais apropriada, o controle dos excedentes reativos, das ultrapassagens e adicionais de demanda. A Sanepar tem buscado a diminuição do fator de carga dos sistemas em horários de ponta, período em que a tarifa de energia elétrica é mais onerosa, deslocando a potência elétrica contratada junto à concessionária para horários em que a rede elétrica é menos demandada.

Além disso, tem priorizado a manutenção periódica das unidades operacionais e a aquisição de equipamentos eficientes, em especial de conjuntos motobombas.

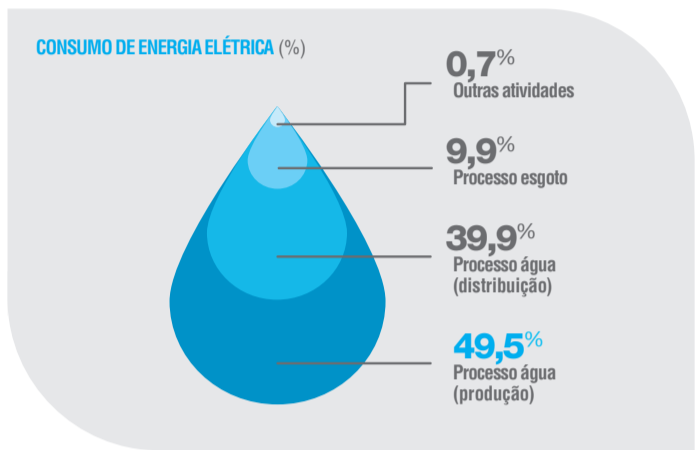
Desde o início de 2019, está sendo feito o monitoramento do consumo de energia elétrica, em tempo real e a distância, de 93 unidades da empresa.

A partir da concepção de um novo negócio respaldado nos conceitos de economia circular, uma usina de biodigestão de alta tecnologia, a CS Bioenergia S.A., está instalada próximo à ETE Belém, produzindo energia renovável a partir do tratamento simultâneo e inovador de lodo de esgoto e de materiais

orgânicos provenientes de outros grandes geradores. Sua capacidade é de produzir 2,8 MW – energia suficiente para atender aproximadamente 2.100 casas, ou 8.400 pessoas.

Em 2019, a CS Bioenergia S. A. atingiu sua estabilidade operacional e iniciou o processo de transferência de créditos de energia elétrica para unidades consumidoras da Sanepar.

A Sanepar também tem feito estudos sobre o uso do biogás como combustível para promover termicamente a secagem e a higienização de lodo de esgoto. Os resultados obtidos comprovam que a técnica pode reduzir custos operacionais com manejo e disposição final do material. Isso ocorre porque o processamento térmico reduz significativamente o volume final de lodo a ser disposto, promovendo a higienização sem o uso de produtos químicos. O lodo seco, por sua vez, pode ser utilizado como fertilizante na agricultura e empregado como biomassa, sendo transformado termicamente em energia complementar para o seu próprio processo de secagem.



#### PROJETOS AMBIENTAIS

A empresa desenvolve programas e projetos transversais aos processos corporativos, em consonância com a sua política ambiental de promover e consolidar as ações socioambientais com o uso de ferramentas da educação formal e não formal, conforme preconizam as políticas Nacional e Estadual de Educação Ambiental (Leis 9.795/1999 e 17.505/2013), Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10) e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Em 2019, a Sanepar realizou 1,9 mil ações de educação ambiental interna e externa em todo o Estado.

#### SE LIGUE NA REDE

O Programa Se Ligue na Rede visa garantir que a rede coletora de esgoto disponível para a população seja usada de forma correta a fim de reduzir a poluição dos rios urbanos. Durante a execução de obras de esgotamento sanitário, a Sanepar promove reuniões de educação socioambiental nas comunidades que serão atendidas com o serviço.

Os moradores recebem informações sobre a obra na sua região, cronograma dos prazos, impactos gerados e orientações sobre as responsabilidades da população e da Sanepar.

São realizados eventos socioeducativos para a formação de agentes que vão disseminar conceitos de saneamento ambiental e, também, são capacitados encanadores para a correta interligação do imóvel à rede coleta de esgoto. Além de assegurar a ligação correta, os cursos propiciam geração de renda a esses profissionais.

Em regiões já atendidas com rede coletora, a Sanepar faz vistorias técnicas nos imóveis para identificar ligações irregulares e conscientizar as famílias sobre os procedimentos corretos para o bom uso do sistema.

Os resultados do Se Ligue na Rede são percebidos pela área operacional da Sanepar com o aumento do índice de interligações corretas, a redução de manutenções na rede, de refluxos e a melhoria da qualidade do esgoto que chega às estações de tratamento.

Em 2019, mais de 40 municípios do Paraná receberam ações do programa.

#### CAIXA D'ÁGUA BOA

Famílias já atendidas pelo programa Tarifa Social da Sanepar e inscritas no Cadastro Único do Governo Federal podem ser beneficiadas pelo Programa Caixa D'Água Boa, desenvolvido pela Sanepar em parceria com o Governo do Estado por meio da Secretaria do Estado da Justiça, Família e Trabalho.

Extensão de um projeto-piloto que já está beneficiando 500 famílias na região de Laranjeiras do Sul, o Caixa D'Água Boa foi ampliado em 2019, com a instalação de reservatórios domiciliares para 3,5 mil famílias de 134 municípios do Paraná.

A Sanepar forneceu kits compostos por reservatório domiciliar de 500 litros, tubulação e base metálica, além de prestar apoio técnico e capacitação para a instalação dos equipamentos. O Governo de Estado faz a gestão do programa e disponibiliza recursos financeiros para as famílias pagarem a instalação das caixas d'água (mão de obra). E

paranaense. A encenação em vídeo mapeado 3D "Ecofábrica do Papai Noel" transmitiu uma mensagem sobre sustentabilidade aliada ao espírito natalino para 3,8 mil pessoas em cinco apresentações.

#### OPERAÇÃO VERÃO

A cada ano, durante a temporada de verão, a Sanepar desenvolve ações especiais para melhorar o atendimento ao fluxo de veranistas que se deslocam ao litoral paranaense, em parceria com instituições do Governo do Estado.

As ações da Sanepar buscam assegurar abastecimento contínuo de água e manutenção das condições de higiene e limpeza da orla.

Para garantir disponibilidade de água tratada e coleta e tratamento de esgoto durante todo o verão, a Sanepar investe continuamente em manutenção e novas obras do sistema de abastecimento.

Na área ambiental, a Sanepar contribui com a limpeza das praias. Durante a temporada, todos os dias, equipes contratadas pela Companhia percorrem 48 km da orla para remoção de resíduos deixados na areia e detritos trazidos pelas marés.

O trabalho realizado durante a temporada, nas praias do Paraná, é considerado referência no país. As ações de educação ambiental envolvendo atividades recreativas, tiveram a participação de mais de 40 mil pessoas. Essas atividades são realizadas por equipe contratada pela Sanepar, em parceria com outros órgãos municipais e de governo, que atuam na sensibilização dos veranistas para a corresponsabilidade com os resíduos sólidos e combate ao desperdício.

O projeto Chuá, com a instalação de duchas ecológicas à beira mar nos principais pontos de banho da orla, atendeu mais de 175 mil banhistas, oferecendo conforto e reduzindo o consumo de água tratada nas casas de veraneio.

Os números da temporada 2018/2019 foram: 48 km de praias saneadas; 690 t de resíduos coletados; 106 postos de trabalho gerados; 120 mil sacos de lixo utilizados; 300 tambores de 200 litros distribuídos na orla para receber resíduos dos veranistas.

#### ACESSIBILIDADE NAS PRAIAS

O Projeto Praia Acessível proporciona o uso de cadeiras anfíbias para que pessoas com dificuldade de locomoção possam entrar no mar com segurança. Na temporada 2018/2019, a Sanepar registrou 384 atendimentos. O projeto foi desenvolvido pela Sanepar em parceria com o Governo do Estado. Foram disponibilizadas 9 cadeiras para uso nas praias de Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná. Uma equipe treinada garante o desfrute do banho de mar com segurança.

## GESTÃO DE PESSOAS

### Preparando as pessoas para a Sanepar do futuro

#### EMPREGADOS SANEPAR

A Sanepar investe continuamente em programas de desenvolvimento pessoal e profissional, por entender que manter serviços e atendimento de excelência requer um corpo funcional qualificado e atualizado com as tendências do universo corporativo e com os avanços tecnológicos.

Em 2019, a Sanepar contava com 6.985 empregados, 145 estagiários e 265 aprendizes. O tempo médio dos saneparianos na Companhia é de 14,5 anos. A rotatividade neste ano foi de 0,473%, as horas extras em relação às horas normais de trabalho foram de 3,7% e o absenteísmo de 1,2%.

Do total de postos de trabalho, 91 eram ocupados por pessoas portadoras de necessidades especiais. Em relação à licença-maternidade 65 mulheres usufruíram do benefício, e a licença-paternidade ampliada de 20 dias foi utilizada por 199 homens.

Esse movimento de reorganização reflete, ainda, os efeitos de programas de desligamento de empre-

#### OPERAÇÃO VERÃO EM NÚMEROS

##### 690 toneladas

de resíduos retirados da areia

Mais de **175 mil** atendimentos pelas EcoDuchas

Mais de **40 mil** participantes em atividades recreativas

**384** atendimentos com cadeiras anfíbias

#### AGENDA AMBIENTAL

Como parte da cultura de educação socioambiental da empresa, nas datas ambientais comemorativas, a Sanepar promove atividades como mutirões de limpeza, plantios, passeios de bicicleta, palestras, oficinas.

Essas ações ganham amplitude graças a parcerias com instituições locais que mobilizam empregados e comunidades. Em 2019, foram realizadas 62 ações com a participação de 7,5 mil pessoas, nas seguintes datas:

- 22 de março – Dia da Água
- 5 de junho – Dia Mundial do Meio Ambiente
- 21 de setembro – Dia da Árvore
- 24 de novembro – Dia do Rio

#### EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O PÚBLICO INTERNO

Com o mesmo compromisso com que atua junto à sociedade, a Sanepar também desenvolve projetos e programas de educação socioambiental para a sua força de trabalho. O objetivo é que os empregados internalizem o conceito de sustentabilidade e compreendam a dimensão socioambiental do saneamento. Estão à disposição para visitas técnicas dos empregados todos os espaços de educação e memória do saneamento, as estações de tratamento de água e de esgoto e os ônibus EcoExpresso.

#### SE LIGUE NESSA IDEIA: SEM ÓLEO NA REDE

O programa incentiva a redução do consumo de óleo na preparação de alimentos e propicia a coleta e a destinação correta do óleo usado, a fim de que os saneparianos adotem práticas socioambientais corretas, saudáveis e responsáveis.

O recolhimento do óleo saturado evita a poluição hídrica, o entupimento das redes coletoras e reduz a formação de escumas nas estações de tratamento de esgoto.

Criado em 2016, inicialmente para empregados, o programa tem 213 postos de coleta e parceiros que recebem o material em 20 municípios. Teve a ampliação da abrangência, com a instalação de postos de coleta nos escritórios de atendimento ao cliente.

gados, na Companhia: o Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI) e o Programa de Demissão Voluntária com Transferência de Conhecimento (PDVTC) para cargos em extinção.

Desde 2016, cerca de 12,6% dos empregados deixaram a Companhia, a maioria dentro dos programas de incentivo mencionados. O PAI é um importante instrumento para valorização e reconhecimento da dedicação e história de cada empregado.

Em 2019, foi aprovada a implementação do PAI para 2020, conforme previsão do planejamento estratégico da Companhia. As fases de homologação, adesão e desligamento serão divulgadas pela empresa assim que os devidos trâmites forem concluídos.

A política de pessoal da Sanepar tem como objetivo oferecer um ambiente de trabalho seguro e saudável, com valorização do conhecimento, igualdade de oportunidades, respeito à pluralidade, diversidade e equidade de gênero.

	NÚMERO DE COLABORADORES POR NÍVEL FUNCIONAL					
	2017		2018		2019	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
Conselho	38	2	24	3	33	3
Diretoria	8	0	6	1	7	1
Gerencial	340	132	335	144	416	148
Profissional	488	257	471	245	455	236
Técnico	756	202	741	197	734	193
Operacional	4.046	936	3.976	907	3.886	909
Estagiários	90	89	82	88	66	79
Total por gênero	5.766	1.618	5.635	1.585	5.597	1.569
<b>TOTAL</b>	<b>7.384</b>		<b>7.220</b>		<b>7.166</b>	

	NÚMERO DE COLABORADORES POR REGIÃO <sup>1</sup>					
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
Nordeste	1.010	136	1.032	155	1.052	173
Noroeste	812	141	849	150	855	157
Metropolitana e Litoral	2.329	967	2.120	890	2.071	840
Sudeste	693	123	707	127	703	128
Sudoeste	794	160	820	172	817	189
Total por gênero	5.638	1.527	5.528	1.494	5.498	1.487
<b>TOTAL</b>	<b>7.165</b>		<b>7.022</b>		<b>6.985</b>	

<sup>1</sup> Não considera estagiários / conselho.

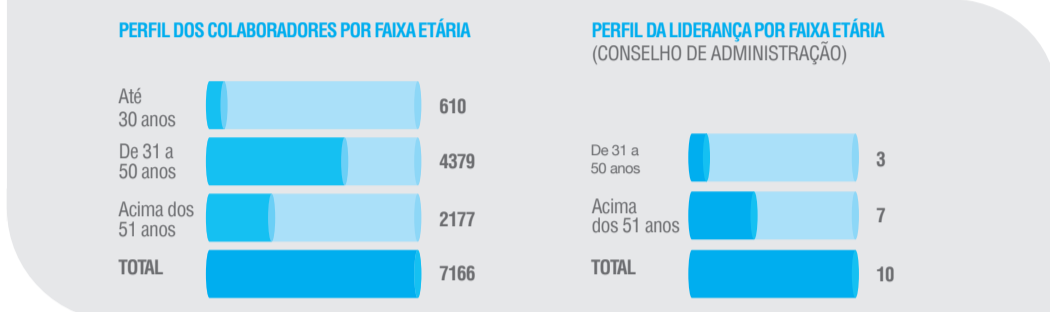
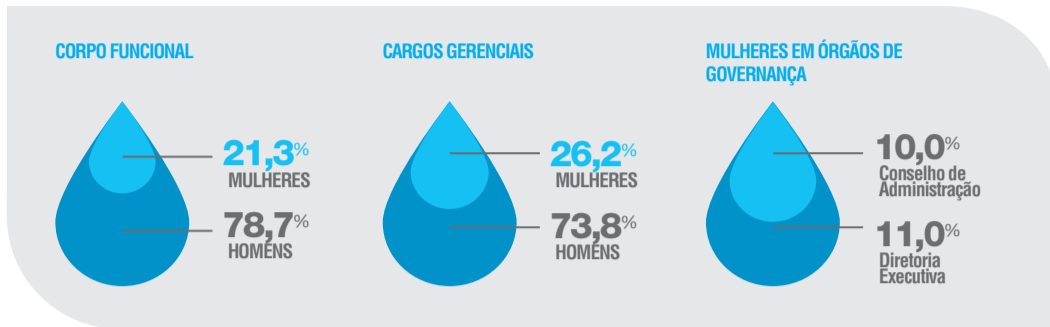
## EQUIDADE E PLURALIDADE

Em 2019, a Sanepar foi a primeira empresa de saneamento do país a receber o prêmio nacional Weps (*Women Empowerment Principles*) na Categoria Bronze – Grandes Empresas da ONU Mulheres. O prêmio traz o reconhecimento à Sanepar por suas ações de equidade de gênero, de acordo com os sete princípios de empoderamento da ONU, compromisso assinado pela empresa desde 2017.

Política institucional de equidade de gênero, transparência na divulgação dos indicadores por gênero, atenção à saúde por gênero, benefícios oferecidos pela empresa como licença maternidade e paternidade estendida, vagas no estacionamento prioritárias para gestante, disseminação do tema por meio de EaD e conscientização sobre assédio e violência contra mulher, são ações que levaram a Sanepar a ser reconhecida, junto a empresas como Petrobras, Itaú, Brasken, Carrefour, entre outras, à conquista do prêmio.

## DIVERSIDADE

Outra política adotada desde 2016 é a de estímulo à pluralidade de segmentos representados no corpo funcional. A partir de então, a Companhia vem acompanhando a participação de negros e de pessoas com deficiência no conjunto dos empregados. Segundo os últimos dados pesquisados, 4,75% dos colaboradores em geral (nos níveis gerencial, profissional e técnico) são negros e 1,3% são pessoas portadoras de necessidades especiais.



## GESTÃO DO CONHECIMENTO

A gestão do conhecimento realizada na Companhia foi intensificada com a adoção dos planos de incentivo à aposentadoria e de demissão voluntária, onde destaca-se a transferência do conhecimento adquirido como legado dos antigos empregados. Esta transferência tem sido devidamente registrada e, com isso, muitos processos, práticas e experiências já foram sistematizados, por meio de documentos normativos, apostilas, manuais, cursos de educação a distância, trabalhos técnicos constantes no acervo da biblioteca, para que fiquem preservados. O registro desses conhecimentos compõe um acervo que faz parte do projeto de melhoria dos procedimentos e alinhamento das melhores práticas aos objetivos estratégicos da empresa.

camente desde 2001, por meio de uma pesquisa de clima organizacional, denominada Fale Francamente, acessada via Intranet. Os resultados dos questionários são analisados e divulgados, servindo para diagnóstico e definição de planos de ação inseridos no planejamento setorial e estratégico.

Na última pesquisa, divulgada em 2019, em cerca de 60 dias de pesquisa *on-line*, o índice de participação atingiu 78,4%. As avaliações superaram a meta corporativa de 7,5, com nota média de 7,6 de satisfação dos empregados. A partir da apuração, os resultados foram apresentados à Direção da Companhia e repassados aos gerentes para encaminhamento individual em suas áreas e desenvolver seus planos de ações.

## TEMPO DE CASA

Na Intranet, foi criado um espaço chamado "Tempo de Casa", que homenageia os trabalhadores que estão fazendo aniversário de empresa. A página virtual exibe, a cada dia, uma galeria de fotos dos empregados que tenham iniciado sua jornada na empresa naquela data, em ordem dos mais antigos para os mais novos. Junto com a foto, estão o nome, a gerência e o tempo de casa.

Essa ferramenta tornou-se um grande atrativo para dar mais visibilidade a quem faz a história da Sanepar.

## SAÚDE E SEGURANÇA – AÇÃO E PREVENÇÃO

Proporcionar um ambiente de trabalho saudável e seguro para seus empregados é uma das condutas da Sanepar, que têm reflexo direto na melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e, por consequência, na de seus familiares. A Companhia entende a segurança como dever e direito de todos, para garantir integridade física, psicoemocional e social dos empregados.

Para atuar de forma preventiva, a Sanepar adota uma série de iniciativas voltadas à saúde e à segurança:

- Mantém técnicos e engenheiros de segurança que atuam diretamente nos setores operacionais, próximos às áreas de trabalho para identificar pontos de melhoria e implementação da Política de Segurança;
- Garante o funcionamento das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes de Trabalho (Cipats) que definem procedimentos e ações de prevenção a acidentes, doenças decorrentes do trabalho e relações interpessoais referentes ao cotidiano.

Em 2019, atuaram em todo o Estado 65 Cipats formadas por 508 empregados. As Cipats em parceria com a Gerência de Gestão de Pessoas, as gerências regionais e a Fundação Sanepar realizaram palestras e campanhas importantes, como Setembro Amarelo (prevenção a suicídio), Outubro Rosa (prevenção a câncer de mama e de colo do útero), Novembro Azul (prevenção a câncer de próstata), entre outras.

Essas atividades reforçam e motivam as iniciativas de prevenção à saúde dos empregados e familiares.

Ações desenvolvidas durante o ano de 2019:

- Realização em todo o Estado de Semanas Internas de Prevenção de Acidentes de Trabalho (Sipats);
- Disponibilização de atividades de desenvolvimento pessoal para melhoria do desempenho de cada empregado, como treinamentos regulamentados em normas vigentes e cursos específicos;
- Foram oferecidas 13,2 mil oportunidades de treinamentos voltados à saúde e à segurança dos empregados, totalizando cerca de 82 mil horas de treinamentos;
- Promoções de campanhas anuais de vacinação contra gripe, análises de condições ergonômicas das equipes funcionais, treinamentos sobre riscos biológicos e primeiros socorros;

- Realização de exames médicos periódicos específicos de acordo com os riscos ocupacionais identificados no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA).

A Sanepar disponibiliza também a todos os empregados o Plano de Saúde e Assistência – SaneSaúde, assim como o Plano de Previdência Privada – Fusanprev, benefícios administrados pelas Fundações Sanepar de Previdência e Assistência Social, entidades jurídicas sem fins lucrativos.

## NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Os empregados da Sanepar são representados por 23 sindicatos, que atuam em nome das várias categorias profissionais da força de trabalho da Companhia. Para estreitar os laços com os sindicatos, a Sanepar criou uma Comissão de Negociação Sindical, de caráter permanente. Na negociação coletiva, são definidos reajuste de salários e pagamento de benefícios, como o Plano de Participação nos Resultados (PPR), com base nos indicadores da empresa obtidos no ano anterior. O PPR é uma forma de reconhecimento ao empenho dos trabalhadores na busca por resultados e melhores indicadores da empresa.

A Sanepar também assegura aos seus empregados alguns direitos não previstos na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e nem em lei específica, mas que dependem de negociação entre empregado e empregador ou com mediação sindical. Independente de sua natureza, todos os benefícios concedidos buscam motivar o empregado e melhorar sua qualidade de vida.

Entre os vários benefícios concedidos pela Sanepar aos empregados, destacam-se assistência social, abono indenizatório, auxílio-creche, auxílio-doença, vale-alimentação e vale-transporte, fracionamento de férias e licença sem remuneração.

## NOVOS BENEFÍCIOS

Além da reposição salarial, conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), o acordo salarial de 2019 incluiu benefícios diferenciados para a vida cotidiana do empregado.

Licença para acompanhamento médico familiar, afastamento por casos de violência doméstica e redução de carga horária para empregados que sejam pais de portadores de necessidades especiais (PNE) são itens que reforçam a importância da humanização nas relações de trabalho.

## CAMPANHAS INTERNAS

### CAMPANHA DO AGASALHO

A Sanepar estimula a prática da solidariedade e do bem social por meio de campanhas sociais corporativas – estadual e locais – em parceria com os empregados, o Comitê de Equidade e outras instituições.

Em 2019, a Campanha do Agasalho arrecadou mais de 10 mil peças de roupas e cobertores que foram doadas a comunidades carentes em várias cidades do Paraná.

### LIVRO SOLIDÁRIO

A Campanha Livro Solidário, que leva literatura a crianças das escolas rurais, entregou em 2019 quase dois mil livros, em 4 municípios do Paraná. Iniciada em 2015, a campanha beneficia comunidades atendidas pelo Programa de Saneamento Rural da Sanepar. Já foram entregues mais de 5 mil livros em 9 escolas e 5 bibliotecas públicas. Coordenado pelo Serviço Social e Biblioteca, o projeto é um trabalho conjunto da Gerência de Gestão de Pessoas e Diretoria de Investimentos.

### PAPAI NOEL DOS CORREIOS

Em todo o Estado são realizadas dezenas de ações sociais que mobilizam o corpo funcional e fortalecem os vínculos com a comunidade. A Sanepar é uma das maiores parceiras do projeto Papai Noel dos Correios no Paraná. Em 2019, foram adotadas 917 cartas em todas as regionais no estado, para atender a pedidos de alunos de 0 a 5 anos da rede pública de ensino, de centros de educação infantil.

## BALANÇO SOCIAL ANUAL

1) BASE DE CÁLCULO	2019		2018	
	VALOR (Mil Reais)	% Sobre FPB	VALOR (Mil Reais)	% Sobre FPB
Receita Operacional Líquida (ROL)	4.722.826		4.162.205	
Lucro Operacional (LO)	1.453.884		1.165.002	
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	946.790		893.281	

2) INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	2019			2018		
	VALOR (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre ROL	VALOR (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre ROL
Alimentação	96.285	10,17	2,04	93.059	10,42	2,23
Encargos sociais compulsórios	216.848	22,90	4,59	207.561	23,23	4,99
Previdência privada	33.598	3,55	0,71	31.682	3,55	0,76
Saúde	69.238	7,31	1,47	64.961	7,27	1,56
Vale transporte	1.635	0,17	0,04	1.267	0,14	0,03
Segurança e saúde no trabalho	12.881	1,35	0,27	12.760	1,43	0,31
Educação	-	-	-	693	0,08	0,02
Capacitação e desenvolvimento profissional	4.423	0,47	0,09	5.102	0,57	0,12
Creches ou auxílio-creche	2.243	0,25	0,05	2.323	0,26	0,05
Participação nos lucros ou resultados	76.627	8,09	1,62	134.246	15,03	3,23
Outros	87.826	9,28	1,86	76.160	8,53	1,83
<b>TOTAL - Indicadores Sociais Internos</b>	<b>601.604</b>	<b>63,54</b>	<b>12,74</b>	<b>629.814</b>	<b>70,51</b>	<b>15,13</b>

3) INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	2019			2018		
	VALOR (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre ROL	VALOR (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre ROL
Cultural, Artístico, Audiovisual e Desportivo	6.709	0,46	0,14	6.480	0,56	0,16
Fundos da Criança e do Idoso	2.500	0,17	0,05	2.600	0,22	0,06
Programas de Assistência à Saúde e Oncológico	400	0,03	0,01	1.914	0,17	0,05
Lazer e diversão	421	0,03	0,01	1.619	0,14	0,04
Outros	697	0,05	0,02	6.329	0,54	0,15
Total das Contribuições para a Sociedade	10.727	0,74	0,23	18.942	1,63	0,46
Tributos (excluídos encargos sociais)	757.634	52,11	16,04	621.036	53,31	14,92
<b>TOTAL - Indicadores Sociais Externos</b>	<b>768.361</b>	<b>52,85</b>	<b>16,27</b>	<b>639.978</b>	<b>54,94</b>	<b>15,38</b>

4) INDICADORES AMBIENTAIS	2019			2018		
	VALOR (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre ROL	VALOR (Mil R\$)	% Sobre FPB	% Sobre ROL
Relacionados com a operação da empresa	1.087.973	74,83	23,04	1.000.300	85,86	24,03
Em Programas e/ou projetos externos	80.252	5,52	1,70	60.681	5,21	1,46
<b>TOTAL - Investimentos em Meio Ambiente</b>	<b>1.168.225</b>	<b>80,35</b>	<b>24,74</b>	<b>1.060.981</b>	<b>91,07</b>	<b>25,49</b>

5) INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2019		2018	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Nº de empregados (as) ao final do período	6.985	97,3%	7.022	97,3%
Nº de admissões durante o período	7	0,1%	17	0,2%
Nº de estagiários (as)	145	2,1%	170	2,4%
Nº de empregados (as) acima de 45 anos	3.238	46,4%	3.060	43,6%
Nº de mulheres que trabalham na empresa	1.487	21,3%	1.494	21,3%
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	27,80%		30,13%	
Nº de negros (as) que trabalham na empresa <sup>1</sup>	332	4,8%	335	4,8%
Nº de pessoas com deficiências ou necessidades especiais <sup>2</sup>	91	1,3%	93	1,3%

6) INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2019			2018		
	Quantidade	%	Observações	Quantidade	%	Observações
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	22,63			23,77		
Número total de acidentes de trabalho	351			310		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	( X ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados (as)	( ) direção	( X ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( X ) todos(as) + Cipa	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( X ) todos(as) + Cipa
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	( X ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	( X ) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	( X ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	( X ) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	( X ) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	( X ) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	( X ) organiza e incentiva	( ) não se envolve	( ) apóia	( X ) organiza e incentiva
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2019: <b>3.239.253</b>			Em 2018: <b>2.976.128</b>		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	28,0% governo	30,9% colaboradores(as)	10,2% acionistas	25,5% governo	33,9% colaboradores(as)	14,2% acionistas
		23,2% retido			10,6% terceiros	15,8% retido

<sup>1</sup> Cota de Afrodescendentes em Concurso Público a partir do ano-calendário 2005;  
<sup>2</sup> Cota de Deficientes Físicos em Concurso Público a partir do ano-calendário 2000.

RECURSOS POR RENÚNCIA FISCAL (R\$ MIL)	
Cultural e artístico	5.566
Esportes	1.143
Fundo da Criança e do Adolescente	1.250
Fundo do Idoso	1.250
Pronon (Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica)	-
Pronas (Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência)	400
PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador)	7.568
Incentivo Empresa Cidadã	751
Lei do Bem	771
<b>TOTAL</b>	<b>18.699</b>

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2019

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

#### ATIVO

	Nota	2019	2018
Reapresentado			
<b>Circulante</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	274.059	326.624
Contas a Receber de Clientes	6	809.736	639.054
Estoques		46.146	39.120
Impostos e Contribuições a Recuperar	7	305	15.396
Depósitos Vinculados	8	2.855	6.720
Outras Contas a Receber	9	37.642	37.616
<b>Total do Circulante</b>		<b>1.170.743</b>	<b>1.064.530</b>
<b>Não Circulante</b>			
Contas a Receber de Clientes	6	19.826	22.070
Depósitos Vinculados	8	55.748	52.948
Instrumentos Financeiros Derivativos	4	2.040	-
Depósitos Judiciais	19.c	297.755	203.452
Ativos Financeiros Contratuais	10	435.209	375.871
Ativo de Contrato	11	1.756.214	1.393.188
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.c	629.063	490.938
Outras Contas a Receber	9	48.559	50.615
Investimentos	12	2.671	22.585
Imobilizado	13.a	297.716	168.771
Intangível	13.b	7.223.560	6.936.354
<b>Total do Não Circulante</b>		<b>10.768.861</b>	<b>9.716.792</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>11.939.604</b>	<b>10.781.322</b>

#### PASSIVO

	Nota	2019	2018
<b>Circulante</b>			
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil Financeiro	14	357.213	478.770
Empreiteiros e Fornecedores		214.445	190.742
Contratos de Concessão	15	31.414	60.456
Impostos e Contribuições	16	100.770	68.133
Salários e Encargos Sociais		212.875	239.343
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	21/23	229.341	183.678
Receitas a Apropriar	18	4.200	4.200
Cauções e Retenções Contratuais		2.189	2.545
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	20	82.440	62.786
Outras Contas a Pagar	22	56.496	68.179
<b>Total do Circulante</b>		<b>1.291.383</b>	<b>1.358.832</b>
<b>Não Circulante</b>			
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil Financeiro	14	2.723.218	2.292.548
Impostos e Contribuições	16	596	991
Instrumentos Financeiros Derivativos	4	2.065	-
Receitas a Apropriar	18	4.900	9.100
Provisões	19.a	546.672	461.797
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	20	1.154.162	879.002
Outras Contas a Pagar	22	42.694	61.864
<b>Total do Não Circulante</b>		<b>4.474.307</b>	<b>3.705.302</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>5.765.690</b>	<b>5.064.134</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	23		
Capital Social		2.851.089	2.851.089
Reserva de Reavaliação		69.559	75.111
Ajustes de Avaliação Patrimonial		5.196	5.722
Reservas de Lucros		3.306.767	2.689.041
Outros Resultados Abrangentes		(58.697)	96.225
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>6.173.914</b>	<b>5.717.188</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>11.939.604</b>	<b>10.781.322</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2019	2018
<b>Receita Operacional Líquida</b>	24	4.722.826	4.162.205
<b>Custos dos Serviços Prestados</b>	25	(1.858.933)	(1.680.042)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>2.863.893</b>	<b>2.482.163</b>
<b>Despesas Operacionais</b>			
Comerciais	26	(358.196)	(308.232)
Administrativas	26	(586.556)	(600.315)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	26	(57.612)	(32.726)
Resultado de Equivalência Patrimonial	12	(5.658)	(3.829)
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	19.a	(84.875)	43.837
Provisões para Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	20	(60.084)	(76.011)
Programa de Participação nos Resultados	27	(76.627)	(134.246)
		<b>(1.229.608)</b>	<b>(1.111.522)</b>
<b>Receitas (Despesas) Financeiras</b>			
Receitas Financeiras	28	65.516	59.353
Despesas Financeiras	28	(245.917)	(264.992)
		<b>(180.401)</b>	<b>(205.639)</b>
<b>Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>		<b>1.453.884</b>	<b>1.165.002</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	17.a	(373.850)	(272.515)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>1.080.034</b>	<b>892.487</b>
Lucro Líquido Atribuível às Ações Ordinárias		337.511	278.902
Lucro Líquido Atribuível às Ações Preferenciais		742.523	613.585
Lucro Básico e Diluído por Ação Ordinária	23.i	2,01005	1,66100
Preferencial		2,21105	1,82711

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

	Reservas de Lucro						Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	TOTAL
	Capital Social	Plano de Investimentos	Legal	Incentivos Fiscais	Dividendo Adicional Proposto				
<b>Saldos em 01 de Janeiro de 2018</b>	<b>2.851.089</b>	<b>1.751.820</b>	<b>238.301</b>	<b>9.962</b>	<b>162.816</b>	-	<b>138.666</b>	<b>5.152.654</b>	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	892.487	-	892.487	
Realização de Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	9.231	(9.231)	-	
Realização de Tributos sobre a Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	(3.138)	3.138	-	
Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	-	-	-	-	-	3.463	(3.463)	-	
Realização de Tributos sobre o Ajuste ao Custo Atribuído	-	-	-	-	-	(1.178)	1.178	-	
Ganhos e Perdas Atuariais	-	-	-	-	-	-	70.865	70.865	
Provisão de Tributos sobre Ganhos e Perdas Atuariais	-	-	-	-	-	-	(24.095)	(24.095)	
Total dos Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	900.865	38.392	939.257	
Dividendos Adicionais de 2017	-	-	-	-	(162.816)	-	-	(162.816)	
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	
Constituição de Reserva Legal	-	-	44.612	-	-	(44.612)	-	-	
Incentivos Fiscais	-	-	-	247	-	(247)	-	-	
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(326.114)	-	(326.114)	
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	211.907	(97.700)	-	114.207	
Retenção de Lucros	-	432.192	-	-	-	(432.192)	-	-	
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>2.851.089</b>	<b>2.184.012</b>	<b>282.913</b>	<b>10.209</b>	<b>211.907</b>	-	<b>177.058</b>	<b>5.717.188</b>	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	1.080.034	-	1.080.034	
Realização de Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	8.413	(8.413)	-	
Realização de Tributos sobre a Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	(2.861)	2.861	-	
Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	-	-	-	-	-	796	(796)	-	
Realização de Tributos sobre o Ajuste ao Custo Atribuído	-	-	-	-	-	(270)	270	-	
Ganhos e Perdas Atuariais	-	-	-	-	-	-	(234.730)	(234.730)	
Provisão de Tributos sobre Ganhos e Perdas Atuariais	-	-	-	-	-	-	79.808	79.808	
Total dos Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	1.086.112	(161.000)	925.112	
Dividendos Adicionais de 2018	-	-	-	-	(211.907)	-	-	(211.907)	
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	
Constituição de Reserva Legal	-	-	53.996	-	-	(53.996)	-	-	
Incentivos Fiscais	-	-	-	123	-	(123)	-	-	
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(330.411)	-	(330.411)	
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	73.932	-	-	73.932	
Retenção de Lucros	-	701.582	-	-	-	(701.582)	-	-	
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>2.851.089</b>	<b>2.885.594</b>	<b>336.909</b>	<b>10.332</b>	<b>73.932</b>	-	<b>16.058</b>	<b>6.173.914</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

	2019	2018
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>1.080.034</b>	<b>892.487</b>
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado</b>	<b>(154.922)</b>	<b>46.770</b>
Ganhos e Perdas Atuariais sobre plano de aposentadoria e assistência médica	(234.730)	70.865
Tributos sobre os Ganhos e Perdas Atuariais	79.808	(24.095)
<b>Itens que afetam o resultado</b>	<b>(6.078)</b>	<b>(8.378)</b>
Realização da Reserva de Reavaliação	(8.413)	(9.231)
Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	2.861	3.138
Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	(796)	(3.463)
Tributos sobre a Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	270	1.178
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>919.034</b>	<b>930.879</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	2019	2018
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>1.080.034</b>	<b>892.487</b>
<b>Ajustes para Conciliar o Resultado ao Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais</b>		
Depreciações e Amortizações	337.442	271.387
Custos das Baixas do Imobilizado e Intangível	10.707	10.647
Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos	17.126	843
Ajuste a Valor Presente de Ativos Financeiros	(22.671)	(5.870)
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	20.850	7.747
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, líquidos	(58.317)	(61.900)
Provisões	84.875	(43.837)
Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	60.084	76.011
Juros sobre Financiamentos	200.198	220.724
Variações Monetárias sobre Financiamentos	15.009	64.029
Juros e Atualizações Monetárias Arrendamento Mercantil	46.144	-
Variações Cambiais, líquidas	(24)	-
Variações Instrumentos Financeiros Derivativos	40	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.658	3.829
Apropriação de Custos na Captação de Recursos de Terceiros	568	781
Ajuste a Valor Justo - Investimentos	(564)	(1.472)
	<b>717.125</b>	<b>542.919</b>
<b>Varição nos Ativos e Passivos</b>		
Contas a Receber de Clientes	(189.288)	(51.534)
Impostos e Contribuições a Recuperar	15.091	9.525
Estoques	(7.026)	(2.228)
Depósitos Judiciais	(94.303)	(18.087)
Outras Contas a Receber	2.034	(13.079)
Empreiteiros e Fornecedores	23.703	8.087
Contratos de Concessão	(29.042)	(31.533)
Impostos e Contribuições	399.966	302.428
Salários e Encargos a Pagar	(26.468)	62.623
Cauções e Retenções Contratuais	(356)	(129)
Receitas a Apropriar	(4.200)	(4.200)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(395.846)	(330.425)
Outras Contas a Pagar	(30.873)	(4.848)
	<b>(336.608)</b>	<b>(73.400)</b>
<b>Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais</b>	<b>1.460.551</b>	<b>1.362.006</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aplicação no Imobilizado e Intangível	(1.027.079)	(974.554)
Aplicação em Investimentos	(2.525)	(5.476)
<b>Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos</b>	<b>(1.029.604)</b>	<b>(980.030)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Financiamentos Obtidos	659.830	490.910
Amortizações de Financiamentos	(465.205)	(550.790)
Pagamentos de Juros sobre Financiamentos	(202.777)	(224.797)
Pagamentos de Arrendamentos Mercantis	(81.555)	-
Custo na Captação de Recursos de Terceiros	(270)	(1.834)
Depósitos Vinculados	1.065	(4.331)
Pagamentos de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(394.600)	(298.398)
<b>Caixa Gerado nas Atividades de Financiamentos</b>	<b>(483.512)</b>	<b>(589.240)</b>
<b>VARIACÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES</b>	<b>52.565</b>	<b>207.264</b>
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	326.624	533.888
<b>Saldo Final de Caixa e Equivalentes</b>	<b>274.059</b>	<b>326.624</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	2019	2018
<b>Receitas</b>		
Vendas de Serviços Prestados	5.078.127	4.479.581
Outros Resultados	(57.612)	(32.726)
Perdas na Realização e Recuperação de Ativos	(20.850)	(7.747)
	<b>4.999.665</b>	<b>4.439.108</b>
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>		
Produtos Químicos Consumidos	(121.097)	(79.718)
Materiais Consumidos	(82.946)	(72.278)
Energia Elétrica	(474	

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR (também identificada como “Companhia” ou “Sanepar”), sediada à Rua Engenheiros Rebouças em Curitiba – Paraná, é uma Sociedade de Economia Mista que tem por objetivo social, por delegação do Estado do Paraná e seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, além da coleta e tratamento de resíduos sólidos, realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário e prestação de serviços de consultoria e assistência técnica em suas áreas de atuação. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

A Companhia, por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. As renovações dos contratos têm seu prazo de validade definido em média 30 anos. De um total de 346 concessões municipais operadas, 10 (2,9%) contratos estão em processo de renovação por estarem vencidos, 53 (15,3%) vencem de 2020 a 2028 e 283 (81,8%) foram renovados tendo seus vencimentos após 2029. Para os casos de concessão que não forem renovadas, quando do seu vencimento, o município deverá ressarcir à Companhia os valores residuais dos ativos relacionados à concessão. Adicionalmente, a Companhia está discutindo judicialmente a validade do termo aditivo que prorrogou a concessão com o município de Maringá. Conforme determinação do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o rompimento contratual com o município somente poderá ocorrer após indenização à Companhia dos investimentos realizados.

A Companhia é registrada na CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 – Brasil, Bolsa, Balcão), estando listada no Nível 2 de Governança Corporativa.

A Companhia participa com 40% do capital de Sociedade de Propósito Específico, sob a forma de Sociedade Anônima de capital fechado, denominada “CS Bioenergia S.A.”, que tem como objeto social a exploração e destinação final adequada de resíduos sólidos e orgânicos, bem como o lodo produzido nas estações de tratamento de esgotos, produção de biogás e geração de energia, conforme indicado na nota explicativa 12.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

#### 2.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 06 de fevereiro de 2020.

#### 2.2 CONTINUIDADE OPERACIONAL

A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia, sendo assim as demonstrações contábeis foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

#### 2.3 BASE DE MENSURAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes, conforme apresentado na nota explicativa de políticas contábeis.

#### 2.4 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

As principais práticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas respectivas Notas Explicativas, adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram:

#### a) Gestão de Riscos e Instrumentos Financeiros

Nota Explicativa 4

#### b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Nota Explicativa 5

#### c) Contas a Receber de Clientes

Nota Explicativa 6

#### d) Provisão para Perdas na Realização de Créditos

Nota Explicativa 6

#### e) Ativos Financeiros Contratuais

Nota Explicativa 10

#### f) Investimentos

Nota Explicativa 12

#### g) Imobilizado e Intangível

Nota Explicativa 13

#### h) Arrendamento Mercantil Financeiro

A classificação do arrendamento mercantil como operacional ou financeiro é determinado com base em uma análise dos termos e condições dos contratos. São classificadas como Arrendamento Mercantil Financeiro os contratos que evidenciem a transferência substancial dos riscos e benefícios relacionados à propriedade dos Ativos arrendados. Os bens arrendados estão demonstrados na Nota Explicativa 13 e a dívida correspondente na Nota Explicativa 14.

#### i) Avaliação do Valor Recuperável dos Ativos (Impairment)

Nota Explicativa 13

#### j) Capitalização de Juros e Encargos Financeiros

Nota Explicativa 11

#### k) Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil

Nota Explicativa 14

#### l) Imposto de Renda e Contribuição Social Nota Explicativa 17

#### m) Provisões e Passivos Contingentes

Nota Explicativa 19

#### n) Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica

Nota Explicativa 20

#### o) Partes Relacionadas

Nota Explicativa 21

#### p) Remuneração aos Acionistas

Nota Explicativa 23.h

#### q) Receitas

Nota Explicativa 24

#### r) Estoques

Os estoques são formados principalmente por materiais de manutenção e conserto, registrados por seus custos médios de aquisição, no Ativo Circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.

#### s) Passivo Circulante e Não Circulante

Todos os passivos são registrados pelos valores conhecidos ou estimados e, quando aplicável, atualizados *pro rata die*, até a data de encerramento das demonstrações contábeis, com base nos indicadores e encargos pactuados, sem a necessidade de ajuste a valor presente.

#### t) Concessões

A Companhia registra a infraestrutura utilizada para operação dos serviços públicos de saneamento básico da seguinte forma:

**Contratos de Concessão:** os bens patrimoniais decorrentes de “Contratos de Concessão” assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07 (ainda regidos pela Lei de Concessões – Lei 8.987/95), são registrados no ativo intangível e amortizados pela vida útil econômica, baseado em estudo técnico realizado pela Companhia.

**Contratos de Programas:** os bens patrimoniais decorrentes de “Contratos de Programas”, em observância às regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, em que o poder concedente (município) deve obrigatoriamente elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico, são registrados de acordo com o modelo bifurcado (ativo intangível e ativo financeiro) definido pelo ICPC 01 (R1) e OCPC 05. Neste modelo, na data da assinatura do Contrato de Programa, a Companhia registra parte no ativo intangível, na extensão que recebe um direito (licença) para cobrar do usuário a utilização do serviço público, e parte do valor no ativo financeiro na extensão em que a vida útil econômica dos bens registrados no ativo intangível ultrapassa o prazo do Contrato de Programa. O ativo financeiro representa o valor remanescente do ativo intangível a ser reembolsado à Companhia pelo poder concedente no final do prazo do contrato. Os bens patrimoniais são amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos mesmos, dos dois o menor.

#### u) Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa. As demonstrações dos valores adicionados foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

#### v) Uso de Estimativas e Julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia utilize estimativas e premissas que afetam os montantes divulgados nestas informações e notas explicativas. Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Os principais processos de estimativas estão resumidos a seguir:

#### Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

#### Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

#### Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda incluiu a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados.

A Administração da Companhia acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais são necessárias e adequadas com base na legislação em vigor.

#### Provisão para perdas na realização de créditos

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização.

#### Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base num prazo considerado como razoável, bem como no nível de lucros tributáveis esperados nos próximos exercícios, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Em observância ao ICPC 22, a Companhia entende que todos os ajustes tributários efetuados na apuração dos impostos e contribuições sobre o lucro não apresentam tema passível de questionamento pelas autoridades fiscais federais quais sejam decorrentes de interpretação tributária diversa.

#### Plano de aposentadoria e assistência médica

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e outros benefícios de assistência médica pós-emprego, e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

#### 3.1 OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A partir de 1º de janeiro de 2019, todos os arrendamentos são contabilizados mediante o reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, exceto por:

- Arrendamentos de ativos de baixo valor; e
- Arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos.

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada por taxa de empréstimo incremental da Companhia. Os pagamentos variáveis de arrendamento são incluídos apenas na mensuração do passivo de arrendamento se depender de um índice ou taxa. Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento assume que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do arrendamento. Outros pagamentos variáveis de arrendamento são registrados no período a que se referem.

No reconhecimento inicial, o valor contábil do passivo de arrendamento também inclui:

- Valores esperados a serem pagos sob qualquer garantia de valor residual;
- O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção; e

- Quaisquer penalidades a pagar pela rescisão do contrato de arrendamento, se o prazo do arrendamento tiver sido estimado com base na opção de rescisão sendo exercida.

Ativos de direito de uso são inicialmente mensurados pelo valor do passivo de arrendamento, reduzidos por quaisquer incentivos de arrendamento recebidos e aumentados para:

- Pagamentos de arrendamento feitos no início ou antes do início do arrendamento;
- Custos diretos iniciais incorridos; e
- O valor de qualquer provisão reconhecida quando a Companhia é obrigada, por contrato, a desmontar, remover ou restaurar o ativo arrendado.

Após a mensuração inicial, os passivos de arrendamento aumentam como resultado de juros cobrados a uma taxa constante sobre o saldo em aberto e são reduzidos para pagamentos de arrendamento efetuados. Os ativos de direito de uso são amortizados numa base linear durante o prazo remanescente do arrendamento mercantil ou durante a vida econômica remanescente do ativo se, raramente, isso for considerado menor do que o prazo do arrendamento mercantil.

Quando a Companhia revisar sua estimativa do prazo de qualquer locação é efetuado ajuste no valor contábil do passivo de arrendamento para refletir os pagamentos a serem feitos ao longo do período revisado, que são descontados com a mesma taxa de desconto (taxa incremental nominal) aplicada no início do arrendamento. O valor contábil dos passivos de arrendamento é revisado de forma semelhante quando o elemento variável de pagamentos futuros de arrendamento dependente de uma taxa ou índice é revisado. Em ambos os casos, é feito um ajuste equivalente ao valor contábil do ativo de direito-de-uso, com o valor contábil revisado sendo amortizado durante o prazo remanescente (revisado) do arrendamento.

Quando a Companhia renegociar os termos contratuais de um arrendamento com o seu locador, a contabilização depende da natureza da modificação:

- Se a renegociação resultar em um ou mais ativos adicionais sendo alugados por um valor compatível com o preço, independente dos direitos de uso adicionais obtidos, a modificação é contabilizada como um arrendamento separado de acordo com a política acima.
- Em todos os outros casos em que o termo renegociado aumenta o escopo do arrendamento (se isso é uma extensão do prazo do arrendamento, ou um ou mais ativos adicionais sendo arrendados), o passivo do arrendamento é remensurado usando a taxa de desconto aplicável na data da modificação, com o ativo do direito de uso sendo ajustado pelo mesmo valor.
- Se a renegociação resultar em uma redução no escopo do arrendamento, tanto o valor contábil do passivo de arrendamento quanto do direito de uso são reduzidos na mesma proporção para refletir a rescisão parcial do contrato de arrendamento com qualquer diferença reconhecida no resultado do exercício. O passivo de arrendamento é então ajustado para assegurar que seu valor contábil reflita o valor dos pagamentos renegociados durante o prazo renegociado, com os pagamentos de arrendamento modificados descontados à taxa aplicável na data da modificação. O ativo do direito de uso é ajustado pelo mesmo valor.

Como parte do expediente prático da norma, para os contratos que tanto conferem o direito à Companhia de usar um ativo identificado e requerem que determinados serviços sejam fornecidos pelo arrendador, a Companhia optou por contabilizar todo o contrato como um arrendamento, isto é, aloca qualquer parcela dos pagamentos contratuais referente a quaisquer serviços prestados pelo fornecedor como parte do contrato.

#### Natureza dos arrendamentos mercantis da Companhia:

A Companhia arrenda vários imóveis nos municípios onde atua, principalmente de pessoas físicas, no montante líquido de R\$38.324. Em alguns deles, os contratos de arrendamento preveem que os pagamentos aumentem a cada ano pela inflação ou, em outros, sejam redefinidos periodicamente para as taxas de aluguéis do mercado. Em outros, o valor do aluguel é fixado ao longo do prazo da locação. Em todos os casos, os prazos de aluguel não ultrapassam 5 anos. A Companhia também aluga certos equipamentos e veículos, nos montantes líquidos de R\$28.140 e R\$37.036, respectivamente.

Arrendamentos de imóveis, equipamentos e veículos compreendem apenas pagamentos fixos durante o período do arrendamento.

A Companhia não tem pagamentos de aluguel variável nos seus contratos de arrendamento, também não tem nenhuma operação de venda e transação de “leaseback” de ativos.

A Companhia tem cláusulas de interrupção de contrato em seus arrendamentos de imóveis permitindo o não pagamento de penalidades em determinadas circunstâncias. Caso a caso, a Companhia considerará se a ausência de uma cláusula de quebra a expõe a um risco excessivo. Normalmente, os fatores considerados na decisão de negociar uma cláusula de interrupção de contrato incluem:

- a duração do prazo da locação;
- a estabilidade econômica do ambiente em que a propriedade está localizada; e
- se o local representa uma nova área de operações para a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, os valores contábeis dos passivos de arrendamento de imóveis não são reduzidos pelo valor dos pagamen-

tos que seriam evitados com o exercício de cláusulas de interrupção de contrato, visto que foi considerado razoavelmente certo que a Companhia não tem intenção de interromper os referidos contratos durante a vigência dos mesmos, exceto para determinados contratos de aluguel de imóveis em função da previsão de mudança de determinados departamentos da Companhia para o novo edifício no endereço da sua sede com mudança iniciada em 2019.

O contrato de aluguel de veículos dá à Companhia o direito de usar os veículos para o prazo contratual estipulado. O referido contrato não estipula um valor residual garantido ao fornecedor dos veículos, apesar de não haver uma restrição na quilometra-

DESCRIÇÃO	31/12/2018
Compromisso de arrendamento mercantil operacional	114.974
Efeito do desconto dos compromissos de aluguel à taxa média ponderada anual de 6,88%	(14.896)
<b>Total</b>	<b>100.078</b>

ATIVO	01/01/19	Entradas	Amortizações	31/12/2019
Veículos	41.300	17.650	(21.914)	37.036
Bens Móveis	21.833	6.308	(8.468)	19.673
Bens Imóveis	36.945	1.379	(6.245)	32.079
<b>Saldo</b>	<b>100.078</b>	<b>25.337</b>	<b>(36.627)</b>	<b>88.788</b>

PASSIVO	01/01/19	Entradas	Encargos Financeiros	Pagamentos	31/12/2019
Circulante	40.026	33.982	7.268	(32.513)	48.763
Não Circulante	60.052	3.135	-	(14.158)	49.029
<b>Totais</b>	<b>100.078</b>	<b>37.117</b>	<b>7.268</b>	<b>(46.671)</b>	<b>97.792</b>

Para fins de atendimento ao que requer o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019, de 18/12/2019, o passivo de arrendamento mercantil de direito de uso foi mensurado

DESCRIÇÃO	31/12/2019
Veículos	41.604
Bens Móveis	22.678
Bens Imóveis	43.426
<b>Total</b>	<b>107.708</b>

A seguir apresentamos os fluxos de pagamentos futuros, considerando a inflação projetada até o vencimento dos contratos, por natureza de arren-

DESCRIÇÃO	2020	2021	2022	2023	2024	TOTAL
Veículos	29.156	11.198	3.805	-	-	44.159
Bens Móveis	11.139	7.933	3.381	2.243	-	24.696
Bens Imóveis	9.471	9.900	10.232	10.575	10.926	51.104
<b>Total</b>	<b>49.766</b>	<b>29.031</b>	<b>17.418</b>	<b>12.818</b>	<b>10.926</b>	<b>119.959</b>

#### Abordagem retrospectiva modificada:

Aplicar a abordagem retrospectiva modificada, a Companhia aproveitou os seguintes expedientes práticos:

- Uma taxa de desconto única foi aplicada a grupos de arrendamentos com características razoavelmente semelhantes; e
- Os arrendamentos com prazo remanescente de 12 meses ou menos da data de aplicação foram contabilizados no resultado, embora o prazo inicial dos arrendamentos da data de início da locação possa ter sido superior a 12 meses.

#### 3.2 ATIVO DE CONTRATO

Conforme estabelece o ICPC 01 – Contratos de Concessão, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário, inclusive em relação aos serviços de construção deverá atender ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece que a receita deve ser registrada quando ocorre a transferência de bens ou serviços a clientes, no momento em que a obrigação de “performance” for efetivamente cumprida.

Os contratos de concessão e contratos de programa da Companhia

ATIVO NÃO CIRCULANTE	01/01/2018 Divulgado	Ajuste	31/12/2018 Reclassificado
Ativo de Contrato	-	1.393.188	1.393.188
Intangível, líquido	8.329.542	(1.393.188)	6.936.354

Esta reclassificação não afetou os *covenants* (índices financeiros) de empréstimos, financiamentos e debêntures, a liquidez, a posição patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração dos fluxos de caixa, a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio da Companhia.

#### Novas normas, alterações e interpretações em vigor para exercícios iniciados em ou após 01 de janeiro de 2020:

**Alteração da norma IFRS 3** – Definição de negócio. Esclarece aspectos para a definição de negócio, de forma a esclarecer quando uma transação deve ter tratamento contábil de combinação de negócios ou aquisição de ativos. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2020. A Companhia não espera impactos significativos em possíveis eventos futuros de combinações de negócios ou aquisição de ativos;

**Alteração das normas IAS 1 e IAS 8** – Definição de materialidade. Esclarece aspectos de materialidade para o enquadramento da norma contábil onde este conceito é aplicável. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2020. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

#### 4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia tem exposição a riscos financeiros, porém administrados ou mitigados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações, e estão descritos nesta Nota Explicativa.

#### 4.1 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

**Risco de Refêreço:** o negócio da Companhia refêre-se basicamente a captar, tratar e distribuir água,

gem dos veículos durante o prazo do aluguel, visto que a Companhia não queria ser operacionalmente restrita em sua capacidade de usar os veículos. Desta forma, os pagamentos de aluguel não representam o pagamento de praticamente todo o valor justo dos veículos.

A taxa de empréstimo incremental (média ponderada) aplicada aos passivos de arrendamento na adoção inicial (1º de janeiro de 2019) foi de 6,88%.

O passivo de locação total reconhecido no balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2019 e o compromisso de locação operacional da Companhia em 31 de dezembro de 2018, estão brutos de PIS/COFINS, e podem ser reconciliados da seguinte forma:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

caso de inadimplência mediante aviso prévio entregue por escrito ao usuário, com antecedência mínima de trinta dias da data prevista para o corte. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento.

A prática do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com os municípios devedores e caso não haja acordo, a Companhia ingressa com cobrança judicial.

**Risco de Taxa de Juros:** risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Este risco é proveniente da possibili-

dade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

**Análise de Sensibilidade a taxa de juros:** a Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade das aplicações financeiras e juros sobre os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil sujeitos a taxas de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos. Se as taxas de rentabilidade das aplicações financeiras e dos juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro antes dos impostos seria de R\$20.679 e R\$41.358 a mais ou a menos principalmente em decorrência de receitas de aplicações financeiras e de despesas de juros mais baixas ou mais altas nas aplicações financeiras e nos empréstimos de taxa variável conforme descrito a seguir:

DESCRIÇÃO	Indexador	+25%	-25%	+50%	-50%
Caixa FI Sanepar I Renda Fixa	DI	4.617	(4.617)	9.234	(9.234)
<b>ATIVOS</b>		4.617	(4.617)	9.234	(9.234)
BNDES	TJLP	(614)	614	(1.228)	1.228
BNDES-PAC2	TJLP	(3.210)	3.210	(6.420)	6.420
Debêntures - 2ª Emissão - 1ª e 3ª Séries	TJLP	(2.304)	2.304	(4.608)	4.608
Debêntures - 2ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(965)	965	(1.930)	1.930
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(1.102)	1.102	(2.204)	2.204
Debêntures - 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP	(2.839)	2.839	(5.678)	5.678
Debêntures - 4ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(877)	877	(1.754)	1.754
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série	DI	(1.953)	1.953	(3.906)	3.906
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª a 4ª Séries	IPCA	(188)	188	(376)	376
Debêntures - 8ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	DI	(3.987)	3.987	(7.974)	7.974
Debêntures - 9ª Emissão - 1ª e 2ª Séries	DI	(2.908)	2.908	(5.816)	5.816
Arrendamento Mercantil Financeiro	IPC - FIPE	(2.532)	2.532	(5.064)	5.064
Arrendamento Mercantil Direito de Uso	DI	(1.817)	1.817	(3.634)	3.634
<b>PASSIVOS</b>		(25.296)	25.296	(50.592)	50.592
Efeitos no Lucro antes da tributação		(20.679)	20.679	(41.358)	41.358

A TR considerada no período de 12 meses foi de 0,00% e a TJLP de 6,20%, obtidas junto ao BACEN - Banco Central do Brasil, o IPCA à taxa de 4,31%, obtido junto ao IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o DI à taxa de 5,96% obtido junto à B3 - Brasil, Bolsa e Balcão.

**Análise de Sensibilidade à taxa de câmbio:** apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos relacionados aos instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção (hedge) do empréstimo em moeda estrangeira. A Companhia mensura que o cenário provável para o próximo trimestre é um aumen-

to de 0,73% na cotação do Dólar, conforme expectativa de mercado. O cenário provável utiliza a taxa de câmbio projetada conforme relatório Focus disponibilizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Considerando o valor nominal de € 450,1 mil (R\$ 2.039 mil), o valor da cotação do euro como R\$ 4,5305 para 31 de dezembro de 2019 (Ptax - Banco Central) e considerando a premissa de se manter o valor proporcional de US\$ 1,12 para cada euro, considerando o dólar PTAX a R\$ 4,0307, apresentamos a seguir a variação do câmbio em 25% e 50% para apreciação e depreciação em relação a exposição:

Efeito no resultado	Provável	+25%	-25%	+50%	-50%
Risco de variação do Euro (0,73%)	(8)	(510)	510	(1.020)	1.020

**Risco de Liquidez:** O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações. A Companhia estrutura os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota explicativa 14, de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, reduzindo riscos de liquidez. Adicionalmente a Companhia possui política de dividendos e gestão de risco de tesouraria e mercado.

**Instrumentos Financeiros Derivativos:** Em conformidade com a Política de Gestão de Risco, Tesouraria e Mercado da Companhia, visando mitigar os riscos relativos à exposição cambial, foram contratadas 3 instituições financeiras para realização de operações de proteção (hedge), sem caráter especulativo, quando do recebimento de recursos decorrentes de empréstimo do Banco KfW, por intermédio de troca (Swap) da variação da dívida em Euros + 1,35% de juros ao ano por um percentual do CDI. A Companhia não aplica a política contábil de hedge accounting para esse contrato, mensurando o mesmo ao valor justo por meio do resultado, apresentado no resultado financeiro. A dívida deste empréstimo está demonstrada na Nota Explicativa 14.

Em 31/12/2019 a Companhia possui contratos de Swap (Euro + juros X CDI) conforme demonstrado a seguir:

INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONTRATOS DE SWAP			
Valor Nominal EUR	Valor Justo da Posição Ativa	Valor Justo da Posição Passiva	Instrumento Derivativo, líquido
450	2.040	2.065	(25)

### 4.2 GESTÃO DE RISCO DE CAPITAL

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação de capital ótima e um rating de crédito forte perante as instituições, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas pro-

missórias. Para o período findo em 31 de dezembro de 2019, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

Com o objetivo de manter a liquidez e sua capacidade de pagamento a Companhia utiliza como métrica de alavancagem a relação dívida líquida/patrimônio líquido e dívida líquida/EBITDA. Para efeito de dívida líquida considera-se: empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil, menos caixa e equivalentes de caixa:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil	3.080.431	2.771.318
Caixa e Equivalentes de Caixa	(274.059)	(326.624)
Dívida Líquida	2.806.372	2.444.694
Patrimônio Líquido	6.173.914	5.717.188
EBITDA Acumulado 12 Meses *	1.971.727	1.642.028
Relação Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	0,45	0,43
Relação Dívida Líquida/EBITDA	1,42	1,49

\* Informação do EBITDA não revisada pelos auditores independentes.

### 4.3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros estão

reconhecidos nas Demonstrações Contábeis da Companhia, conforme a seguir:

DESCRIÇÃO	2019	2018
<b>ATIVOS</b>		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações Financeiras	257.181	291.621
Ativo Financeiro - Swap	2.040	-
Depósitos Vinculados	58.603	59.668
<b>Custo amortizado</b>		
Caixa e Bancos	16.878	35.003
Contas a Receber de Clientes, líquido	829.562	661.124
Ativos Financeiros Contratuais	435.209	375.871
<b>TOTAIS</b>	<b>1.599.473</b>	<b>1.423.287</b>
<b>PASSIVOS</b>		
Valor justo por meio do resultado		
Passivo Financeiro - Swap	2.065	-
<b>Custo amortizado</b>		
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil	3.080.431	2.771.318
Empreiteiros e Fornecedores	214.445	190.742
Contratos de Concessão	31.414	60.456
<b>TOTAIS</b>	<b>3.328.355</b>	<b>3.022.516</b>

O nível de hierarquia do valor justo por meio do resultado dos ativos da Companhia está enquadrado no nível 2.

### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

**Prática Contábil:**

Incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de

DESCRIÇÃO	2019	2018
Depósitos Bancários Livres	4.516	9.324
Depósitos Bancários Vinculados	12.362	25.679
	16.878	35.003
Aplicações Financeiras	257.181	291.621
<b>Totais de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>274.059</b>	<b>326.624</b>

As aplicações financeiras aproximam-se do valor justo e possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundo de renda fixa, aplicados em Fundo de Investimento exclusivo cuja carteira é composta em sua maioria de títulos públicos federais e Certificado de Depósito Bancário, com remuneração média de 100,31% do CDI (99,00% em 2018).

### 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

**Prática Contábil:**

**Contas a Receber de Clientes:** Incluem os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativas pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada cliente.

**Ajuste a Valor Presente:** Os saldos de contas a receber de clientes referentes a parcelamentos foram ajustados a valor presente. Os parcelamentos das contas de particulares são atualizados pela SELIC, acrescidos de taxa de administração e de risco e os das contas de órgãos públicos com base em juros de 6% ao ano. A Companhia adota para o cálculo do Ajuste a Valor Presente a taxa SELIC para as contas de particulares e os juros de 6% ao ano para as contas de órgãos públicos.

DESCRIÇÃO	2019	2018
Contas a Receber Vincendas	288.080	241.474
Contas a Receber de Parcelamentos	120.113	56.272
Ajuste a Valor Presente	(4.088)	(4.723)
Contas a Faturar (Consumo não Faturado)	212.452	186.170
	616.557	479.193
Contas a Receber Vencidas		
De 1 a 30 dias	146.804	120.087
De 31 a 60 dias	34.697	30.689
De 61 a 90 dias	12.816	13.320
De 91 a 180 dias	22.404	21.157
Mais de 180 dias	192.771	172.634
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	(196.487)	(175.956)
	213.005	181.931
<b>Totais de Contas a Receber, líquidas</b>	<b>829.562</b>	<b>661.124</b>
Circulante	809.736	639.054
Não Circulante	19.826	22.070

Apresentamos a seguir a composição do total das contas a receber vencidas, líquidas das perdas na realização de créditos:

DESCRIÇÃO	Contas a Receber	Provisão para Perdas	Ajuste a Valor Presente	2019	2018
Prefeituras Municipais	100.974	(49.070)	(3.201)	48.703	43.754
Particulares	915.307	(147.417)	(887)	767.003	606.020
Sector Federal	1.723	-	-	1.723	1.230
Sector Estadual	12.133	-	-	12.133	10.120
<b>Saldos no Final do Exercício</b>	<b>1.030.137</b>	<b>(196.487)</b>	<b>(4.088)</b>	<b>829.562</b>	<b>661.124</b>

**b) A movimentação da provisão para perdas na realização de créditos foi a seguinte:**

DESCRIÇÃO	2019	2018
Saldos no Início do Exercício	(175.956)	(171.150)
Valores Registrados como Despesa/Reversão	(20.850)	(7.747)
Baixas, Líquidas das Recuperações	319	2.941
<b>Saldos no Final do Exercício</b>	<b>(196.487)</b>	<b>(175.956)</b>

**c) O saldo de provisão para perdas na realização de créditos a receber apresenta a seguinte composição:**

DESCRIÇÃO	2019	2018
Cientes Particulares	147.417	126.754
Prefeituras Municipais	49.070	49.202
<b>TOTAIS</b>	<b>196.487</b>	<b>175.956</b>

**d) O saldo de contas a receber de clientes a curto e longo prazo decorrente de parcelamentos foi ajustado a valor presente. A movimentação do ajuste a valor presente foi a seguinte:**

DESCRIÇÃO	2019	2018
Saldos no Início do Exercício	(4.723)	(2.453)
Ajuste a Valor Presente	635	(2.270)
<b>Saldos no Final do Exercício</b>	<b>(4.088)</b>	<b>(4.723)</b>

### 7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Apresenta a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Imposto de Renda a compensar	-	12.517
Contribuição Social a compensar	-	2.553
Impostos e Contribuições retidos - órgãos públicos	305	326
<b>TOTAIS</b>	<b>305</b>	<b>15.396</b>
Circulante	305	15.396

### 8. DEPÓSITOS VINCULADOS

Os depósitos vinculados apresentam a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Agência Nacional de Águas - ANA	-	1.773
Fundação Nacional de Saúde - FUNASA	2.855	4.947
Reservas mantidas na CAIXA <sup>1</sup>	55.748	52.948
<b>TOTAIS</b>	<b>58.603</b>	<b>59.668</b>
Circulante	2.855	6.720
Não Circulante	55.748	52.948

<sup>1</sup>Contas reservas vinculadas a contratos de financiamentos em montante suficiente para o cumprimento das cláusulas contratuais.

### 9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A composição apresenta os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Adiantamentos a Empregados	13.317	13.481
Pagamentos Reembolsáveis	17.909	16.054
Depósitos Dados em Garantia	1.740	2.095
Fundo Municipal do Meio Ambiente <sup>1</sup>	48.881	50.675
Despesas Antecipadas	3.468	4.988
<b>Títulos e Outros Créditos</b>	<b>886</b>	<b>938</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>86.201</b>	<b>88.231</b>
Circulante	37.642	37.616
Não Circulante	48.559	50.615

<sup>1</sup>Antecipação de repasse aos Fundos Municipais de Meio Ambiente, conforme previsto em contrato de programa.

acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras, calculadas pro rata die e apropriadas mensalmente. Uma aplicação financeira se qualifica como equivalente de caixa quando possui características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não está sujeita a risco de mudança significativa de valor.

Apresenta a seguinte composição:

**Provisão para Perdas na Realização de Créditos:** Com o intuito de estimar os montantes de provisão para perdas na realização de créditos, a serem reconhecidos no período, a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, considerando a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento e a expectativa de recuperação em cada classe de consumo.

**De acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e considerando a política de recuperação de créditos atualmente adotada pela Companhia, a qual contempla a interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes, a provisão (incorrida e esperada) é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais, comerciais, industriais e Poder Público Federal vencidos há mais de 180 dias, e com base nos valores vencidos há mais de 2 anos para o Poder Público Municipal, exceto para as prefeituras que não estejam efetuando o pagamento das contas vencidas, para as quais é constituída a provisão para a totalidade dos créditos. A Companhia não constitui provisão para perdas na realização de créditos do setor Estadual por se tratar de parte relacionada controladora e devido ao seu histórico de regularização de débitos.**

**a) Os saldos de contas a receber de clientes apresentam a seguinte composição por vencimento:**

### 10. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS

**Prática Contábil:**

Os Ativos Financeiros Contratuais representam a parcela do valor total dos ativos operacionais construídos que possuem vida útil superior ao prazo contratual e que consequentemente deverá ser indenizada pelo Poder Concedente no momento do término do contrato. Estes valores são reconhecidos inicialmente pela assinatura de cada Contrato de Programa e posteriormente pela adição de parcela referente ao investimento em novos ativos que extrapolam o prazo contratual.

DESCRIÇÃO	2018	Adições	Receita de A/P	Despesas de A/P	2019
Investimento Não Amortizado	1.110.314	102.748	-	-	1.213.062
Ajuste a Valor Presente	(734.443)	(66.081)	22.765	(94)	(777.853)
<b>TOTAIS</b>	<b>375.871</b>	<b>36.667</b>	<b>22.765</b>	<b>(94)</b>	<b>435.209</b>

A taxa de desconto equivalente aplicada para o cálculo do Ajuste a Valor Presente no período foi de 4,0% (spread entre o IPCA projetado para o exercício e a taxa WACC) e levou em consideração Contratos de Programa com prazos entre 21 e 30 anos.

### 11. ATIVO DE CONTRATO

**Prática Contábil:**

Conforme determinado pelo CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de cons-

DESCRIÇÃO	2018	Adições	Capitalização de Juros	Baixas e Perdas	Transferências para Intangível	2019
Projetos e Obras em Andamento	1.319.120	874.775	21.543	1.199	(574.140)	1.642.497
Estoques para Obras	74.068	40.149	-	-	-	114.217
<b>Totais</b>	<b>1.393.188</b>	<b>914.924</b>	<b>21.543</b>	<b>1.199</b>	<b>(574.140)</b>	<b>1.756.714</b>

Durante o exercício de 2019 foi registrado como projetos e obras em andamento o montante de R\$914.924 (R\$818.063 em 2018), decorrente de ampliação de Sistema de Abastecimento de Água principalmente nos municípios de Cascavel, Curitiba, Pato Branco, São José dos Pinhais e Ponta Grossa, e de ampliação de Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgoto principalmente nos municípios de Londrina, Guaíra, Paranaíba e São

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

montante de R\$522, sem prazo de vencimento e não possuem caráter de conversibilidade imediata, os quais trazidos a valor justo considerando a cotação do dia 31/12/2019 equivalem a R\$2.671.

### 13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

#### Prática Contábil:

**Imobilizado:** É demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído, deduzido das depreciações calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas indicadas nesta Nota Explicativa. Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo imobilizado, sempre quando há algum indicador de que o ativo imobilizado pode não ser recuperável.

**Intangível:** O intangível vincula-

do aos contratos de concessão é registrado pelo seu custo de aquisição, construção ou contratação e inclui o Direito de Uso e Contratos de Programa. O ativo intangível vinculado aos Contratos de Programas é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor investido em bens ligados às concessões e o valor presente do Ativo Financeiro Contratual calculado nos moldes da Nota Explicativa 10. Trata-se de ativo intangível de vida útil definida e o seu valor será amortizado dentro do prazo do contrato.

A amortização dos intangíveis vinculados aos Contratos de Concessão é calculada com base na vida útil econômica e a amortização dos bens vinculados aos Contratos de Programas é calculada pelos prazos de vigência dos contratos ou pela vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura

para prestação dos serviços públicos, dos dois o menor. Para os bens cuja vida útil ultrapassa o prazo do contrato é constituído ativo financeiro, conforme mencionado na nota 3(f). Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo intangível, sempre quando há algum indicador de que o ativo intangível pode não ser recuperável.

**Arrendamento Mercantil Financeiro:** O registro contábil ocorre no momento da efetiva disponibilidade para uso, considerando seus valores justos ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. O valor da dívida é demonstrado na Nota Explicativa 14. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado com a política aplicável.

#### a) Imobilizado

Apresenta a seguinte composição:

POR CONTAS			2019	2018
DESCRIÇÃO	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Administração	463.513	(166.999)	296.514	168.120
Outras Imobilizações	2.439	(1.237)	1.202	651
<b>TOTAIS</b>	<b>465.952</b>	<b>(168.236)</b>	<b>297.716</b>	<b>168.771</b>

POR NATUREZA					2019	2018
DESCRIÇÃO	Taxa de Depreciação Anual	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido		
Terrenos	-	2.929	-	2.929	2.372	
Construções Cíveis	*1,84%	136.427	(23.668)	112.759	53.534	
Benfeitorias	2%	2.121	(738)	1.383	1.329	
Instalações	*5,83%	8.903	(2.549)	6.354	1.590	
Equipamentos	*6,23%	77.885	(26.914)	50.971	45.197	
Móveis e Utensílios	7,14%	49.041	(19.757)	29.284	23.745	
Equipamentos de Informática	*19,82%	65.129	(32.512)	32.617	11.323	
Veículos	*13,05%	97.199	(44.489)	52.710	19.104	
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	23.918	(17.153)	6.765	9.124	
Ferramentas	6,67%	1.442	(456)	986	1.024	
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	958	-	958	429	
<b>TOTAIS</b>		<b>465.952</b>	<b>(168.236)</b>	<b>297.716</b>	<b>168.771</b>	

\* Taxa Média Ponderada

#### b) Intangível

Apresenta a seguinte composição:

POR CONTAS			2019	2018
DESCRIÇÃO	Custo	Amortização Acumulada	Reapresentado	Valor Líquido
Sistemas de Água	4.667.987	(1.597.285)	3.070.702	2.889.919
Sistemas de Esgoto	5.224.853	(1.205.081)	4.019.772	3.926.332
Resíduos Sólidos	3.217	(3.165)	52	-
Direitos de Uso e Operação de Sistemas	125.105	(71.823)	53.282	55.156
Outros Ativos Intangíveis	154.303	(74.551)	79.752	64.947
<b>TOTAIS</b>	<b>10.175.465</b>	<b>(2.951.905)</b>	<b>7.223.560</b>	<b>6.936.354</b>

POR NATUREZA					2019	2018
DESCRIÇÃO	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada	Reapresentado	Valor Líquido	
Terrenos	-	171.068	-	171.068	164.454	
Poços	*3,10%	150.437	(38.627)	111.810	104.168	
Barragens	*2,67%	141.253	(57.791)	83.462	86.397	
Construções Cíveis	*2,59%	2.270.017	(542.681)	1.727.336	1.616.198	
Benfeitorias	*2,67%	27.300	(3.718)	23.582	20.804	
Tubulações	*2,64%	5.284.267	(1.362.390)	3.921.877	3.830.359	
Ligações Prediais	3,33%	759.951	(242.491)	517.460	482.499	
Instalações	*5,83%	166.978	(65.994)	100.984	103.714	
Hidrômetros	10%	209.773	(82.408)	127.365	109.414	
Macromedidores	10%	6.273	(4.234)	2.039	1.916	
Equipamentos	*6,23%	629.607	(291.708)	337.899	316.846	
Móveis e Utensílios	7,14%	6.247	(3.530)	2.717	2.930	
Equipamento de Informática	*19,82%	86.729	(82.252)	4.477	5.278	
Programas de Informática	20%	62.339	(43.756)	18.583	18.269	
Veículos	*13,05%	25.249	(17.732)	7.517	7.699	
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	24.048	(20.094)	3.954	4.945	
Ferramentas	6,67%	272	(196)	76	87	
Direitos de Uso e Linhas de Transmissão	6,25%	156	(134)	22	25	
Proteção e Preservação Ambiental	20%	27.004	(20.345)	6.659	4.329	
Concessão do Município de Curitiba <sup>1</sup>	1,50%	125.000	(71.719)	53.281	55.156	
Concessão do Município de Cianorte <sup>2</sup>	5%	105	(105)	-	-	
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	1.392	-	1.392	867	
<b>TOTAIS</b>		<b>10.175.465</b>	<b>(2.951.905)</b>	<b>7.223.560</b>	<b>6.936.354</b>	

\* Taxa Média Ponderada

<sup>1</sup>Direito de outorga do contrato de concessão onerosa assinado em 6 de dezembro de 2001 e cuja concessão foi antecipadamente renovada em 5 de junho de 2018 mediante assinatura do contrato de programa em consonância com a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e demais atos legais pertinentes.

<sup>2</sup>Direito de outorga do contrato de concessão onerosa com a Prefeitura Municipal de Cianorte para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos.

#### Arrendamento Mercantil:

A Companhia possui: (i) contrato de locação de ativos avaliado em R\$199,3 milhões decorrentes da ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná, pelo prazo de 240 (duzentos e quarenta) meses, cujo pagamento iniciou

em fevereiro de 2017, com transferência substancial dos riscos e benefícios dos ativos os quais serão de propriedade da Companhia ao final do contrato, e (ii) contratos de locação de veículos, bens móveis e imóveis, em que os riscos e benefícios da utilização dos bens permanecem com o arrendador.

As obrigações decorrentes destes contratos estão demonstradas na nota explicativa 14.

Em 31 de dezembro de 2019 o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de Arrendamento Mercantil registrado no Ativo Intangível está demonstrado a seguir:

POR CONTAS				2019	2018
DESCRIÇÃO	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido		
Construções Cíveis	37.434	(1.572)	35.862	36.488	
Tubulações	147.315	(6.187)	141.128	144.075	
Ligações Prediais	8.227	(607)	7.620	7.893	
Instalações	309	(52)	257	278	
Equipamentos	6.013	(908)	5.105	5.480	
<b>Arrendamento Mercantil - Litoral</b>	<b>199.298</b>	<b>(9.326)</b>	<b>189.972</b>	<b>194.214</b>	
Veículos	58.950	(21.914)	37.036	-	
Bens Móveis	28.141	(8.468)	19.673	-	
Bens Imóveis	38.324	(6.245)	32.079	-	
<b>Arrendamento Mercantil - Direito de Uso</b>	<b>125.415</b>	<b>(36.627)</b>	<b>88.788</b>	<b>-</b>	
<b>TOTAIS</b>	<b>324.713</b>	<b>(45.953)</b>	<b>278.760</b>	<b>194.214</b>	
Imobilizado	123.162	(36.102)	87.060	-	
Intangível	201.551	(9.851)	191.700	-	

A Companhia registrou no resultado o montante de R\$4.478 referente a contratos de arrendamento mercantil de baixo valor e de curto prazo (inferiores a 12 meses).

#### c) Movimentação do Imobilizado e Intangível no exercício de 2019:

DESCRIÇÃO	2018	Adições	Depreciações e Amortizações	Baixas e Perdas	Transferência de Obras	Transferências	2019
<b>IMOBILIZADO</b>	Reapresentado						
Terrenos	2.372	558	-	-	-	(1)	2.929
Construções Cíveis	53.534	40.272	(11.119)	(5)	30.066	11	112.759
Benfeitorias	1.329	-	(41)	-	95	-	1.383
Instalações	1.590	4.968	(204)	-	-	-	6.354
Equipamentos	45.197	11.126	(4.081)	(79)	1.373	(2.565)	50.971
Móveis e Utensílios	23.745	5.193	(2.578)	(12)	2.991	(55)	29.284
Equipamentos de Informática	11.323	35.214	(14.597)	(35)	907	(195)	32.617
Veículos	19.104	64.265	(29.844)	-	-	(815)	52.710
Máquinas, Tratores e Similares	9.124	-	(2.501)	-	-	142	6.765
Ferramentas	1.024	43	(81)	-	-	-	986
Bens Patrimoniais a Incorporar	429	529	-	-	-	-	958
<b>TOTAIS IMOBILIZADO</b>	<b>168.771</b>	<b>162.168</b>	<b>(65.046)</b>	<b>(131)</b>	<b>35.432</b>	<b>(3.478)</b>	<b>297.716</b>
<b>INTANGÍVEL</b>							
Terrenos	164.454	3.650	-	-	2.964	-	171.068
Poços	104.168	-	(1.819)	3	9.476	(18)	111.810
Barragens	86.397	68	(2.991)	(7)	-	(5)	83.462
Construções Cíveis	1.616.198	7.916	(50.831)	(344)	168.127	(13.730)	1.727.336
Benfeitorias	20.804	108	(683)	(77)	3.726	(296)	23.582
Tubulações	3.830.359	14.607	(125.996)	(505)	224.872	(21.460)	3.921.877
Ligações Prediais	482.499	285	(22.712)	(810)	59.367	(1.169)	517.460
Instalações	103.714	2.952	(10.044)	(1.037)	5.399	-	100.984
Hidrômetros	109.414	-	(18.316)	(3.381)	39.648	-	127.365
Macromedidores	1.916	9	(317)	-	431	-	2.039
Equipamentos	316.846	29.260	(26.202)	(5.070)	20.500	2.565	337.899
Móveis e Utensílios	2.930	120	(314)	(74)	-	55	2.717
Equipamentos de Informática	5.278	5	(871)	(169)	40	194	4.477
Programas de Informática	18.269	6.047	(5.733)	-	-	-	18.583
Veículos	7.699	5	(1.003)	-	-	816	7.517
Máquinas, Tratores e Similares	4.945	9	(858)	-	-	(142)	3.954
Ferramentas	87	-	(12)	-	1	-	76
Direitos de Uso e Linhas de Transmissão	25	-	(3)	-	-	-	22
Proteção e Preservação Ambiental	4.329	74	(1.816)	(85)	4.157	-	6.659
Concessão do Município de Curitiba	55.156	-	(1.875)	-	-	-	53.281
Bens Patrimoniais a Incorporar	867	524	-	-	-	1	1.392
<b>TOTAL INTANGÍVEL</b>	<b>6.936.354</b>	<b>65.639</b>	<b>(272.396)</b>	<b>(11.556)</b>	<b>538.708</b>	<b>(33.189)</b>	<b>7.223.560</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>7.105.125</b>	<b>227.807</b>	<b>(337.442)</b>	<b>(11.687)</b>	<b>(a) 574.140</b>	<b>(b) (36.667)</b>	<b>7.521.276</b>

a) Valor transferido da conta Ativo de Contrato (nota explicativa 11);

b) Valor transferido para a conta de Ativos Financeiros Contratuais, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, líquido do Ajuste a Valor Presente do período (nota explicativa 10).

#### d) Análise do Valor Recuperável dos Ativos

Em 31 de dezembro de 2019, mesmo não existindo quaisquer indicadores de diminuição do valor recuperável (*impairment*) sobre os ativos imobilizados e intangível com vida útil definida, a Companhia optou por realizar estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos, identificando como unidades geradoras de caixa, os segmentos de negócio de água, água industrial, esgoto e resíduos sólidos.

#### d.1) Unidade Geradora de Caixa – Segmentos Água, Água Industrial e Esgoto

Para a apuração do valor recuperável dos ativos, ou unidades geradoras de caixa da Companhia, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;

Vida útil baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC, considerando ainda a política de manutenção da Companhia;

As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 33b, em moeda corrente, ou seja, foram considerados os efeitos da inflação e ao final deflacionados;

Taxa de desconto pré-imposto (13,05%) oriunda da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*Weighted Average Cost of Capital* – WACC), como sugere o CPC 01 (R1) no seus itens 55 e 56;

Premissas de crescimento do negócio, reajuste tarifário e evolução do OPEX, projetados conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;

O valor residual contábil dos ativos

(ou unidade geradora de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foi considerado como valor recuperável, tal procedimento foi adotado em virtude dos contratos de concessões e contratos de programa, previrem ressarcimento à companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato;

A evolução das despesas foi realizada conforme crescimento da demanda e inflação incidente em cada despesa.

O estudo técnico concluiu que o Ativo Imobilizado e Intangível que estão em operação, gerando fluxos de caixa, são plenamente recuperáveis, não sendo necessário constituir provisão para redução ao valor recuperável.

#### d.2) Unidade Geradora de Caixa – Segmento Resíduos Sólidos

A unidade geradora de caixa para operação de Resíduos Sólidos possui as seguintes características:

Os contratos do segmento de resíduos sólidos foram tratados isoladamente, ou seja, cada um como UGC;

Os resultados econômicos de todas as unidades geradoras de caixa desta operação demonstram um histórico de prejuízo;

Não existe nenhum fato relevante que evidencie mudança de tendência nos resultados econômicos negativos destes contratos. Tendo em vista que as UGC's de resíduos sólidos, apresentaram resultados negativos, e ainda, que não há perspectiva de melhora para o segmento, o estudo técnico concluiu que os ativos imobilizado e intangível que estão em operação no valor de R\$9.414 não são recuperáveis, portanto, um complemento da provisão para desvalorização, no valor

de R\$220, foi registrado em outras despesas operacionais. Em 31 de dezembro de 2019 o faturamento e o prejuízo líquido com o segmento de resíduos sólidos foram de R\$10.548 e R\$1.990, respectivamente.

#### 14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTO MERCANTIL

##### Prática Contábil:

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos, financiamentos e debêntures são

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

rios; e (v) serviços de consultoria.

A Companhia irá promover a execução das atividades previstas contratualmente e o Banco KfW desembolsará os valores até 30/06/2023. Semestralmente será devido o pagamento de taxa de compromisso de 0,25% a.a. sobre o montante ainda não desembolsado e juros de 1,35% a.a. sobre o montante desembolsado. A dívida será amortizada em 21 pagamentos semestrais, contados a partir de 30 de dezembro de 2022.

Durante todo o prazo de vigência do contrato a Companhia deverá cumprir os *covenants* conforme item f (iv) desta Nota Explicativa.

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos de proteção (hedge) para mitigar o risco cambial assumindo como contrapartida uma variação do CDI, conforme descrito na Nota Explicativa 4.1. No quarto trimestre de 2019 houve liberação de €450 mil pelo banco KfW, sendo realizadas operações de Swap para proteção da taxa de juros e variação cambial, sem caráter especulativo, convertendo os encargos financeiros para 127,93% do CDI (média ponderada), o que representa o percentual de 7,62% para uma taxa de 5,96 % do CDI.

A composição dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos mercantis da Com-

panhia expressos em reais sujeitos à taxa de juros variável e fixa estão apresentados abaixo:

Indexador	2019	2018
TR	1.057.431	977.957
TJLP	634.860	671.897
IPCA	382.710	389.383
DI	600.493	424.049
IPC-FIPE	277.539	273.547
EURO	2.039	-
Sem Correção Monetária	125.359	34.485
<b>TOTAIS</b>	<b>3.080.431</b>	<b>2.771.318</b>

b) Descritivos dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos mercantis:

DESCRIÇÃO	Período de Emissão	Vencimento Final	Valor Contratado	Quantidade Debêntures	Amortizações	Pagamentos Juros
Debêntures 3ª Emissão - 2ª Série	2013	2020	100.330	10.033	2019/2020	Semestral
Debêntures 8ª Emissão - 1ª Série	2018	2021	95.000	9.500	2021	Semestral
Debêntures 8ª Emissão - 2ª Série	2018	2023	155.000	15.500	2023	Semestral
BNDES - 3 Contratos	2007	2023	295.967	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 9ª Emissão - 1ª Série	2019	2024	199.150	19.915	2024	Semestral
Banco do Brasil - PSI - 11 Contratos	2013 a 2014	2024	30.793	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 2ª Emissão - 1ª e 3ª Séries	2011	2024	276.609	7.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 2ª Emissão - 2ª Série	2011	2024	118.547	3.000	Anual	Anual
Banco Itaú - PSI - 13 Contratos	2013 a 2014	2025	33.175	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 9ª Emissão - 2ª Série	2019	2026	150.850	15.085	2026	Semestral
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	2014	2027	230.012	7.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	2014	2027	98.576	3.000	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
BNDES - PAC2 - 4 Contratos	2011 a 2014	2029	682.649	-	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Banco KfW (Euro)	2017	2032	50.000	-	Semestral	Semestral
Arrendamento Mercantil - Litoral	2013	2036	460.592	-	Mensal	Mensal
Arrendamento Mercantil - Direito de Uso	2014 a 2019	2019 a 2024	133.223	-	Mensal	Mensal
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série	2018	2038	47.279	19.733	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série	2018	2038	120.437	50.267	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	2018	2038	20.263	8.457	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	2018	2038	51.616	21.543	Mensal	Trimestral na carência e mensal na amortização
Caixa Econômica Federal - 334 Contratos	2003 a 2018	2042	3.515.166	-	Mensal	Mensal

c) O cronograma de amortização é o seguinte:

DESCRIÇÃO	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026 a 2042	Total
Debêntures 2ª Emissão	50.180	47.312	47.312	47.312	40.185	-	-	232.301
Debêntures 3ª Emissão	70.916	-	-	-	-	-	-	70.916
Debêntures 4ª Emissão	37.800	36.987	36.987	36.987	36.987	36.987	58.550	281.285
Debêntures 7ª Emissão	972	514	6.742	6.742	6.742	6.742	87.085	115.539
Debêntures 8ª Emissão	97	94.901	-	154.902	-	-	-	249.900
Debêntures 9ª Emissão	789	-	-	-	198.978	-	150.826	350.593
<b>Subtotais Debêntures</b>	<b>160.754</b>	<b>179.714</b>	<b>91.041</b>	<b>245.943</b>	<b>282.892</b>	<b>43.729</b>	<b>296.461</b>	<b>1.300.534</b>
BNDES	7.731	7.661	7.661	640	-	-	-	23.693
BNDES - PAC2	41.686	40.815	36.861	35.650	35.650	35.650	67.524	293.836
Banco do Brasil - PSI	3.388	3.369	3.369	2.093	191	-	-	12.410
Banco Itaú - PSI	3.572	3.542	3.542	3.056	1.420	25	-	15.157
Caixa Econômica Federal	81.945	73.268	66.706	56.462	59.980	63.717	655.353	1.057.431
Banco KfW	-	-	97	194	194	194	1.360	2.039
<b>Subtotais Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>138.322</b>	<b>128.655</b>	<b>118.236</b>	<b>98.095</b>	<b>97.435</b>	<b>99.586</b>	<b>724.237</b>	<b>1.404.566</b>
Arrend. Mercantil Litoral	9.374	7.699	8.474	9.336	10.298	11.371	220.987	277.539
Arrend. Mercantil Direito de Uso	48.763	23.630	13.575	10.237	1.587	-	-	97.792
<b>Subtotais Arrendamentos Mercantis</b>	<b>58.137</b>	<b>31.329</b>	<b>22.049</b>	<b>19.573</b>	<b>11.885</b>	<b>11.371</b>	<b>220.987</b>	<b>375.331</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>357.213</b>	<b>339.698</b>	<b>231.326</b>	<b>363.611</b>	<b>392.212</b>	<b>154.686</b>	<b>1.241.685</b>	<b>3.080.431</b>

Em 31 de dezembro de 2019 o valor presente das obrigações financeiras futuras mínimas referente ao Arrendamento Mercantil está demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	2019		2018	
	Pagamentos Futuros Mínimos	Encargos Financeiros	Valor Presente dos Pagamentos Futuros	Valor Presente dos Pagamentos Futuros
<b>Arrendamento Mercantil - Litoral</b>				
Menos de um ano	35.754	(26.380)	9.374	8.482
Mais de um ano e menos de cinco anos	178.770	(131.973)	46.797	31.076
Acima de cinco anos	371.498	(150.130)	221.368	233.989
<b>Subtotal</b>	<b>586.022</b>	<b>(308.483)</b>	<b>277.539</b>	<b>273.547</b>
<b>Arrendamento Mercantil - Direito de Uso</b>				
Menos de um ano	53.463	(4.699)	48.764	-
Mais de um ano e menos de cinco anos	53.097	(4.069)	49.028	-
<b>Subtotal</b>	<b>106.560</b>	<b>(8.768)</b>	<b>97.792</b>	<b>-</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>692.582</b>	<b>(317.251)</b>	<b>375.331</b>	<b>273.547</b>

A média ponderada da taxa de desconto aplicada foi de 10,6% ao ano para a Locação de Ativos do Litoral e 6,46% ao ano para os veículos, bens imóveis e bens móveis.

d) Os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil apresentam a seguinte movimentação:

DESCRIÇÃO	2019		2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>Saldos no início do período</b>	<b>478.770</b>	<b>2.292.548</b>	<b>562.548</b>	<b>2.154.290</b>
Liberações	-	659.830	-	490.910
Juros e Taxas	236.214	-	220.724	-
Variações Monetárias	-	25.137	-	64.029
Transferências	357.594	(357.594)	470.910	(470.910)
Amortizações	(749.537)	-	(775.587)	-
Custo na Captação de Recursos de Terceiros	190	108	175	(1.228)
Variações Cambiais	-	(24)	-	-
Arrendamentos Mercantis	33.982	103.213	-	55.457
<b>Saldos no final do período</b>	<b>357.213</b>	<b>2.723.218</b>	<b>478.770</b>	<b>2.292.548</b>

e) Os Principais eventos no exercício foram os seguintes:

Durante 2019 a Companhia obteve e amortizou recursos de terceiros, conforme demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	Liberações	Amortizações
Debêntures 2ª Emissão	-	68.861
Debêntures 3ª Emissão	-	79.424
Debêntures 4ª Emissão	18.950	56.545
Debêntures 6ª Emissão	-	181.991
Debêntures 7ª Emissão	74.371	3.696
Debêntures 8ª Emissão	-	15.918
Debêntures 9ª Emissão	350.000	10.755
BNDES	-	34.280
BNDES - PAC2	67.122	56.144
Banco do Brasil - PSI	-	3.905
Banco Itaú - PSI	-	4.353
Caixa Econômica Federal	147.324	152.105
Banco KfW	2.063	5
Arrendamento Mercantil <sup>1</sup>	137.195	81.555
<b>TOTAIS</b>	<b>797.025</b>	<b>749.537</b>

<sup>1</sup>Liberações representam direito de uso (sem impacto na caixa)

f) Cláusulas Contratuais Restritivas – *Covenants*

Os *covenants* e as cláusulas restritivas vinculadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados a seguir:

(i) *Covenants* de contratos do BNDES e da 2ª, 4ª e 7ª Emissão de Debêntures

ÍNDICE	Limite	Faixa	Realizado
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5	Inferior a 1,5 e igual ou maior que 1,2	2,6
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0	Igual ou inferior a 3,8 e maior que 3,0	1,4
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0	Igual ou inferior a 1,3 e maior que 1,0	0,6

(ii) *Covenants* de contratos da 3ª, 8ª e 9ª Emissão de Debêntures

ÍNDICE	Limite	Realizado
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5	11,7
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0	1,3

(iii) *Covenants* e contratos da Caixa Econômica Federal

ÍNDICE	Limite	Realizado
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5	11,7
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0	1,3
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 1,0	0,6

(iv) *Covenants* de contrato do Banco KfW

ÍNDICE	Limite	Realizado
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5	2,6
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0	1,4
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 1,0	0,6
Grau de Endividamento	Igual ou inferior a 60	48,3

Para os contratos do BNDES e da 2ª, 4ª e 7ª Emissão de Debêntures, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência dos contratos de financiamento os índices limites, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses.

Caso um ou mais de um dos *Covenants* da Companhia apresentem por no mínimo 02 (dois) trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 meses os índices dentro da Faixa acima indicada, o valor mensal

relativo à parcela dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula "Cessão Fiduciária de Direitos" relativa a cada um dos contratos será automaticamente acrescido de 20% (vinte por cento).

Em relação aos contratos do item (ii), da 3ª, 8ª e 9ª emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, sendo que a mesma não confere qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em relação aos contratos do item (iii) da Caixa Econômica Federal, relacionados à 3ª fase da Instrução Normativa 14 e Instrução Normativa 29, em conformidade com o Item 16.1 da Cláusula Sexta dos referidos contratos, a Companhia deverá manter durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em relação ao contrato do item (iv) do Banco KfW, conforme item 11.11 do contrato de empréstimo, o Mutuário compromete-se a cumprir o tempo todo com os índices financeiros estipulados.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia está atendendo integralmente as cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures, financiamentos do BNDES e da Caixa Econômica Federal e do Banco KfW.

15. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Companhia antecipou o vencimento do contrato de concessão onerosa com o município de Curitiba e assinou em 05 de junho de 2018 Contrato de Programa pelo período de 30 anos para exploração de serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgoto. Como compensação pelo vencimento antecipado a Companhia repassará ao município de Curitiba através do Fundo Municipal de Saneamento Básico – FMSB o montante de R\$88.771, em 3 (três) parcelas, tendo sido a 1ª parcela paga no ato de assinatura do contrato, a 2ª parcela paga em março de 2019 e a 3ª parcela liquidada em janeiro de 2020. O saldo registrado no passivo circulante em 31 de dezembro de 2019 é de R\$31.414.

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A composição apresenta os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Imposto de Renda a Pagar	12.671	-
Contribuição Social a Pagar	8.682	-
COFINS a Pagar	31.792	24.292
PASEP a Pagar	6.895	5.265
IPTU - Parcelamento <sup>1</sup>	1.100	1.443
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	40.226	38.124
<b>TOTAIS DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>101.366</b>	<b>69.124</b>
<b>Circulante</b>	<b>100.770</b>	<b>68.133</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>596</b>	<b>991</b>

<sup>1</sup> Valor do débito de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) junto ao município de Curitiba, pertinente ao imóvel objeto de desapropriação judicial da área ocupada pela ETE CIC/Xisto, referente ao período de 2002 a 2013, englobando juros, correção monetária e honorários advocatícios de 10% sobre o montante total da dívida. O montante da dívida, de R\$1.664, foi parcelado pela Companhia em 90 parcelas mensais atualizadas pela variação do IPCA, acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês, sendo que até 31/12/2019 foram quitadas 64 parcelas no montante de R\$1.930.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Prática Contábil:

São registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo 15% para o IRPJ mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e 9% para a Contribuição Social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes destes impostos e registrados em função da determinação legal conforme CPC 26 (R1) e 32, que trata das diferenças temporárias base destes impostos.

A Companhia efetua análises periódicas que demonstram serem estes tributos recuperáveis pelas suas operações futuras.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos uma vez que existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal.

a) Demonstração da Conciliação das Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Registradas no Resultado

DESCRIÇÃO	2019		2018	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.453.884	1.453.884	1.165.002	1.165.002
Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquotas Vigentes	(363.471)	(130.850)	(291.250)	(104.850)
Benefício de Dedutibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio	82.603	29.737	81.528	

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

### d) Estimativa de realização futura do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição da estimativa de realização futura do ativo fiscal diferido e passivo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2019, é a seguinte:

PERÍODO DE REALIZAÇÃO	Ativo Fiscal Diferido			Passivo Fiscal Diferido		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais
2020	58.685	21.127	79.812	18.957	6.351	25.308
2021	49.231	17.723	66.954	18.957	6.351	25.308
2022 a 2024	243.666	87.720	331.386	48.369	15.992	64.361
2025 a 2027	93.954	33.824	127.778	37.271	11.997	49.268
2028 a 2030	93.070	33.505	126.575	37.271	11.997	49.268
2031 a 2033	92.232	33.203	125.435	32.879	10.416	43.295
2034 a 2036	51.012	18.364	69.376	30.683	9.626	40.309
2037 a 2039	26.750	9.630	36.380	27.870	8.613	36.483
2040 a 2042	19.446	7.001	26.447	22.750	6.769	29.519
2043 a 2045	19.446	7.001	26.447	18.804	6.769	25.573
2046 a 2048	19.446	7.001	26.447	18.804	6.769	25.573
2049 a 2051	6.482	2.334	8.816	6.268	2.257	8.525
<b>TOTAIS</b>	<b>773.420</b>	<b>278.433</b>	<b>1.051.853</b>	<b>318.883</b>	<b>103.907</b>	<b>422.790</b>

### 18. RECEITAS A APROPRIAR

A Companhia possui contrato de cessão para exploração de serviços financeiros com a Caixa Econômica Federal pelo prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, com vigência a partir de março/2017, no montante de R\$21.000. A receita correspondente a este contrato é reconhecida mensalmente, pelo prazo do contrato de acordo com o regime de competência. O montante reconhecido no resultado durante o exercício de 2019 foi de R\$4.200 (R\$4.200 em 2018). O saldo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$9.100 (R\$13.300 em 2018), sendo R\$4.200 (R\$4.200 em 2018) registrados no passivo circulante e R\$4.900 (R\$9.100 em 2018) no passivo não circulante.

### 19. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

NATUREZA	2018	Adições	Reversões	Pagamentos	2019
Ações Trabalhistas (i)	229.509	111.882	(4.936)	(34.336)	302.119
Ações Cíveis (ii)	208.129	16.354	(7.474)	(10.355)	206.654
Ações Ambientais (iii)	6.689	14.315	(1.933)	(815)	18.256
Ações Tributárias (iv)	17.470	2.173	-	-	19.643
<b>TOTAIS</b>	<b>461.797</b>	<b>144.724</b>	<b>(14.343)</b>	<b>(45.506)</b>	<b>546.672</b>

### b) Passivos Contingentes

A Companhia baseada na natureza das ações nas quais está envolvida, e suportada por opinião de seus assessores jurídicos divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A posição dos passivos contingentes com expectativa de perda possível para ações cíveis, ambientais e tributárias, é a seguinte:

NATUREZA	Passivos Contingentes	
	2019	2018
Ações Trabalhistas (i)	55.933	44.382
Ações Cíveis (ii)	465.131	375.364
Ações Ambientais (iii)	328.049	339.737
Ações Tributárias (iv)	16.989	16.554
<b>TOTAIS</b>	<b>866.102</b>	<b>776.037</b>

### (i) Trabalhistas

As ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas. As principais ações que a Companhia encontra-se envolvida são referentes à: i) plano de cargos e salários; ii) adicionais de risco, insalubridade e noturno; iii) reintegração funcional; iv) equiparação salarial; v) redução da contribuição patronal ao plano de saúde; vi) multas FGTS 40% e vii) acidente de trabalho.

### (ii) Cíveis

As ações cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros. As principais ações que a Companhia está envolvida referem-se à: i) ressarcimento de custos incorridos pela substituição de material e ii) outros processos decorrentes de indenização referente à suspensão do contrato, acidentes de trânsito, danos materiais, lucros cessantes, entre outros.

### (iii) Ambientais

As ações ambientais estão relacionadas a autos de infração emitidos por diferentes órgãos ambientais, principalmente por: i) instalação e funcionamento de estações de tratamento de água e de esgoto sem licença ambiental; e ii) danos ao meio ambiente decorrentes de vazamento e extravasamento de redes coletoras de esgoto, além de lançamento de efluentes das estações de tratamento de esgoto em desacordo com os parâmetros exigidos pela legislação, contemplando também os Termos de Acordos Judiciais – TAJ's assinados com a Justiça Federal, com participação do Ministério Público Federal, Ibama, IAP e Instituto das Águas do Paraná.

### (iv) Tributárias

As ações tributárias relacionam-se, principalmente, a cobrança de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) decorrente de divergências de interpretação da legislação. As principais ações relacionam-se com questionamentos dos municípios de Piraquara, Paranavai, Campo Mourão, Campina da Lagoa, Pinhais e Porecatu.

### c) Depósitos Judiciais

A Companhia efetuou depósitos judiciais, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.

A composição é a seguinte:

NATUREZA	Depósitos Judiciais	
	2019	2018
Ações Trabalhistas	185.806	137.502
Ações Cíveis	99.786	54.555
Ações Ambientais	2.492	5.689
Ações Tributárias	9.671	5.706
<b>TOTAIS</b>	<b>297.755</b>	<b>203.452</b>

### Prática Contábil:

A Companhia registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### a) Provisões

A Companhia registra provisões para ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais classificadas como perda provável, as quais apresentaram a seguinte movimentação:

### 20. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

#### Prática Contábil:

A Companhia mantém um plano misto de aposentadoria (contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco) e na área de saúde patrocina um plano de benefícios médicos e odontológicos para seus empregados, dependentes e aposentados, cujos efeitos são reconhecidos pelo regime de competência e de acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação nº 695 da CVM, conforme demonstrado nesta Nota Explicativa.

A Sanepar é patrocinadora da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com a finalidade principal de administrar o plano de aposentadoria que objetiva complementar os benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O plano de aposentadoria administrado pela FUSAN, tem as seguintes características principais: contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco (aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio-doença e acidente). Neste exercício a Patrocinadora repassou o montante financeiro de R\$33.598 (R\$31.682 em 2018) como contribuição à FUSAN.

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar são determinadas pelo atuário responsável pelo plano previdenciário.

A Companhia também é patrocinadora da Fundação Sanepar de Assistência Social, entidade sem fins lucrativos, que tem como atividade principal a administração do plano de saúde destinado aos empregados da Sanepar, ativos e aposentados, denominado SaneSaúde.

O SaneSaúde é um plano coletivo de assistência médica e odontológica, de autogestão, custeado mediante pré-pagamento, sendo as contribuições efetuadas em média 63,9% pela patrocinadora e 36,1% pelos beneficiários ativos e aposentados, por meio de contribuições mensais definidas no regulamento do plano, as quais são determinadas anualmente, com base em cálculos atuariais, que leva em consideração as faixas etárias de cada beneficiário, e a existência de fatores moderadores de utilização dos serviços oferecidos.

A título de contribuição para esta Fundação, a Companhia repassou financeiramente, neste exercício, o montante de R\$69.238 (R\$64.962 em 2018).

Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação 695 da CVM, foi contratada a empresa Mirador Assessoria Atuarial Ltda, que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas nesta nota.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria e plano de assistência médica. O Método da Unidade de Crédito Projetada (PUC) foi utilizado para apuração da obrigação atuarial.

Demonstração do passivo atuarial:

DESCRIÇÃO	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2019	2018
<b>Valor presente da obrigação no início do ano</b>	1.144.732	617.817	1.762.549	1.752.806
Custo de juros sobre a obrigação	103.118	5.733	108.851	160.714
Custo do serviço corrente, líquido	(1.168)	56.855	55.687	16.316
Contribuições de Participantes	10.109	-	10.109	9.917
Benefícios pagos no exercício	(76.502)	(24.305)	(100.807)	(99.873)
Ganhos e (Perdas) atuariais do exercício	196.790	123.661	320.451	(77.331)
<b>Obrigação total no exercício</b>	<b>1.377.079</b>	<b>779.761</b>	<b>2.156.840</b>	<b>1.762.549</b>
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	(819.326)	(1.435)	(820.761)	(816.164)
Juros sobre os ativos do plano	(73.464)	(40)	(73.504)	(70.678)
Contribuição dos participantes	(10.109)	-	(10.109)	(9.917)
Contribuição da patrocinadora	(8.436)	(22.514)	(30.950)	(30.341)
Benefícios pagos no exercício	76.502	24.305	100.807	99.873
Ganho (Perda) sobre os ativos do plano no exercício	(85.405)	(316)	(85.721)	6.466
<b>Valor justo dos ativos no exercício</b>	<b>(920.238)</b>	<b>-</b>	<b>(920.238)</b>	<b>(820.761)</b>
<b>Passivo reconhecido no final do exercício</b>	<b>456.841</b>	<b>779.761</b>	<b>1.236.602</b>	<b>941.788</b>
Circulante	30.456	51.984	82.440	62.786
Não Circulante	426.385	727.777	1.154.162	879.002

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

HIPÓTESES ECONÔMICAS	2019	2018	HIPÓTESES DEMOGRÁFICAS	2019	2018
Taxa de Desconto para Saúde	6,97% ao ano	9,39% ao ano	Tábua de mortalidade	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic
Taxa de Desconto para Previdência	6,81% ao ano	9,35% ao ano	Tábua de mortalidade de inválidos	Winkloss D10	Winkloss D10
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos para Saúde	6,97% ao ano	9,39% ao ano	Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas D20	Álvaro Vindas D20
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos para Previdência	6,81% ao ano	9,35% ao ano	Idade de aposentadoria	55 anos	55 anos
Crescimentos Salariais Futuros	3,44% ao ano	3,47% ao ano			
Inflação	3,60% ao ano	4,50% ao ano			
Crescimento Real dos Custos Médicos	3,00% ao ano	3,00% ao ano	Análise da sensibilidade de alteração na taxa de juros:		

DESCRIÇÃO	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica
<b>Taxa de Desconto</b>		
Com Acréscimo de 1%	(11,19%)	(12,88%)
Com Redução de 1%	12,42%	16,22%
<b>Crescimento de Custos</b>		
Com Acréscimo de 1%	-	25,61%
Com Redução de 1%	-	(20,63%)
<b>Expectativa de Vida</b>		
Com Acréscimo de 1 ano	1,74%	3,41%
Com Redução de 1 ano	(1,76%)	(3,36%)
<b>Crescimento Salarial</b>		
Com Acréscimo de 1%	1,33%	-
Com Redução de 1%	0,22%	-

### Ativos do Plano

O valor justo dos ativos do plano aproxima-se do valor contábil e apresenta a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2019	%	2018	%
Renda Fixa (a)	1.192.978	69,6	1.176.611	77,1
Renda Variável (b)	226.295	13,2	103.903	6,8
Imóveis (c)	37.722	2,2	39.770	2,6
Operações com Participantes (d)	94.438	5,5	84.212	5,5
Estruturados (e)	148.255	8,6	121.882	8,0
Investimentos no Exterior (f)	15.355	0,9	-	0,0
<b>Valor Justo dos Ativos do Plano</b>	<b>1.715.043</b>	<b>100</b>	<b>1.526.378</b>	<b>100</b>

- (a) Renda Fixa: Consiste em Títulos Públicos Federais e de crédito privado com remuneração determinada em sua compra;
- (b) Renda Variável: Ativos negociados em bolsa de valores e regulados por órgãos oficiais cujos retornos e aplicações não podem ser dimensionados no momento da aplicação;
- (c) Imóveis: Empreendimentos imobiliários de propriedade da Fundação;
- (d) Operações com participantes: Operações de empréstimo para participantes do plano;
- (e) Estruturados: Ativos em participações de projetos não negociados em bolsa e fundos multimercados enquadrados neste segmento.
- (f) Investimentos no Exterior: Fundos de investimentos constituídos no Brasil que negociam ativos no exterior.

Tipos de investimentos não permitidos:

- Day-Trade: é vedada a realização de operações de day-trade nos fundos exclusivos investidos pelo plano;
- Financiamentos imobiliários: é

vedada a concessão de financiamentos imobiliários, previstos no Segmento de Operações com Participantes, durante a vigência dessa Política de Investimentos.

A seguir demonstramos a projeção das despesas para o exercício de 2020:

DESCRIÇÃO	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2020
Custo do Serviço Corrente	11.054	6.784	17.838
Custo dos Juros	91.072	53.429	144.501
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(60.459)	-	(60.459)
Contribuições da Patrocinadora/Participantes	(15.503)	(19.549)	(35.052)
<b>TOTAIS</b>	<b>26.164</b>	<b>40.664</b>	<b>66.828</b>

### 21. PARTES RELACIONADAS

#### Prática Contábil:

A Companhia realiza transações comerciais com diversas partes relacionadas, destacando-se o Estado do Paraná e alguns municípios, conforme demonstrado nesta Nota Explicativa.

A Companhia destinou ao Estado do Paraná, Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2019, no montante de R\$62.055 (R\$61.248 em 2018). Este valor depende de aprovação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas. A Companhia também fornece água e serviços de esgoto ao Estado do Paraná cuja receita foi de R\$124.913 e R\$117.486 para os exercícios de 2019 e 2018, respectivamente.

A Companhia fornece água e serviços de esgoto sanitário a diversas prefeituras municipais principalmente do Estado do Paraná, com as quais mantém contratos de concessões e contratos de programas, cuja receita, com esses órgãos municipais, durante o exercício de 2019, foi de R\$105.324 (R\$98.381 em 2018). A Companhia também atua na gestão de resíduos sólidos urbanos com alguns municípios do Estado do Paraná, cuja receita foi de R\$11.722 (R\$9.793 em 2018). Adicionalmente a Companhia tem contas a receber com estas prefeituras no montante de R\$48.703 em 2019 (R\$43.754 em 2018), demonstrado na nota explicativa 6a.

A Companhia transaciona com a CS Bioenergia S.A., sendo que durante o ano de 2019, obteve receitas provenientes de tratamento de efluentes

contos nas faturas de fornecimento de água e esgotamento sanitário, dependendo do consumo máximo estabelecido em cada contrato especial com o poder público, para obtenção do benefício.

### Remuneração dos Administradores

A remuneração global anual dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi aprovada pela 55ª/2019 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 24 de abril de 2019, no montante global de R\$13.918. Para o exercício de 2018 a aprovação se deu pela 54ª/2018 Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 26 de abril de 2018, no montante de R\$13.918.

### 22. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição apresenta os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Programas Vinculados à Agência Nacional de Águas - ANA	-	2.099
Contratos e Convênios com Terceiros	7.370	10.397
Convênios com Municípios	16.238	15.707
Cauções e Valores a Reembolsar	5.938	10.643
Indenizações Trabalhistas - PAI/PDVTC	-	689
Parcelamento IBAMA - PRD <sup>1</sup>	63.888	81.316
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental	5.506	8.942
Outras Contas a Pagar	250	250
<b>TOTAIS</b>	<b>99.190</b>	<b>130.043</b>
Circulante	56.496	68.179
Não Circulante	42.694	61.864

<sup>1</sup> Parcelamento de débitos referentes a 31 Autos de Infrações Ambientais junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA, em conformidade com o Programa de Regularização de Débitos Não Tributários – PRD instituído pela Lei nº 13.494/2017. Até 31/12/2017 foi quitado 20% da dívida consolidada no montante de R\$29.083 (adesão ao parcelamento) e o restante foi parcelado em até 60 prestações mensais, atualizadas pela taxa de juros SELIC, sendo que até 31/12/2019 foram quitadas 24 parcelas no montante de R\$39.472.

### 23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital Social

O Capital Social, totalmente integralizado, é composto de 503.735.173 ações, sem valor nominal, sendo 167.911.753 ações ordinárias e 335.823.420 ações preferenciais. Além das ações ordinárias e preferenciais, a Companhia negocia Certificados de Depósitos de Ações (“Units”), sendo cada “Unit” formada por 1 (uma) ação ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas a elas são assegurados: (i) direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações ou quaisquer outros títulos

A seguir demonstramos os pagamentos efetuados aos administradores:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Remuneração	9.113	9.836
Encargos e Benefícios	2.817	2.884
Encargos Sociais	2.507	2.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

fins de apresentação e divulgação das demonstrações contábeis. Caso o montante creditado como Juros sobre o Capital Próprio no exercício resulte em percentual de distribuição inferior daquele proposto pela Administração é registrado o valor complementar a título de dividendos adicionais. O dividendo mínimo obrigatório é registrado no passivo circulante e eventual valor superior ao limite mínimo é registrado em reserva no Patrimônio Líquido a título de Dividendos Adicionais Propostos.

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado de acordo com a legislação societária. Para os acionistas detentores de ações preferenciais foi atribuído Juros sobre o Capital Próprio (dividendo) por ação 10%

superior aos acionistas detentores de ações ordinárias.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

Os Juros sobre o Capital Próprio a pagar foram calculados dentro do

limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP nos termos da Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores. O total de Juros foi contabilizado em despesas financeiras, gerando benefício fiscal de R\$112.340, conforme legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações contábeis, esses juros estão sendo apresentados no Patrimônio Líquido, a débito da conta de lucros acumulados.

A Administração da Companhia em observância a Política de Dividendos, considerando ainda a condição financeira atual e o interesse público de constituição da Companhia, está propondo à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas, a seguinte distribuição dos lucros:

	2019	2018
Lucro Líquido do Exercício	1.080.034	892.487
Doações e Subvenções Governamentais	(123)	(247)
Constituição da Reserva Legal	(53.996)	(44.612)
<b>Base para o Cálculo de Dividendos Obrigatórios</b>	<b>1.025.915</b>	<b>847.628</b>
Dividendos Obrigatórios (25%)	256.479	211.907
Dividendos Complementares	73.932	211.907
<b>Dividendos Propostos e Juros sobre o Capital Próprio</b>	<b>330.411</b>	<b>423.814</b>

O montante de Juros sobre o Capital Próprio apurado em 2019 foi de R\$330.411 (R\$326.114 em 2018), sendo retido o valor de R\$28.123

(R\$29.056 em 2018) a título de Imposto de Renda na Fonte que resultou em uma alíquota efetiva de 8,5% (8,9% em 2018).

O saldo da remuneração aos acionistas registrada no Passivo Circulante apresenta a seguinte composição:

	2019	2018
<b>Saldo Anterior</b>	<b>183.678</b>	<b>136.265</b>
Dividendos Adicionais Autorizados	211.907	162.817
Pagamentos realizados no Exercício	(394.600)	(298.255)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	330.411	423.814
(-) Retenção do IRRF sobre JCP	(28.123)	(29.056)
(-) Dividendos Adicionais Propostos	(73.932)	(211.907)
<b>Dividendos e JCP a Pagar (Passivo Circulante)</b>	<b>229.341</b>	<b>183.678</b>

A parcela dos Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos excedente ao dividendo mínimo obrigatório, no valor de R\$73.932, será mantida em reserva de Patrimônio Líquido da Companhia, até a deliberação da Assembleia Geral Ordinária, quando então, se aprovada, será transferida para a rubrica do Passivo Circulante.

O crédito da remuneração aos acionistas da Companhia é atribuído com base na posição acionária de 30 de junho e 31 de dezembro de cada exercício e eventuais negociações posteriores ao anúncio do crédito são consideradas *ex-dividendos* (juros sobre o capital próprio e dividendos).

### j) Resultado por Ação

Em decorrência dos créditos de remuneração aos acionistas ocorridos em 30/06/2019 e 31/12/2019 os Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Adicionais Propostos, por ação, foram os seguintes:

Juros sobre o Capital Próprio - 30/06/2019	Quantidade	Remuneração Total	Remuneração por ação
Ações Ordinárias	167.911.753	54.427	0,32414
Ações Preferenciais	335.823.420	119.738	0,35655
<b>TOTAIS</b>	<b>503.735.173</b>	<b>174.165</b>	
Remuneração para 1 UNIT			1,75034

Juros sobre o Capital Próprio - 31/12/2019	Quantidade	Remuneração Total	Remuneração por ação
Ações Ordinárias	167.911.753	48.827	0,29079
Ações Preferenciais	335.823.420	107.419	0,31987
<b>TOTAIS</b>	<b>503.735.173</b>	<b>156.246</b>	
Remuneração para 1 UNIT			1,57026

O valor da remuneração aos acionistas, por ação, foi o seguinte:

	2019	2018
Ações Ordinárias	0,61493	0,78876
Ações Preferenciais	0,67642	0,86763
Valor para 1 "Unit"	3,32060	4,25930

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação (em milhares, exceto valores por ação):

RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO	2019	2018
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Ações ordinárias	337.511	278.902
Ações preferências	742.523	613.585
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de número de ações ordinárias	167.911.753	167.911.753
Média ponderada de número de ações preferências	335.823.420	335.823.420
<b>Resultado básico e diluído</b>		
Por ação ordinária	2,01005	1,66100
Por ação preferencial	2,21105	1,82711

## 24. RECEITAS OPERACIONAIS

### Prática Contábil:

**Receita de Serviços:** As receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência. De acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e considerando o Objeto Social da Companhia, em que é possível verificar que não existem etapas contratuais na execução dos serviços prestados aos clientes relativas a obrigação de desempenho, o reconhecimento ocorre pelo faturamento em uma base cíclica mensal ao valor justo da contrapartida a receber. A

receita de fornecimento de água e coleta de esgoto inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e receitas não faturadas reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber e são apresentadas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos incidentes sobre as mesmas, incluindo ainda os valores dos acréscimos por impuntualidade de clientes (multa). As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.

**Receita de Construção:** A receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2019	2018
<b>Receitas</b>		
Receitas de Água	3.068.658	2.716.898
Receitas de Esgoto	1.811.905	1.572.971
Receitas de Serviços	143.099	141.402
Receitas de Resíduos Sólidos	11.722	9.793
Serviços Prestados a Prefeituras	18.380	16.515
Doações efetuadas por Clientes	18.844	16.978
Outras Receitas	5.519	5.024
<b>Totais das Receitas Operacionais</b>	<b>5.078.127</b>	<b>4.479.581</b>
<b>Deduções das Receitas Operacionais</b>		
COFINS	(291.998)	(260.853)
PASEP	(63.303)	(56.523)
<b>Totais das Deduções</b>	<b>(355.301)</b>	<b>(317.376)</b>
<b>Totais das Receitas Operacionais Líquidas</b>	<b>4.722.826</b>	<b>4.162.205</b>

A Companhia incorreu em receitas e custos com contratos de construção vinculados às concessões no montante de R\$65.639 (R\$177.953 em 2018), durante o exercício de 2019, ou seja, com margem nula. A receita está apresentada líquida dos custos de construção.

Adicionalmente a Companhia registrou no mês de dezembro de 2019, a estimativa da receita no montante de R\$ 61,0 milhões referente ao reajuste retroativo de 3,76% não recebido dos clientes no período de julho a novembro de 2019.

## 25. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2019			2018		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Pessoal	(285.788)	(110.968)	(396.756)	(269.533)	(97.609)	(367.142)
Materiais	(87.437)	(63.431)	(150.868)	(70.330)	(37.983)	(108.313)
Energia Elétrica	(416.725)	(50.812)	(467.537)	(375.950)	(42.315)	(418.265)
Serviços de Terceiros	(237.498)	(170.263)	(407.761)	(215.446)	(153.955)	(369.401)
Depreciações e Amortizações	(138.400)	(133.031)	(271.431)	(125.080)	(123.255)	(248.335)
Indenizações por Danos a Terceiros	(5.290)	(5.231)	(10.521)	(17.071)	(13.939)	(31.010)
Outros Custos	(111.482)	(42.577)	(154.059)	(103.840)	(33.736)	(137.576)
<b>TOTAIS</b>	<b>(1.282.620)</b>	<b>(576.313)</b>	<b>(1.858.933)</b>	<b>(1.177.250)</b>	<b>(502.792)</b>	<b>(1.680.042)</b>

## 26. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2019	2018
<b>Comerciais</b>		
Pessoal	(127.047)	(117.274)
Materiais	(4.179)	(3.615)
Serviços de Terceiros	(105.419)	(96.386)
Depreciações e Amortizações	(11.977)	(4.928)
Perdas na Realização de Créditos	(20.850)	(7.747)
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental	(63.194)	(43.551)
Indenizações por Danos a Terceiros	(3.371)	(6.145)
Programa Sanepar Rural	(2.859)	(2.410)
Outras Despesas	(19.300)	(26.176)
<b>Totais das Despesas Comerciais</b>	<b>(358.196)</b>	<b>(308.232)</b>
<b>Administrativas</b>		
Pessoal	(570.948)	(553.049)
Materiais	(48.996)	(40.068)
Serviços de Terceiros	(116.064)	(153.054)
Depreciações e Amortizações	(54.034)	(18.124)
Ajuste Valor Realizável Líquido do Estoque	(1.288)	-
Taxa de Regulação	(22.394)	(20.834)
Despesas com Viagens	(7.522)	(8.921)
Exposições, Congressos e Eventos	(657)	(6.328)
Programas Sociais e Ambientais	(6.827)	(10.478)
Indenizações por Danos a Terceiros	(1.407)	(7.496)
Outras Despesas	(18.846)	(20.921)
Transferências para Custos e Despesas Comerciais¹	159.009	144.526
Despesas Capitalizadas²	103.418	94.432
<b>Totais das Despesas Administrativas</b>	<b>(586.556)</b>	<b>(600.315)</b>
<b>Outras (Despesas) Receitas Operacionais</b>		
<b>Despesas</b>		
Perdas Eventuais ou Extraordinárias³	(28.691)	-
Multas Ambientais	(896)	(26.029)
Baixas de Ativos	(28.589)	(8.169)
Ajuste a Valor Justo - Investimentos	564	1.472
<b>Totais das Outras (Despesas) Receitas Operacionais</b>	<b>(57.612)</b>	<b>(32.726)</b>

¹ Estes valores são primeiramente registrados como despesas administrativas e posteriormente transferidos para custos e despesas comerciais;

² Estes valores referem-se aos gastos administrativos capitalizados, por se relacionarem com projetos e obras em andamento, alocados diretamente pelas Gerências da Companhia;

³ Valor de R\$28.690 referente a indenização ao município de Maringá, relativamente a bens incorporados ao Patrimônio da Companhia, provenientes da execução de redes de água e esgoto doados diretamente pelos proprietários de loteamentos a Companhia, no período de junho de 1983 a fevereiro de 2014.

## 27. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia provisionou o montante de R\$73.946 (R\$93.494 em 2018), a título de Participação nos Resultados do exercício de

2019, baseado no histórico dos pagamentos do PPR dos últimos 5 (cinco) exercícios sociais, o qual encontra-se registrado na conta de Salários e Encargos Sociais, no passivo circulante. No 3T19, a Companhia efetuou o registro con-

tábil do complemento da provisão do Programa de Participação nos Resultados referente ao exercício de 2018, no montante de R\$2.681 (R\$40.752 referente ao exercício de 2017).

## 28. RESULTADO FINANCEIRO

DESCRIÇÃO	2019	2018
<b>Receitas Financeiras</b>		
Aplicações Financeiras	24.996	31.528
Variações Monetárias Ativas	11.448	12.276
Variações Cambiais Ativas	65	-
Ganho com Instrumentos Financeiros Derivativos	36	-
Outras Receitas Financeiras	28.971	15.549
<b>Totais das Receitas Financeiras</b>	<b>65.516</b>	<b>59.353</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Juros e Taxas de Financiamentos e Empréstimos	(226.138)	(191.443)
Variações Monetárias Passivas	(14.165)	(60.850)
Variações Cambiais Passivas	(41)	-
Perda com Instrumentos Financeiros Derivativos	(76)	-
Outras Despesas Financeiras	(5.497)	(12.699)
<b>Totais das Despesas Financeiras</b>	<b>(245.917)</b>	<b>(264.992)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(180.401)</b>	<b>(205.639)</b>

## 29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia possui dois segmentos de negócios claramente identificáveis, que são tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário. O processo de coleta e tratamento de resíduos sólidos foi conside-

rado no segmento de esgoto. O lucro operacional por segmento é representado pela receita, deduzida dos custos diretos e despesas operacionais diretas e indiretamente alocáveis a estes segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento estão apresentados separadamente. Os ativos e passivos

corporativos não foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio. A Companhia avalia a performance por segmento, com base em informações geradas pelos registros contábeis, sendo que diversas despesas são alocadas por meio de rateio, na seguinte apresentação:

DESCRIÇÃO	2019			2018		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Receita Operacional Direta	3.174.925	1.860.459	5.035.384	2.816.694	1.624.370	4.441.064
Outras Receitas Operacionais	24.435	18.308	42.743	22.169	16.348	38.517
<b>Total da Receita Operacional Bruta</b>	<b>3.199.360</b>	<b>1.878.767</b>	<b>5.078.127</b>	<b>2.838.863</b>	<b>1.640.718</b>	<b>4.479.581</b>
Deduções da Receita (PASEP e COFINS)	(203.076)	(152.225)	(355.301)	(182.660)	(134.716)	(317.376)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>2.996.284</b>	<b>1.726.542</b>	<b>4.722.826</b>	<b>2.656.203</b>	<b>1.506.002</b>	<b>4.162.205</b>
Custo	(1.282.620)	(576.313)	(1.858.933)	(1.177.249)	(502.793)	(1.680.042)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>1.713.664</b>	<b>1.150.229</b>	<b>2.863.893</b>	<b>1.478.954</b>	<b>1.003.209</b>	<b>2.482.163</b>
Despesas Comerciais	(204.771)	(153.425)	(358.196)	(177.406)	(130.826)	(308.232)
Despesas Administrativas	(335.317)	(251.239)	(586.556)	(345.517)	(254.798)	(600.315)
Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-	(19.391)	(19.391)	-	(1.429)	(1.429)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(32.935)	(5.286)	(38.221)	(21.040)	(10.257)	(31.297)
Resultado Equivalência Patrimonial	-	(5.658)	(5.658)	-	(3.829)	(3.829)
Resultado Financeiro	(76.802)	(103.599)	(180.401)	(51.808)	(153.831)	(205.639)
Programa de Participação nos Resultados	(43.806)	(32.821)	(76.627)	(77.267)	(56.979)	(134.246)
Provisões	(48.579)	(36.296)	(84.875)	24.999	18.838	43.837
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	(34.346)	(25.738)	(60.084)	(43.768)	(32.243)	(76.011)
<b>Lucro Antes dos Impostos e Contribuições</b>	<b>937.108</b>	<b>516.776</b>	<b>1.453.884</b>	<b>787.147</b>	<b>377.855</b>	<b>1.165.002</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(240.966)	(132.884)	(373.850)	(184.128)	(88.387)	(272.515)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>696.142</b>	<b>383.892</b>	<b>1.080.034</b>	<b>603.019</b>	<b>289.468</b>	<b>892.487</b>
Margem Operacional	29,3%	27,5%	28,6%	27,7%	23,0%	26,0%
Margem Líquida	23,2%	22,2%	22,9%	22,7%	19,2%	21,4%
<b>EBITDA</b>	<b>1.190.048</b>	<b>781.679</b>	<b>1.971.727</b>	<b>977.306</b>	<b>664.722</b>	<b>1.642.028</b>
Margem EBITDA	39,7%	45,3%	41,7%	36,8%	44,1%	39,5%
Investimentos no Imobilizado/Intangível no Exercício						

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

### 30. SEGUROS

A Companhia possui contrato de seguro com a MAPFRE Seguros Gerais S/A para a cobertura de seus principais ativos situados em diversas localidades em todo o Estado do Paraná, no montante de R\$1.437.172, com vigência abrangendo o período de 12/03/2019 a 10/03/2020, para cobertura básica, incêndio, vendaval e danos elétricos em equipamentos.

DESCRIÇÃO	Importância Segurada
Edifícios	654.596
Máquinas, Equipamentos e Veículos	715.556
Estoque	67.020
<b>TOTAIS</b>	<b>1.437.172</b>

Adicionalmente a Companhia possui apólices de Seguro Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. Até 31 de dezembro de 2019 a Companhia ofereceu garantias através do Seguro Garantia em 114 processos judiciais no montante de R\$181.433 com a Pottencial Seguradora S/A.

A Companhia também firmou contrato com a Starr Internacional Brasil Seguradora S/A para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores da Sanepar (D & O – Directors and Officers) com abrangência Nacional e Internacional, tendo como limite máximo de indenização R\$20.000, com vigência do contrato por 365 dias com encerramento em 08/09/2020.

### 31. OPERAÇÕES “RÁDIO PATRULHA”, “INTEGRAÇÃO” E “ÁGUAS CLARAS” E SEUS REFLEXOS NA COMPANHIA

Ao final de 2018 tornou-se pública a delação do Sr. Nelson Leal Júnior no âmbito da operação denominada “Rádio Patrulha”, a qual faz menção, dentre outros, a alguns ex-administradores da Companhia. A “Operação Rádio Patrulha” investiga um suposto esquema de pagamento de propina para desvio de recursos por meio de licitações no programa “Patrulha do Campo”, o qual tinha como objetivo a recuperação de estradas rurais do Estado do Paraná. A “Operação Rádio Patrulha” tornou réu um ex-administrador da Companhia.

A “Operação Integração” investiga suposto esquema de corrupção e lavagem de dinheiro, que teria perdurado de 1999 a 2018 e está relacionado aos procedimentos de concessão de rodovias federais no Estado do Paraná do denominada Anel da Integração. A primeira fase da “Operação Integração” foi deflagrada em 22 de fevereiro de 2018 e, a segunda fase, em 26 de setembro de 2018. No âmbito da “Operação Integração”, um dos colaboradores do Ministério Público Federal também mencionou em seu acordo alguns ex-administradores da Companhia.

Como parte do processo de colaboração junto às autoridades no processo de investigação dos fatos e para o adequado esclarecimento e proteção dos interesses da Companhia sobre as operações acima, ao final de 2018 a Companhia instalou procedimentos investigatórios conduzidos pela sua Auditoria Interna, os quais incluíram acesso à totalidade da documentação disponível, bem como oitiva das pessoas relacionadas às alegações sob investigação pelas autoridades, que resultaram em dois relatórios: (i) “Relatório Preliminar Auditoria Especial nº 004/2019 de 29/05/2019; e (ii) “Relatório Complementar Auditoria Especial nº 004/2019 de 30/07/2019 (conjuntamente, “Relatórios”).

Os Relatórios revelaram preliminarmente certas falhas pontuais nos controles internos vigentes à época em que os fatos ocorreram, os quais foram encaminhados para apreciação do Ministério Público do Estado do Paraná, por meio da Carta 008/2019-AUD, de 29 de maio de 2019 e Ofício DP 259/2019, de 06 de agosto de 2019.

Em 13 de agosto de 2019, a Companhia divulgou Fato Relevante ao mercado com informações sobre o assunto, conhecidas até aquele momento, dando conta de que os resultados das investigações conduzidas pela Auditoria Interna da Companhia não permitiam inferir a existência de eventuais ou potenciais impactos que pudessem afetar materialmente as suas demonstrações financeiras e as respectivas informações contábeis comparativas referentes a períodos anteriores, e informava sobre a nomeação e instalação de uma “Comissão Externa de Investigação” (“CEI”).

Em 15 de agosto de 2019, em sua 6ª/2019 Reunião Extraordinária, o Conselho de Administração (“CA”) aprovou a criação da CEI composta por três membros independentes. Na 7ª/2019 Reunião Extraordinária do CA, de 23 de agosto de 2019, foram eleitos os membros da CEI, sendo um membro independente do CA da Companhia, eleito pelos acionistas minoritários, e dois membros independentes externos com vasta experiência em investigações internas forenses.

A partir de sua nomeação, a CEI revisou os trabalhos já desenvolvidos até então pela Companhia e

a correspondente documentação. Após a conclusão dessa análise, emitiu parecer recomendando a contratação de um escritório de advocacia para condução de investigação forense independente, com o objetivo de apurar as alegações relacionadas à “Operação Integração” e “Operação Rádio Patrulha”.

Em 28 de novembro de 2019, em observância ao parecer emitido pela CEI e em conformidade com as melhores práticas de governança, a Companhia contratou o escritório de advocacia Tauil & Chequer Advogados, associado a Mayer Brown, para condução de investigação forense independente, sendo o plano de trabalho gerenciado pela CEI. Para dar suporte à condução da investigação interna independente no tocante à coleta forense, processamento de dados eletrônicos, condução de análises financeiras e trabalhos relacionados, também foi contratada a Ernst & Young – EY (conjuntamente referenciados como “Equipe de Investigação”).

Em 13 de dezembro de 2019, após a nomeação da CEI e a contratação da Equipe de Investigação, a Companhia publicou Comunicado ao Mercado sobre a deflagração da “Operação Águas Claras”. A “Operação Águas Claras”, que é desdobramento da “Operação Pecúlio” ocorrida em 2016, investiga supostas fraudes em licitações de obras de esgoto com o favorecimento de uma empresa cujos representantes teriam supostamente pago vantagens indevidas a um funcionário aposentado da Companhia, assim como supostos pagamentos de propina pela mesma empresa dissimulados como investimento em publicidade e patrocínio. As supostas condutas ilícitas teriam sido praticadas entre 2011 e 2016 e envolveriam alguns funcionários da Companhia.

Não obstante a deflagração da referida operação tenha ocorrido após o início dos trabalhos de investigação interna independente das Operações Rádio Patrulha e Integração, por deliberação do CA da Companhia, as alegações relacionadas à “Operação Águas Claras” foram incluídas no objeto da investigação forense independente conduzida pela Equipe de Investigação. A “Operação Águas Claras”, em conjunto com a “Operação Rádio Patrulha” e a “Operação Integração” são conjuntamente denominadas “Operações”.

Desde o início dos trabalhos em dezembro de 2019, a “Equipe de Investigação” realizou diversos procedimentos visando as definições de planejamento e execução dos trabalhos, bem como preservação e coleta de dados forenses e análise de documentação relacionados às Operações. A investigação forense independente encontra-se em andamento, ainda em sua fase inicial, sendo acompanhada pela CEI e pelo auditor externo da Companhia. Portanto, até a publicação destas demonstrações contábeis, os trabalhos da Equipe de Investigação ainda encontram-se em andamento, sem qualquer conclusão.

Embora, até o presente momento, não se possa concluir sobre as supostas irregularidades mencionadas nas Operações, a Administração da Sanepar continua acompanhando o desenvolvimento das investigações conduzidas pelas autoridades públicas, colaborando com as mesmas e tomando todas as medidas cabíveis em relação ao assunto, conforme requerido nas circunstâncias.

A Administração da Sanepar seguirá aplicando seus melhores esforços para apoiar os trabalhos da investigação interna independente conduzida pela Equipe de Investigação e CEI, bem como manterá o mercado devidamente informado de quaisquer outras informações relevantes acerca do assunto.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas e Administradores da

Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar

Curitiba-PR

### OPINIÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo

nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### BASE PARA OPINIÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### ÊNFASE

#### Investigação interna independente em andamento (Operações “Rádio Patrulha”, “Integração” e “Águas Claras”).

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 31 às demonstrações contábeis e nos Principais Assuntos de Auditoria – PAAs, o Conselho de Administração da Companhia em 15 de agosto de 2019 ratificou a criação do Comitê Externo de Investigação e em 23 de agosto de 2019 elegeram os membros do Comitê, para coordenar investigações com o propósito de prestar esclarecimentos sobre as investigações no âmbito das operações “Rádio Patrulha” e “Integração”. Posteriormente em dezembro de 2019 determinou a inclusão no escopo das investigações a operação “Águas Claras”. As ações para a investigação, que estão sendo acompanhadas pelo “Comitê Externo de Investigação” ainda se encontram em fase preliminar e de avaliação de dados coletados e, neste momento, não é possível prever desdobramentos futuros para a Companhia decorrente deste processo de investigação, bem como pelas autoridades públicas. Nossa opinião não está sendo ressalvada em relação a esse assunto.

### PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Ênfase” relacionada à investigação, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

#### INVESTIGAÇÃO DAS OPERAÇÕES “RÁDIO PATRULHA”, “INTEGRAÇÃO” E “ÁGUAS CLARAS”

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 31, às demonstrações contábeis da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, determinados ex-administradores e ex-membros da Companhia, e a própria Companhia, são mencionados em determinadas delações e investigações do Ministério Público Federal e Procuradoria da República do Estado do Paraná em relação às Operações “Rádio Patrulha” e “Integração”. Posteriormente, em dezembro de 2019 determinou a inclusão no escopo das investigações a operação “Águas Claras”.

Em 15 de agosto de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a criação do Comitê Externo de Investigação e em 23 de agosto de 2019 foram eleitos os seus membros independentes. Em 28 de novembro de 2019 uma Equipe de Investigação foi contratada com o objetivo de conduzir a investigação interna independente propriamente dita. Os trabalhos da Equipe de Investigação e do Comitê Externo de Investigação se encontram em andamento, em sua fase inicial, sem qualquer conclusão. Os riscos e incertezas envolvidos nesses trabalhos de investigação interna independente, além da existência das referidas operações das autoridades públicas sobre os assuntos mencionados na Nota Explicativa nº 31, e outros ainda em estágio de diligência que possam existir, podem ou não resultar em eventuais impactos materiais nas demonstrações contábeis da Companhia, se houver, inclusive com relação às suas divulgações, podendo resultar em alterações nas premissas utilizadas para reconhecimento de provisões decorrentes de pagamentos efetuados pela Companhia sem a efetiva prestação de serviços e/ou entrega de produtos/equipamentos e/ou por preços superfaturados, incluindo os respectivos efeitos de impostos e dedutibilidade para fins da apuração de imposto de renda, incluindo multas e juros.

Devido aos riscos e incertezas envolvidos, além de existirem investigações em andamento sobre os processos já iniciados, e outros ainda em estágio de diligência, que podem resultar em eventuais

impactos nas demonstrações contábeis, inclusive no aspecto de divulgações, esse assunto tomou grande parte de nossa atenção e de nossos esforços e, portanto, foi tratado como significativo em nossa auditoria em função de termos que acompanhar todos os desdobramentos relacionados às investigações em andamento, os quais podem eventualmente impactar as demonstrações contábeis referente a eventuais pagamentos sem a efetiva prestação de serviços e/ou entrega de produtos/equipamentos e/ou por preços superfaturados, incluindo os respectivos efeitos de impostos e dedutibilidade desses gastos, incluindo juros e multa.

### RESPOSTA DA AUDITORIA AO ASSUNTO

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Efetuamos a leitura dos documentos públicos disponíveis relativos às mencionadas operações;
- Efetuamos leitura dos relatórios preliminares preparados pela auditoria interna conforme mencionados na Nota Explicativa nº31 e entrevistas com os responsáveis pela auditoria interna;
- Verificamos as aprovações internas e documentações acerca da constituição e contratação da Comissão Externa de Investigação e da Equipe de Investigação, responsáveis pela investigação interna independente propriamente dita visando corroborar o seu escopo de atuação;
- Verificamos a existência de comunicação interna do Conselho de Administração determinando a inclusão da Operação Águas Claras no objeto da investigação interna independente;
- Participamos em reuniões, avaliamos e discutimos as principais ações investigatórias da Companhia conduzidas pelo escritório de advocacia independente e respectivo especialista forense;
- Procedemos com reuniões e discussões junto aos consultores jurídicos internos e externos da Companhia de forma a entender quais seriam os impactos e riscos de todos os processos em andamento e diligências;
- Avaliamos as informações qualitativas e quantitativas disponíveis e respectivas divulgações apresentadas na Nota Explicativa nº 31 às demonstrações contábeis;
- Envolvemos nossos especialistas em práticas forenses para nos auxiliarem na avaliação do escopo e abrangência da investigação, na avaliação crítica dos procedimentos e metodologias utilizados pelos investigadores independentes até o presente momento destas investigações, inclusive quanto aos procedimentos iniciais de coleta e análise de documentos e/ou informações críticas, os quais encontram-se ainda em fase inicial.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os procedimentos efetuados para a investigação interna independente, em fase preliminar, bem como suas respectivas divulgações relacionadas ao processo e diligências envolvendo as investigações sobre as operações mencionadas acima, estão apropriadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

### PLANO DE APOSENTADORIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 20, a Companhia é patrocinadora de plano de aposentadoria complementar na modalidade de benefício definido, bem como também patrocinadora do plano de saúde destinado aos empregados ativos e aposentados. A apuração dos passivos atuariais é determinada a partir de laudos emitidos pelo seu atuário. As informações sobre ativos e passivos do plano, bem como os critérios de mensuração das obrigações estão descritas na nota explicativa supracitada.

O assunto foi considerado relevante para nossa auditoria, considerando o montante envolvido, e o alto grau de complexidade na determinação das premissas e no julgamento associado à determinação dos passivos atuariais. Variações nas premissas utilizadas, como mortalidade, rotatividade, taxas de desconto e inflação podem afetar significativamente os passivos reconhecidos pela Companhia.

### RESPOSTA DA AUDITORIA AO ASSUNTO

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos especialistas da área atuarial para auxiliarmos na avaliação das premissas utilizadas no cálculo dos passivos atuariais e confrontamos as premissas com os dados de mercado. Além disso, revisamos a adequação das divulgações realizadas pela Companhia em relação ao assunto.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as estimativas utilizadas no reconhecimento de passivos atuariais da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos

e informações incluídas nas demonstrações contábeis como um todo.

### RECONHECIMENTO DE RECEITA NÃO FATURADA

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 24, a Companhia reconhece mensalmente como receita operacional valores referentes a serviços prestados e não faturados aos consumidores finais (“receitas não faturadas”). Uma vez que o faturamento é efetuado em uma base cíclica, que muitas vezes não coincide com os fechamentos mensais, a Companhia adota estimativas que incluem informações como média de consumo obtida na última leitura dos hidrômetros a ser atribuída a cada consumidor para o período compreendido entre a data de leitura e o encerramento contábil, e atribuída a cada segmento de operação da Companhia.

Levando em consideração o montante envolvido, e o grau de julgamento da Administração na preparação dessa estimativa, entendemos que existem riscos relevantes referentes ao reconhecimento da receita em período incorreto e/ou risco de distorção relevante às demonstrações contábeis.

### RESPOSTA DA AUDITORIA AO ASSUNTO

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, o entendimento dos controles internos implementados pela Companhia sobre o processo de reconhecimento de receita, com foco no entendimento da metodologia utilizada para cálculo da estimativa de receita não faturada. Além disso, efetuamos recálculo da estimativa de faturamento, que resultaram nos saldos reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as estimativas de reconhecimento de receitas não faturadas da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos feitos e informações incluídas nas demonstrações contábeis como um todo.

### DEMANDAS ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 19, a Companhia é parte passiva em diversos processos trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias, cuja provisão para contingências soma um montante de R\$ 546.672 mil em 31 de dezembro de 2019, como resultado de suas atividades operacionais.

O monitoramento desse assunto foi considerado relevante para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, e ao grau de julgamento envolvido para a determinar se uma provisão deve ser registrada, bem como pela complexidade do ambiente tributário no Brasil.

### RESPOSTA DA AUDITORIA AO ASSUNTO

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a obtenção e análise de cartas de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca dos processos em aberto com as posições mantidas pela Administração, bem como a realização de entrevistas com a Administração e com o departamento jurídico da Companhia, para discutir as premissas utilizadas para contabilização e a evolução dos principais processos judiciais em andamento. Além disso, avaliamos o histórico de perdas da Companhia e se a divulgação sobre o assunto, constante na Nota Explicativa nº 19, está adequada.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as estimativas para reconhecimento de provisões para contingências da Companhia são apropriadas para suportar os saldos contabilizados e informações incluídas nas demonstrações contábeis como um todo.

### CONTRATOS DE PROGRAMA/CONCESSÃO

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 10, 11 e 13b às demonstrações contábeis, a Companhia mantém o montante de R\$ 435.209 mil registrado como Ativos Financeiros Contratuais, R\$1.756.714 mil registrado como Ativo de Contrato e R\$7.223.560 mil registrado no Ativo Intangível, em 31 de dezembro de 2019, relacionados a investimentos realizados em consonância com seus contratos de programa/concessão de serviços de saneamento. Os valores do Ativo Intangível possuem expectativa de recuperação ao longo dos respectivos contratos de programa/concessão, baseada no recebimento de tarifas de serviços prestados aos usuários, enquanto os valores dos Ativos Financeiros Contratuais representam a parcela indenizável pelo poder concedente no momento do término do contrato. Devido esses investimentos serem amortizados pelo prazo dos respectivos contratos de programa/concessão, a Administração da Companhia avalia, no mínimo anualmente, a existência de indícios de perda no valor recuperável (“impairment”) desses ativos e, adicionalmente, opta por divulgar sua análise do valor em uso, com base em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios inter-

nos, as quais envolvem julgamentos sobre os resultados futuros do negócio.

### RESPOSTA DA AUDITORIA AO ASSUNTO

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros: (i) entrevistas com o departamento jurídico e operacional da Companhia, além da sua área financeira-contábil, para entender situações das renovações pendentes de contratos vencidos; (ii) obtenção de opinião do departamento jurídico da Companhia acerca da situação e probabilidade de ganho dos eventuais contratos em disputa entre a Companhia e o respectivo poder concedente; e (iii) revisão de atas das reuniões da diretoria e conselhos da Companhia com o objetivo de identificar problemas relacionados a continuidade de seus contratos de programa/concessão. Tais procedimentos visaram suportar nossa conclusão sobre a análise da Companhia de que não foram identificados indícios de possível *impairment* dos ativos relacionados aos contratos de programa/concessão da Companhia. Adicionalmente, devido ao fato de a Companhia opcionalmente realizar análise do valor em uso do seu Ativo Intangível e divulgar essa informação conforme Nota Explicativa nº 13d, mesmo não sendo requerida conforme pronunciamento técnico CPC 01 R1 Redução ao Valor Recuperável de Ativos por se tratarem de ativos com vida útil definida, nossos procedimentos incluíram a leitura do laudo preparado pela Companhia incluindo as previsões de fluxo de caixa futuro consideradas e principais premissas utilizadas e análise da divulgação adequada das referidas premissas nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que a conclusão da Companhia sobre não ter identificado indícios de *impairment* para os ativos relacionados aos contratos de programa/concessão são apropriadas para suportar os saldos contábeis e as informações incluídas nas demonstrações contábeis.

### OUTROS ASSUNTOS

#### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações contábeis acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo critérios definidos no referido pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Admi-

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

nistração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das

entidades ou atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Governança a declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 06 de fevereiro de 2020.



BDO RCS Auditores Independentes S.S.

CRC 2 PR-006853/F-9

**Paulo Sérgio Tufani**

Contador CRC 1 SP 124504/O-9 "S" PR

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Pelo presente instrumento, a Diretoria Executiva da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, sociedade de economia mista estadual, de capital aberto, com sede na Rua Engenheiros Rebouças nº 1.376, Curitiba – PR, inscrita no CNPJ sob nº 76.484.013/0001-45, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declara que reviu, discutiu e concordou com as demonstrações contábeis da Sanepar relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Curitiba, 27 de janeiro de 2020.

**CLAUDIO STABILE**  
Diretor-Presidente

**ABEL DEMETRIO**  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**PAULO ALBERTO DEDAVID**  
Diretor de Operações

**JOEL DE JESUS MACEDO**  
Diretor de Investimentos

**ELERIAN DO ROCIO ZANETTI**

Diretor Comercial

**ANDREI DE OLIVEIRA RECH**  
Diretor Jurídico

**PRISCILA MARCHINI BRUNETTA**  
Diretora Administrativa

**JULIO CESAR GONCHOROSKY**  
Diretor de Meio Ambiente e Ação Social

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Pelo presente instrumento, a Diretoria Executiva da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, sociedade de economia mista estadual, de capital aberto, com sede na Rua Engenheiros Rebouças nº 1.376, Curitiba – PR, inscrita no CNPJ sob nº 76.484.013/0001-45, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria da BDO RCS Auditores Independentes relativamente às demonstrações contábeis da Sanepar referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro 2019.

Curitiba, 06 de fevereiro de 2020.

**CLAUDIO STABILE**  
Diretor-Presidente

**ABEL DEMETRIO**  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**PAULO ALBERTO DEDAVID**  
Diretor de Operações

**JOEL DE JESUS MACEDO**  
Diretor de Investimentos

**ELERIAN DO ROCIO ZANETTI**  
Diretor Comercial

**ANDREI DE OLIVEIRA RECH**  
Diretor Jurídico

**PRISCILA MARCHINI BRUNETTA**  
Diretora Administrativa

**JULIO CESAR GONCHOROSKY**  
Diretor de Meio Ambiente e Ação Social

## RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - 2019

Aos Conselheiros de Administração da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR:

### INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário – CAE da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR foi instalado na Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 30 de maio de 2017. A composição, disciplina e funcionamento do CAE estão contemplados em Regulamento Interno próprio, constante do site oficial da Companhia. Conforme alteração estatutária realizada no mês de setembro de 2018, sua constituição contempla 4 membros independentes, sendo um deles integrante do Conselho de Administração. Seus membros são eleitos com mandato

para 2 anos, permitido sua recondução por 3 mandatos consecutivos.

O CAE é um órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, com atuação permanente e independente, tendo como principais atribuições a avaliação e acompanhamento dos processos de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia, dos processos de gestão de riscos e controles internos, da efetividade de atuação da auditoria interna e dos auditores independentes. Adicionalmente, também avalia a razoabilidade dos parâmetros que fundamentam os cálculos e resultados atuariais dos planos de benefícios mantidos pelas Fundações vinculadas à SANEPAR e o monitoramento, em conjunto com a Administração, das transações com as partes relacionadas da Companhia.

Os Administradores são responsáveis pela elaboração e integridade das demonstrações financeiras, pela gestão dos riscos, pela manutenção e efetividade dos sistemas de controles internos e pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela revisão e avaliação periódica dos controles relacionados com as principais áreas de risco, atuando com independência na verificação de sua efetividade e adequação dos critérios de governança aplicáveis.

A BDO RCS Auditores Independentes é a responsável pela auditoria das demonstrações contábeis anuais da Companhia e pela revisão especial de suas informações trimestrais. Como parte normal de suas atribuições, também efetua avaliações quanto à qualidade e adequação dos sistemas de controles internos e pelo cumprimento de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis.

### PRINCIPAIS ATIVIDADES DO CAE NO EXERCÍCIO

O CAE manteve diversas reuniões formais com Administradores da Companhia, Administradores das Fundações, da coligada CS Bioenergia, membros do Conselho Fiscal e com os Auditores Independentes.

Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis e seus desdobramentos de natureza societária e fisco-tributários, da gestão de riscos e de controles internos e transações envolvendo partes relacionadas.

Nos diálogos dos membros do CAE com os auditores internos, auditores externos e responsáveis pela gestão de riscos, foram apreciados seus planejamentos de trabalho e conhecidos os seus resultados, conclusões e recomendações. No transcorrer do exercício de 2019 ocorreu uma ampla reformulação no escopo, na metodologia de trabalho e no dimensionamento das equipes nas áreas de atuação da Auditoria Interna e de Gestão de Riscos.

Como decorrência de veiculações em diversos meios de comunicação envolvendo ex-agentes de governança da SANEPAR em supostos atos ilícitos nas operações nominadas como “Rádio Patrulha”, “Interação” e “Águas Claras”, o CAE recomendou à Administração da Companhia a constituição de uma Comissão Independente de Investigação para que, em conjunto com a Auditoria Interna e outros prestadores de serviços especializados em auditoria forense, pudesse dar sequência ao processo de investigação, independentemente da Companhia ter sido citada como parte em processos administrativos ou judiciais. A Administração tomou as providências sugeridas, com o que o CAE tem mantido estreito acompanhamento das atividades da referida Comissão.

### CONCLUSÕES

As opiniões e julgamentos do CAE repousam nos dados e informações que lhe são apresentadas pela Administração da Companhia (em especial nas áreas Contábil, Jurídica, Gestão de Riscos e Auditoria Interna), de sua coligada CS Bioenergia, das Fundações envolvidas no atendimento dos benefícios aos seus

funcionários e da Auditoria Externa.

Com relação à Auditoria Externa, o CAE não identificou situação que pudesse afetar sua independência e não tem conhecimento de divergências técnicas significativas entre a Administração, os Auditores Independentes e o próprio CAE, com exceção à “Abstenção de Opinião” manifestada pelos Auditores nas revisões especiais das Informações Trimestrais – ITRs, relativas aos trimestres findos em 30 de junho de 2019 e 30 de setembro de 2019. Contudo, o Relatório dos referidos Auditores sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício em 31 de dezembro de 2019 convergiram para um “Parágrafo de Ênfase”, relacionado às investigações em andamento, tratamento este que o CAE considera mais apropriado às circunstâncias.

Quanto à estrutura de controles internos e a gestão de riscos, o CAE considera haver uma cobertura satisfatória para o porte e complexidade dos negócios da Companhia, embora aprimoramentos sejam requeridos em assuntos críticos inerentes à prestação de serviços, objeto de sua atividade.

Com relação à Auditoria Interna, os resultados de sua atuação no transcorrer de 2019 não revelaram desvios ou falhas significativas nos procedimentos relacionados com a efetividade dos controles internos adotados pela Companhia, bem como quanto à aderência às políticas e práticas estabelecidas pela Administração e no atendimento de normas e regulamentos aplicáveis à atividade.

O CAE considera que todos os assuntos relevantes pertinentes à sua atuação foram apropriadamente cobertos em suas diligências e discussões junto à Administração da Companhia, o que lhe permite concluir que foram adequadamente divulgados nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do parecer dos auditores independentes. Recomenda, portanto, ao Conselho de Administração, a aprovação das referidas demonstrações financeiras auditadas.

Curitiba, 6 de fevereiro de 2020.

**ARTEMIO BERTHOLINI**  
Presidente

**CASSIO PRUDENTE VIEIRA LEITE**  
Membro

**RUY FONSATTI JUNIOR**  
Membro

**VILSON RIBEIRO DE ANDRADE**  
Membro

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam aos exames do Relatório de Administração, das Demonstrações Contábeis e da Proposta para Destinação dos Lucros referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o “Relatório” com uma ênfase e sem ressalvas do Auditor Independente, “BDO RCS Auditores Independentes S.S.”, datado de 06 de fevereiro de 2020, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 06 de fevereiro de 2020.

**RICARDO CANSIAN NETTO**  
Presidente

**LAERZIO CHIESORIN JUNIOR**  
Conselheiro

**LUIS OTAVIO DIAS DA FONSECA**  
Conselheiro

**REGINALDO FERREIRA ALEXANDRE**  
Conselheiro

**PAULO ROBERTO FRANCESCHI**  
Conselheiro

## DIRETORIA, CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO FISCAL E CONTADOR

### DIRETORIA EXECUTIVA

**CLAUDIO STABILE**  
Diretor-Presidente

**ABEL DEMETRIO**  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**PAULO ALBERTO DEDAVID**  
Diretor de Operações

**JOEL DE JESUS MACEDO**  
Diretor de Investimentos

**ELERIAN DO ROCIO ZANETTI**  
Diretor Comercial

**ANDREI DE OLIVEIRA RECH**  
Diretor Jurídico

**PRISCILA MARCHINI BRUNETTA**  
Diretora Administrativa

**JULIO CESAR GONCHOROSKY**  
Diretor de Meio Ambiente e Ação Social

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**MARCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO**  
Presidente

**VILSON RIBEIRO DE ANDRADE**

**JACQUES GEOVANI SCHINEMANN**

**RODRIGO SANCHEZ RIOS**

**ADRIANO CIVES SEABRA**

**JOEL MUSMAN**

**CLAUDIO STABILE**

**CLÉVER UBIRATAN TEIXEIRA DE ALMEIDA**

**LUIZ FERNANDO BORBA**

### CONSELHO FISCAL

**RICARDO CANSIAN NETTO**  
Presidente

**LUIS OTAVIO DIAS DA FONSECA**

**LAERZIO CHIESORIN JUNIOR**

**REGINALDO FERREIRA ALEXANDRE**

**PAULO ROBERTO FRANCESCHI**

### CONTADOR

**OZIREZ KLOSTER**  
Gerente Contábil  
Contador  
CRC-PR 030.386/O-8



# SANEPAR

# NOSSO TRABALHO ENCHE SUA VIDA DE SAÚDE.



Planejamento a longo prazo que promove o desenvolvimento econômico do nosso Estado.

Mais de R\$ 7 bilhões em investimentos para os próximos 5 anos.

177 laboratórios próprios (153 para análises de água e 20 para o esgoto).

Referência na área de saneamento na América Latina.

Análises constantes para garantir a qualidade da água.



**SANEPAR**  
57 ANOS

**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO